



DOSSIÊ TEMÁTICO

Conjuntura Política Brasileira

DO PAÍS DO FUTURO AO FUTURO DO PAÍS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Coordenação Executiva: Beatriz Castro e Renata Versiani

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº2 – **Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país**
Rio de Janeiro – Junho de 2013

Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL

Responsáveis Editoriais pelo Dossiê: Pedro Borba, Amaro Grassi, Vinícius Lima e Ramón Araújo

Capa e Projeto Gráfico: Clóvis Borba e Pedro Borba

Imagem de Capa: Di Cavalcanti - Mosaico do Edifício Triângulo (São Paulo)



DOSSIÊ TEMÁTICO

Conjuntura Política Brasileira

DO PAÍS DO FUTURO AO FUTURO DO PAÍS

Sumário:

Parte I – Introdução

1. Apresentação	4
2. O Brasil entre o presente e o futuro – José Maurício Domingues	7

Parte II – Conjuntura Política Brasileira

1. Os movimentos, a política social e o direito de sonhar – J. M. Domingues	27
2. Jogar o jogo da democracia – J. M. Domingues	28
3. O Brasil na geopolítica da indignação global – Breno Bringel	30
4. Por uma vida sem catracas – Cunha Bocayuva	34
5. O Lulismo e seu futuro – André Singer	37
6. O avesso do avesso – Francisco de Oliveira	51
7. O Estado-Novo do PT – Luiz Werneck Vianna	59
8. A nova classe média: um discurso economicista – Jessé de Souza	69
9. Depois da “formação” – Marcos Nobre	80
10. O desafio sul-americano – Samuel Pinheiro Guimarães	90
11. Do welfare state ao warfare state – Sonia Fleury	97
12. O dilema da reforma agrária no Brasil do agronegócio – J. P. Stédile	103
13. Financeirização da burocracia sindical no Brasil - A. Bianchi e R. Braga	107
14. O imperialismo brasileiro está nascendo? – Virgínia Fontes	112
15. Lulismo: mais que um governo – Rudá Ricci	119
16. Dilma como sucessora de Lula – Emir Sader	123

Parte III – Outras leituras

1. Lista de obras sugeridas	126
------------------------------------	------------

Apresentação

É com satisfação que lançamos o segundo número dos Dossiês Temáticos do Núcleo de Teoria Social e América Latina (NETSAL), uma publicação semestral com o objetivo de sistematizar e organizar fontes relevantes em torno de um tema específico, como suporte à pesquisa acadêmica e ao debate público. Na primeira edição (novembro/2012), fizemos um balanço de análises primárias e secundárias sobre a Rio+20 e sobre a Cúpula dos Povos (2012), buscando relacioná-las às discussões do grupo a respeito dos movimentos sociais e da modernidade global. Nessa edição, enfocamos a conjuntura política e social brasileira do Brasil, refletindo sobre as mudanças recentes no país e suas perspectivas de futuro. Além de reforçar a identidade editorial dos Dossiês Temáticos, buscamos com essa proposta ampliar o significado de conjuntura política para além do circuito eleitoral e da dinâmica partidária, entendendo que há um processo social em curso no Brasil que, embora inclua o aspecto político-institucional, é irreduzível a ele. Embora elaborado ao longo do primeiro semestre, este dossiê já inclui quatro análises preliminares sobre as mobilizações de massa realizadas em junho em diversas cidades no país. Estas questões, no entanto, ainda deverão ser aprofundadas mais adiante.

Ao longo desse semestre, buscamos fomentar a discussão sobre o tema através da organização de um ciclo de debates intitulado “Brasil: do país do futuro ao futuro do país”, sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos. No primeiro evento, realizado em 19/04, o tema central foi agenda política e social do governo, suas origens, sua base social, suas limitações e suas perspectivas de futuro. Nesse evento, contamos com a participação de Emir Sader (LPP/UERJ), de Argelina Figueiredo (IESP/UERJ), de Cândido Grzybowski (IBASE) e de José Maurício Domingues (NETSAL/IESP/UERJ). No segundo evento do ciclo, o foco foi a relação conjuntural dos movimentos sociais e sindicais com o Estado brasileiro e suas consequências estratégicas. As exposições ficaram sob responsabilidade dos professores Adalberto Cardoso (IESP/UERJ), Marco Antônio Perruso (UFRRJ) e Breno Bringel (NETSAL/IESP/UERJ). Além disso, o período envolveu sessões de discussão interna dos pesquisadores do NETSAL, que fortalecem a interconexão entre as diferentes ações do núcleo.

Como produto desse acúmulo, o presente dossiê pretende apresentar uma seleção criteriosa e sintética dos argumentos em voga para analisar a conjuntura política do país e, ao mesmo tempo, servir de porta de entrada ao leitor interessado em se aprofundar no tema. Assim, contempla-se autores cujas obras são referências na área através de textos de divulgação mais ampla, obviamente por isso mais condensados.

O dossiê está organizado em três partes. Na primeira, apresentamos um texto elaborado pelo Prof. José Maurício Domingues que busca associar suas reflexões precedentes em teoria sociológica para compreender o presente e o futuro do país. Assim sendo, o autor parte do diagnóstico da realização histórica do processo de modernização conservadora no Brasil para apontar um processo de revolução democrática “molecular” iniciado a meados dos 1980 e que contextualizaria os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 2003. Disso se derivaria uma agenda de aprofundamento das reformas tendo a universalização como horizonte, recuperando ideias-força da social-democracia como a desmercantilização da força de trabalho.

Na segunda e mais extensa parte do dossiê, reproduzimos as análises selecionadas, ora sob um prisma mais geral, ora sob outro mais setorizado (política externa, questão fundiária, movimento sindical, etc.) sobre o Brasil contemporâneo, bem como as análises preliminares sobre os protestos pelo país. Ademais, buscou-se apresentar perspectivas ora simpáticas ora mais críticas em relação aos governos recentes, com o intuito proporcionar uma melhor visão de conjunto. Uma vez que os textos escolhidos via de regra correspondem a versões compactas (ou de divulgação científica) das análises elaboradas por esses autores, ao final do dossiê disponibilizamos uma lista de sugestões de leitura para aprofundar a reflexão. Em um momento de resgate da reflexão crítica no país, esperamos que este dossiê contribua para um debate necessário a respeito do presente e do futuro do país.

O Brasil entre o presente e o futuro

José Maurício Domingues¹

A nova e a novíssima história do Brasil

Desde os anos 1990 o mundo vem mudando aceleradamente, rumo a novos padrões de interação social, novas instituições, em todas as esferas. Dentro desse quadro geral de mudanças, o Brasil em particular vem mudando ainda mais, desde a eleição de Luís Inácio Lula da Silva e a ascensão da coalizão liderada pelo PT ao poder. Alguns textos mais ou menos relevantes se dedicaram a fazer o balanço desse processo.² Destacam-se nessas modificações dois elementos fundamentais. Primeiramente, uma mudança profunda na posição dos trabalhadores, do proletariado, do “povo”, na sociedade brasileira, no plano material, sem dúvida, mas também no que diz respeito ao imaginário nacional. Em segundo lugar, houve uma retomada do crescimento econômico, em uma direção em que a inserção do país na economia global se fez crescentemente pela exportação de commodities, ainda que sua indústria, em especial com a ampliação de seu mercado interno, localize claramente o país na semiperiferia do capitalismo. Questões relativas à democracia e aos movimentos sociais, bem como ao formato das políticas sociais que se desenvolveram enormemente nos últimos anos e outros elementos da política e da economia, compõem a equação que dá conta desse período.

Mas esse processo talvez esteja chegando a um impasse ou ao menos a seus limites. Talvez se haja esgotado em termos de padrões de acumulação sustentada e mais acelerada nos quadros de possibilidades de ampliação do mercado interno e do avanço na superação da pobreza relativa e sobretudo da desigualdade, que fundamentalmente segue intocada. Com certeza enfrenta o Brasil hoje problemas econômicos muito complicados, assim como no que se refere à sua democratização. Isso pode rebater diretamente no sistema de alianças que permitiu a eleição de Lula e Dilma Rousseff e o avanço dos partidos que lhes dão sustentação. Por que caminhos seguirá o Brasil daqui para frente, com que agenda? Esses são os temas que este texto tratará, inicialmente aprofundando um pouco aquele balanço, em seguida buscando delinear os horizontes possíveis de futuro do país, sem preocupar-se muito com a

¹ Professor do IESP-UERJ e coordenador, com Breno Marques Bringel, do NETSAL.

² Este é o caso especialmente de Singer, 2012. Ver Domingues, 2013, para uma discussão.

conjuntura imediata, nem deter-se na movimentação partidária e possíveis continuidades ou inflexões eleitorais, considerando mais que provável a reeleição de Rousseff ou de outro candidato de seu campo.

Observei em artigo de uma década atrás que uma nova história do Brasil se abria (Domingues, 2002). Com a conclusão da “modernização conservadora” – baseada em uma aliança entre grandes proprietários agrários e burguesia industrial –, isto é, a transformação do Brasil em um país moderno, lá por meados dos anos 1980, o enorme empenho da intelectualidade para compreender o país através de sua história teria de se alterar. Esse esforço se relacionava com o processo de modernização em curso ao longo dos séculos XIX e, principalmente, XX. Cumprida aquela etapa, o Brasil se mostrava, à sua maneira, contemporâneo das formações sociais modernas que se espriam em seus contornos nacionais pelo planeta. Assim, a esta altura é de certa forma o futuro o que se põe como desafio para nossa sociedade e para a política nacional, não o horizonte de simples realização da modernidade, como até então fora o caso. É claro, problemas pendentes, como a pobreza e a miséria seculares da maior parte da população, e toda nossa trajetória até aqui somente podem ser compreendidos com uma visada histórica. Mas é a construção de uma nova história, totalmente em aberto, não alcançar simplesmente uma modernidade que parecia nos escapar, o que se coloca em nossa agenda, nesse sentido sem diferenças significativas em relação ao restante do mundo.³

É nessas coordenadas que se deve localizar a temática deste artigo e o ângulo a partir da qual a trata. O presente e o futuro do Brasil, em sua nova história, nos quadros de sua inserção na civilização moderna global contemporânea.

O Brasil hoje⁴

Ao olharmos o desenho sociocultural do Brasil hoje um aparente paradoxo se delinea. Deparamo-nos com um país cada vez mais plural, em termos religiosos, sexuais, de estruturação familiar, de identidades dos mais variados tipos, além daqueles interesses também bastante plurais que emergem mais diretamente da diversificação da economia do país. De outro lado, é uma grande massa do “povo”, ou

³ De outro ângulo, Nobre (2012) faz recentemente argumento semelhante.

⁴ Em outros contextos introduzi o conceito de “terceira fase da modernidade” para lidar sociologicamente com a contemporaneidade brasileira e global, por exemplo, em Domingues, 2012a. Na discussão que se segue baseio-me, além daquele livro, sobretudo em Sader e Garcia, 2010; Bresser Pereira, 2009; Boschi e Gaitán, 2008; Singer, 2012; Pochmann, 2012; Domingues, 2006, 2009 e 2011.

“pobres”, recebendo baixos salários e com pouca qualificação, o que se destaca de maneira homogênea. Há setores do vasto proletariado brasileiro – isto é, toda a força de trabalho desprovida de controle dos meios de produção e não mais presa a relações de dominação pessoal – que têm qualificação industrial ou na área de serviços. O país contém também setores amplos de classe média, embora, ao contrário do que argumentado por alguns, mas em consonância com o que dizem outros, este texto vá argumentar que esta pouco cresceu nos últimos anos.

Os governos Lula e Dilma, de maneiras às vezes pouco claras, constituíram-se representando largas parcelas desses distintos setores (cuja emergência dual, isto é, plural e em parte proletária, havia sido identificada por Sader, 1988). Muitos se puseram como impulsionadores eleitorais e políticos desse projeto através do vínculo em particular do PT com os vários movimentos sociais que despontaram nos anos 1970-1980, no curso do processo de democratização, traduzindo politicamente mudanças profundas na sociedade brasileira, que resultavam em sua crescente complexidade, inclusive no plano dos interesses, valores e identidades. Isso já se expressava também nos vários conselhos criados pela Constituição de 1988, ou posteriormente a ela, emulando seus princípios de funcionamento, e que se ampliaram sobremaneira durante os governos Lula, cujos temas evidenciam eles também grande pluralidade. Ao mesmo tempo, a questão proletária se apresentou homogeneizando a identidade da base eleitoral e política desse projeto. Ela assim se apresenta ostentando dois elementos complementares: em parte com a vestimenta sindical herdada das lutas da renovação do sindicalismo desde também os anos 1970, bem como com um colorido mais amplamente popular, plebeu, como *questão social* simplesmente muitas vezes, mas como demanda de status social igualitário em larga medida. Nesta última vertente em particular a questão da pobreza e da miséria – e não da desigualdade – se pôs como horizonte a ser superado, o que por outro lado definia também seus limites.

Depois de um começo incerto, a chamada “era Palocci”, profundamente marcado por compromissos com o neoliberalismo, por estratégia de consolidação do próprio poder, porém também como resultado dos limites das formulações programáticas do PT e do projeto eleitoral de Lula, o governo deste, em particular em seu segundo mandato, avançou no sentido de definir uma agenda mais claramente própria, distinta da de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. O que já começara no primeiro mandato se aprofundou no segundo: o combate à pobreza, por meio do programa Bolsa Família, secundado pelo esforço de aumentar a renda do trabalhador,

por meio do crescimento econômico, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito. O que alguns, de formas distintas, querem definir como “neodesenvolvimentismo” também se afirmou, com, em particular face a crise de 2008 e as eleições de 2010, o Estado se mobilizando como indutor mais direto do crescimento econômico e regulador de aspectos importantes da economia (retirando as agências reguladoras criadas nos anos 1990 de um controle mais estreito por parte das empresas). Mas se sabe também que o capital financeiro não teve seu poder e privilégios tocados, o que se garantia de imediato com a presença visível de um de seus operadores à frente do Banco Central. Do ponto de vista externo, uma postura mais assertiva foi também cultivada, de resultados importantes na América do Sul, como a UNASUL sem que isso, contudo garantisse a consolidação ou aprofundamento do Mercosul ou mais integração econômica em outras frentes (o Banco do Sul, por exemplo).

No que tange à democracia, os conselhos da Constituição de 1988 e aqueles nela espelhados se mantiveram ou ampliaram, bem como o Conselho Nacional de Desenvolvimento buscou de algum modo reproduzir a experiência do Orçamento Participativo nas cidades governadas pelo PT. Ou, de outro ângulo, pode-se dizer que este retomou as desacreditadas tradições do corporativismo dos anos 1930-1950, renovando-as democraticamente. Sem dúvida, não há grandes mobilizações sociais neste período. Mas, com a exceção daquelas desencadeadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), elas já não tinham a pujança de décadas anteriores: na verdade, desde pelo menos meados dos anos 1990 a longa onda de mobilizações que marcara a luta contra a ditadura militar já vinha se dissolvendo e sua sobrevivência como luta contra o neoliberalismo não teve a mesma intensidade, garantindo, contudo, junto a variados outros fatores, inclusive a criação do próprio PT e a consolidação eleitoral de Lula, a vitória de seu projeto, ainda que largamente modificado. Deve-se sublinhar que muitas das limitações dos governos Lula e Dilma devem ser localizadas exatamente nisso: eles e a coalizão de esquerda que os sustenta chegaram ao poder no momento de baixa da onda de mobilização, que estivera na montante em períodos anteriores (o que contrasta com experiências similares, como a do Movimento ao Socialismo – MAS e de Evo Morales, na Bolívia). Em parte, mas talvez apenas em parte, isso se reflete também em uma acomodação – ou talvez mais precisamente, capitulação – ante a grande mídia oligopolizada do país.

Muitos desses elementos parecem haver se esgotado, porém, em seu decurso virtuoso durante o último governo de Lula, em particular. Ele certamente contou com a bonança de um período de capitalismo sem crise, inicialmente, e com um Estado fortalecido e uma economia organizada quando esta finalmente sobreveio, em 2008. Dilma Rousseff não conta com essa sorte. Fato é que o crescimento dos salários dos trabalhadores com pouca qualificação (até dois mínimos) parece ter atingido seu limite, conquanto este não seja absoluto, obviamente; o mesmo ocorre com as elevações do salário mínimo sem aumento de produtividade na economia de modo geral, embora haja espaço para continuar a formalização do mercado de trabalho (inclusive no que se refere ao trabalho doméstico e outras forma de cuidado pessoal e social); o crédito em especial para as camadas populares não tem muita elasticidade e parece haver esgotado suas possibilidades, o que não implica que não possa em parte se recuperar, conquanto os riscos aí não devam ser desconsiderados. Assim, o que seria cabível chamar de “keynesianismo dos pobres” parece ter em larga medida batido em seu teto.⁵ Com o crescimento da economia pode-se supor ter havido realmente a ascensão de alguns setores populares à classe média e sem dúvida alguns de seus antigos componentes se fizeram mais abastados. Mas as estatísticas não parecem mostrar crescimento em número mais significativo das classes médias, ao passo que simplesmente a ampliação do poder de compra, em particular em nichos do setor de serviços muito mal remunerados até bem pouco tempo, sem que as características ocupacionais e sociais de seus ocupantes mudem, não deve ser considerada de modo algum uma alteração na estratificação de classes brasileira. O que está por trás dessa manobra fundamentalmente discursiva é a definição de novos consumidores para um capitalismo global combalido e carente de onde possa se expandir, por um lado, e, por outro, um projeto político que quer levar adiante meramente o combate à pobreza, de forma focalizada, mantendo o governo distante do enfrentamento da desigualdade social e de políticas sociais universais.

Nenhum Estado do Bem-Estar Social nasceu pronto (ver Esping-Andersen, 1990). Mas, se começaram titubeantes, foram lutas sociais e decisões políticas que os levaram a se consolidar de maneira mais ampla, em particular garantindo direitos de cidadania universal. Nos anos 1930 a Europa e os Estados Unidos se viam mais ou

⁵ Vale notar que, se o programa Bolsa Família implica uma indução direta pelo Estado ao consumo, via transferência de renda, trata-se, no caso do crédito (consignado ou não), de um keynesianismo privatizado (Crouch, 2009), a exemplo do que ocorre com o modelo estadunidense, se bem que em limites mais modestos e sem a loucura dos derivativos financeiros estilo “ponzi” daquele país.

menos na mesma posição. No pós-guerra o Estado estadunidense se cristalizou como de bem-estar “residual”, com serviços débeis para os pobres em especial, ao passo que os ricos e remediados os compravam no mercado; enquanto os estados europeus, sobretudo os escandinavos, construíram uma socialdemocracia cada vez mais avançada, rumo a uma *cidadania universalista e desmercantilizadora da força de trabalho*. Isso foi divisado em parte pela Constituição brasileira de 1988, cuja temática de “Constituição cidadã”, ou seja, orientada para a universalização dos direitos, continua a orientar parcialmente o debate nacional. É aqui que em grande medida se joga a discussão do Brasil do futuro. Por ora basta notar que nem os governos Lula, nem o governo Dilma avançaram nesse sentido. Lograram combater a pobreza com medidas focalizadas, políticas que, ao mesmo tempo que subvertem o neoliberalismo, a ele se aliam, ao recusar a definição de uma cidadania social universal. O Bolsa Família é a expressão principal disso, mas as políticas que respondem a demandas setoriais e dos movimentos sociais muitas vezes reproduzem essa abordagem, ainda que de maneira mais indireta. É o caso da política de cotas, raciais ou populares, em muitas áreas, relevantes sem serem panaceias, permitindo ao governo escapar tacitamente da questão da universalização de suas políticas sociais e educacionais, apesar da expansão de vagas no ensino superior. Sem dúvida, políticas voltadas para setores específicos, como as do Ministério do Desenvolvimento Agrário, são necessárias e inevitáveis. Mas elas não deveriam ser privilegiadas em detrimento de políticas universais que vão desde em particular aquelas relativas à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), passando por uma universalização dos projetos de renda mínima (concretamente descartados pelo governo, retórica e manobras não obstante), a um enfretamento da questão chave da tributação, que sequer foi realmente aventada por Lula ou Rousseff.

Por outro lado, com a economia travada até agora, e sendo pouco provável que isso mude nos próximos dois anos, há problemas sérios aí também. Isso ocorre apesar dos esforços um tanto desesperados do Ministério da Fazenda e mesmo da baixa na taxa de juros forçada pelo Banco Central e pelo conjunto do governo, medidas estas últimas que podem dar frutos mais a médio e longo prazo, significando pela primeira vez, de todo modo, um enfrentamento com setores poderosos da economia por parte do governo – neste caso, o capital financeiro, nacional e internacional. Não parecem restar dúvidas de que há esboços de um processo de desindustrialização em curso e não será uma alta contínua do câmbio que será capaz de detê-la, sem falar nos

problemas que a inflação causaria com um Real depreciado (garantindo mercados e lucros à indústria, com rebaixamento em potencial dos salários, caso não ocorressem fortes conflitos distributivos). Tampouco os esforços governamentais em termos de inovação tecnológica têm resultados efetivamente relevantes. Não obstante alguns avanços, as empresas brasileiras ainda se mantêm de modo geral longe da fronteira da Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Com a crise mundial as commodities não conseguem por seu turno manter o ritmo do crescimento e da geração de divisas que anteriormente garantiam, o que ademais só não complica a balança comercial ainda mais na medida em que a importação de bens de capital não se tem feito tão intensa, dada a desaceleração da economia, com taxas negativas na indústria, especificamente.

Enfim, simbolicamente há uma mudança fundamental na sociedade brasileira. Embora não seja correto dizer que a sociedade brasileira seria hoje “hierárquica” (Sorj, 2000), não há dúvida, porém, de que a eleição de Lula para a presidência da república e o acesso de amplas massas populares, em diferentes níveis, ao consumo promoveram uma revolução simbólica no Brasil, acentuando a igualdade social no plano cultural – para desespero sobretudo das classes médias consolidadas (ou nem tanto, de toda forma ameaçadas em seu status diferenciado), com os realmente ricos manipulando esse mal-estar para impulsionar sua política neoconservadora. A direção que isto tomará se encontra também em aberto. Segue havendo uma fetichização do mercado, reforçada pelo neoliberalismo, que de modo algum foi superada, com a santificação do consumo. Há uma ênfase na suposta emergência de uma classe média – medida por sua renda apenas, critério em si economicista – que poderia comprar bens duráveis e, sobretudo, serviços sociais no mercado (aposentadoria, saúde, educação). Não foi revertida a privatização da vida que se afirmou nas últimas décadas na ausência de grandes mobilizações sociais, salvo no que tange à religião, cujo cunho individualista e aquisitivo é muito forte – e se revela plenamente na Teologia da Prosperidade da Igreja Universal do Reino de Deus. Muito disso está inclusive incorporado ao discurso do governo, que nesse sentido não põe em questão os dogmas mais fundamentais do neoliberalismo, já para não falar da ideologia liberal. Isso se conjuga muito diretamente a uma noção de privatização da vida em que o público se mostra residual, apesar de haver aumentado a ênfase no papel do Estado na economia e, em parte, na política social, o que ainda se configura como tema em disputa.

A essas questões se soma, entre outras, a do meio-ambiente, se bem que mais ou menos equacionada, para o bem ou para mal, com a votação do Código Florestal, sua concretização regulatória precisando, contudo, avançar para fazer-se positiva. E a da democracia, especialmente no que toca aos meios de comunicação, que de toda maneira, apesar da irritação de Lula e do PT, parece estar totalmente fora da pauta política brasileira neste momento.

Desdobrando a agenda

A agenda do que Singer (2012) chamou, a meu ver um tanto equivocadamente, de “lulismo” realizou, e ainda realiza em sua herdeira Dilma Rousseff, transformações de peso na sociedade brasileira, inéditas em grande medida. Elas aprofundam a revolução democrática “molecular” pela qual o país vem passando desde os anos 1980. As grandes mobilizações dos anos 1970-1980 deram vazão às demandas de uma “cidadania instituinte” altamente ativa e coletivamente organizada, com esse processo encontrando em Lula e Dilma, o PT, o PSB, o PC do B e largas parcelas do PMDB sua tradução estritamente política. Isso vem permitindo, através de uma “cidadania instituída” e “cristalizações democráticas” dentro do aparelho estatal (isto é, leis e regulação, quadros dirigentes, mudança de horizontes normativos, políticas públicas), transformações fundamentais na sociedade, no Estado, e na relação entre eles. A mobilização neoconservadora, por caminhos às vezes insuspeitados, se faz cada vez mais renhida, contudo. E assim se fará nos próximos anos, especialmente depois que a vitória do PT e do PSB nas eleições municipais de 2012, em particular a de Fernando Haddad em São Paulo, em pleno processo do chamado “mensalão”, anunciou um possível quase aniquilamento do PSDB, que só não se mostrou pior devido à vitória da dinastia Magalhães e do DEM em Salvador (o caso de Eduardo Paes no Rio de Janeiro, eleito pelo PMDB, aliado do governo e revelador das misérias da cidade, é peculiar, assim como é a suposta vitória de Aécio Neves com um candidato do PSB em Belo Horizonte).

Politicamente, Dilma Rousseff é com frequência desastrada. Seu principal operador político é de fato Lula. Mas, para além dos problemas que ela mesma cria para si, há duas questões a considerar. Trata-se, primeiro, dos limites da agenda dos governos Lula e Dilma. Em segundo lugar, mas vinculada a isso, há a questão das disputas dentro do próprio projeto, em que cada vez claramente uma ala esquerda e uma ala direita se batem. Isso aparecia originalmente de maneira mais direta no que se

refere à política econômica. Esta fez de certo modo uma inflexão à esquerda, descolando-se do capital financeiro e apoiando o grande empresariado nacional, buscando “campeões nacionais” competitivos globalmente (com apoio do BNDES) e tentando impedir a desindustrialização do país, com sucesso bastante parcial. A dívida interna não negociada e a renúncia a tocar a questão tributária, em ambos os casos privando-se de recursos o Estado para realizar investimentos em infraestrutura, impulsiona por outro lado a política econômica a apostar em uma privatização bastante acentuada, ainda que encoberta com uma retórica desenvolvimentista e certos resguardos contra a captura de leilões pelo empresariado mais rapace. Mas é na política social que os aspectos perversos do projeto se revelam hoje de maneira mais clara.

O fato de Paes e Barros, sob a tutela de Moreira Franco, após haver em grande medida delineado o Programa Bolsa Família, afirmar a existência de uma nova classe média, que consome privadamente, não é casual. Além de haver sido incorporado ao discurso de Dilma, o elogio à existência e ampliação desse setor significa que um dos núcleos duros do governo busca exatamente jogar em um capitalismo voltado para o consumo privado e não coletivo, não para um bem-estar público, mas sim privatizado. Eis aí um campo de disputa aberto dentro do projeto de transformação social brasileiro, que de resto vem tendo na Secretaria de Assuntos Estratégicos, desde Mangabeira Unger, um dos polos ideológicos fundamentais de suporte da classe média ou, como aquele a chamava, “pequena burguesia” (para ele o agente transformador do Brasil e do mundo em geral, contrariamente à opinião de Marx). Assim, o afastamento em relação a uma política de cunho universalista se consolidaria. E, é claro, o modelo de desenvolvimento privatista, calcado no consumo individual, não seria sequer questionado, consolidando-se – o que é o maior risco que vivemos hoje – um sistema dual de bem-estar, mercantilizado para os ricos e remediados, residual e na prática formal ou informalmente focalizado para os pobres, ao estilo estadunidense, de resto situação que se cristalizou após o New Deal de Roosevelt perder força em fins dos anos 1930 nos Estados Unidos (ver Mann, 2013, caps. 8-9). Nada nos diz que o mesmo não ocorrerá no Brasil, mas nada garante tampouco que este não será o caso.

Ao contrário, é nessas coordenadas que direitos universais, consumo coletivo e a desmercantilização possível da força de trabalho se colocam, ou, antes, deveriam se colocar, na agenda. Em primeiro lugar se trata de defender a esfera do público, de

recuperar, de fato e não retoricamente, e para além da mera capacidade indutora, a capacidade de investimento do Estado. Não há razão para restringir o consumo individual e bens de consumo duráveis, tais quais geladeiras, micro-ondas, celulares, computadores, mesmo carros, devem se tornar acessíveis à massa da população, assim como as possibilidades de lazer de que os ricos e as classes médias dispõem, a começar pelas viagens de avião. Mas o que importa é criar condições para um consumo menos individualizado e um lazer menos privatizado, menos voltado para objetos materiais. Isso tem consequências políticas, culturais e ambientais. E deve engajar transversalmente o governo. Problemas de mobilização social complicam isso, como adiante veremos. Mas é esta coordenada que deve ser programaticamente enfatizada, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo. O Brasil, e de modo geral a América Latina, vem remando contra a maré da acumulação capitalista mundial, mitigando o padrão “flexível e polarizado” que prevalece há duas décadas (ver Harvey, 2003; Domingues, 2012b, Parte II). Isso passa por uma ampliação modesta de seu mercado de consumo interno e a incorporação a ele de vastas massas de consumidores populares, mais ou menos pobres. Mas não há razão para seguir copiando, no que tange às classes médias em particular, o padrão consumista, individualista e carbonífero que marca a projeção global da cultura e do capital estadunidenses. Uma ênfase nos direitos, no público e no coletivo, parcialmente estatais, deve ser buscada, desde dentro do aparelho de Estado, dependendo dos projetos em disputa, e fora dele, com mobilizações sociais concretas. Desmercantilizar a força de trabalho, ainda projeto que aparentemente utópico no Brasil, por razões políticas e sociais, se coloca também como questão, ao menos parcial ou como horizonte das políticas sociais. Trata-se de garantir espaços de liberdade aos trabalhadores, liberando-os de uma coerção mais radical por parte do capital para que vendam sua força de trabalho seja qual forem as condições. Saúde de qualidade, seguro-desemprego amplo, renda mínima, ampliação do ensino fundamental, médio, técnico, de “reciclagem” e universitário, públicos, são temas cruciais, em disputa eles também na sociedade brasileira.

Aqui se deve ter claro, no discurso e na prática, que não se trata de privilegiar uma igualdade supostamente requerida pelos setores populares e a liberdade que a classe média demandaria – em especial no que tange ao consumo. Os setores populares e as classes médias vivem em um mesmo mundo, no qual liberdade de opção, de consumo, mas também de modos de vida, individuais e coletivos, são

demandas gerais. Um patamar coletivo básico compartilhado é decisivo para que a liberdade social que em parte se alcançou com a liberação da força de trabalho e da vida de cada um dos controles pessoais diretos das classes dominantes possa florescer. Desmercantilizar parcialmente a vida social neste momento, em um projeto em que setores populares e classes médias possam sentir-se solidários, ainda é o horizonte mais positivo da sociedade em que vivemos. Afora o socialismo, é assim a socialdemocracia, do século XXI se se quiser, em condições sociais e políticas transformadas, na semiperiferia do capitalismo global, portanto enfrentando condições econômicas mais adversas, o que se põe. O que importa é garantir uma liberdade igual para todos e uma igualdade na liberdade que depende de recusarmos a construção de um Estado de Bem-Estar de caráter residual, construído por meio da divisão da sociedade em pobres e remediados.

Uma reforma do imposto de renda e demais taxas se coloca como crucial para avançar em qualquer sentido relevante de forma mais consistente nesse projeto. Não é razoável que se mantenha um sistema de impostos altamente regressivo, em que os pobres e a classe média pagam pelos custos de sustentação de um Estado que na melhor das hipóteses retorna a estas últimas o que tomou por meio dos investimentos de papéis do tesouro atrelados à dívida pública. É preciso desonerar de forma radical os produtos de consumo popular e transformar os impostos em um sistema progressivo, que permita financiar serviços públicos de qualidade, capazes de atrair as classes médias – sem pensar que puni-las jogando-lhes mais pagamentos sem a contrapartida de serviços de qualidade mínima seria o melhor caminho; na verdade é necessário ganhá-las politicamente, não aliená-las. E avançar em uma taxação não apenas das grandes fortunas, mas progressivamente na escala da renda, dos ganhos de capital e da transmissão de propriedade entre as gerações, isto é, no que toca à herança.⁶

São temas duros e difíceis, que demandam lutas e mobilização, incentivos que os compensem em certos casos, enfrentamentos redistributivos que o governo Lula em nenhum momento ousou e o governo Dilma apenas lateralmente arriscou, no que toca aos juros e ao capital financeiro. Crescer e distribuir os frutos do crescimento é relativamente fácil e assim procedeu Lula. Distribuir forçando uma nova divisão da riqueza é muito mais conflituoso, mesmo quando há crescimento, o que não se mostra

⁶ Dados sobre essas questões se encontram em Cattani e Oliveira, 2012.

garantido nos próximos anos, a menos que novos caminhos de desenvolvimento possam ser descobertos.

Mas aumentar a igualdade social é algo que não pode ser alcançado apenas com mecanismos deste tipo. É necessário investir em educação e que os empregos oferecidos sejam de melhor qualidade do que tem sido possível na última década. Isso somente será alcançado se conseguirmos manter e recuperar nossa indústria. Simplesmente defendê-la por meio de um câmbio cada vez mais depreciado, trazendo inflação e problemas para o consumo popular, é, porém, má receita, simultaneamente econômica e política, embora seja a solução mais imediata, óbvia e simples. É preciso aumentar a produtividade e ampliar mais ainda o mercado de consumo, por meio do aumento dos salários. A equação não é simples, porém de sua resolução depende a criação de um círculo virtuoso que nos leve mais além da desindustrialização em curso. O mesmo se aplica à ampliação de nossa capacidade científica, tecnológica e de inovação. O governo apostou na FINEP como financiadora junto às empresas para estimular a inovação, mas os resultados são parcos, mostrando-se difícil reverter a secular aversão ou desinteresse das empresas nacionais em investimento em P&D (com as transnacionais concentrando agora ainda mais tais atividades em suas matrizes). Por outro lado, busca-se hoje um vínculo, típico dos sistemas estadunidense e de certos países europeus, entre poder militar e inovação (o submarino nuclear em construção é apenas um dos elementos dessa aposta). Embora seja uma aposta discutível, em que pese a necessidade de reforçar os mecanismos de defesa nacional, é preciso ver que resultados sairão disso. De todo modo, essa é área que ainda precisa de muito investimento e renovadas políticas públicas.

Isso também nos permitiria colocar a questão ambiental em outro patamar, contraposta mais fortemente aos ruralistas e outros interesses, como os da mineração. A valorização de atividades ditas “tradicionais” e em princípio não predatórias, grandes reservas ambientais e a recusa a grandes projetos de desenvolvimento, bem como legislação avançada protecionista, são elementos que vêm se destacando na agenda ambiental. Mas é improvável, se o país crescer e ampliar sua intervenção sobre a natureza, que seja possível preservar o meio-ambiente somente mediante essas estratégias defensivas. Inovações tecnológicas se mostrarão cada vez mais necessárias de modo a conjugar desenvolvimento e preservação (e mesmo reconstituição), assim como liberdade e igualdade (“liberdade igualitária”, mais precisamente, com que todos têm o mesmo poder social). Sem falar, é claro, na legitimidade das demandas

por produtos de consumo e serviços por largas parcelas da população, até hoje deles total ou parcialmente privados.

Mais democracia, em si, por si e como impulsionadora desses processos, segue sendo imprescindível. Hoje isso implica em particular a democratização dos meios de comunicação, tema espinhoso que precisa ser, finalmente, enfrentado.

Alianças

A questão das bases sociais de um governo ou projeto de poder tem sido tipicamente preocupação de autores marxistas. No caso dos governos Lula e agora Dilma, a primeira foi feita por Francisco de Oliveira (ver OLIVEIRA, BRAGA E RIZEK, 2010), que denunciava a formação de uma nova classe a partir do sindicalismo e de seu controle dos fundos de pensão.⁷ Com tom igualmente crítico, Rudá Ricci (2010) afirmou que o “lulismo” seria um modelo de conciliação, a exemplo de Vargas, que transformou o PT, de forma negativa, pois se afastou da mobilização dos movimentos sociais, e em parte o Brasil, com suas políticas sociais fragmentadas e operadas de cima para baixo, ademais da incorporação das massas pelo consumo e a ascensão de uma nova classe média. Singer (2012) buscou caracterizar o atual bloco no poder como uma aliança basicamente entre classe operária industrial e sindicalismo, de um lado, e, de outro, um vasto “subproletariado”, incapaz de representar-se, o que daria ensejo a uma espécie de bonapartismo “lulista”, de reformismo “fraco”, mas que avalia de modo positivo, enquanto Braga (2012) deu continuidade às preocupações de Oliveira, referindo-se, em debate com Singer, a um “precariado” pós-fordista, que terminou por apoiar o projeto “conservador” do lulismo. Vale observar que de fato o sindicalismo operário organizado, isto é, especialmente a CUT, fornece um pilar organizativo e político ao governo, ocupando relevantes cargos no aparelho estatal, ao passo que a classe operária lhe garantiria bases eleitorais sólidas, e que a vasta massa de um proletariado empregado no setor de serviços, oscilando em parte entre mercado formal e informal, tem votado por Lula e Dilma. Eles podem ser caracterizados como a base eleitoral fundamental desses governos. A esses setores deveríamos juntar aqueles da classe média ou “pequena burguesia” empobrecida e de trabalhadores rurais, de forma

⁷ Bastante real (ver Grün, 2005), mas de consequências lidas em lente puramente marxistas e com isso exageradas por Oliveira. Isto é, falar de um grupo de interesse burocrático na cúpula (financeira, neste caso) do sindicalismo é uma coisa, de uma nova “classe”, outra.

desigual e heterogênea em todo o país. O grande empresariado industrial, como sempre dúbio, apoia o governo no que toca seus interesses fundamentais, as grandes empreiteiras estão mais que metidas dentro do Estado (seja em função de projetos no Brasil, seja por conta de sua expansão pelo Mercosul), o agronegócio tem influência mas não dá apoio, enquanto que o capital financeiro e a grande mídia se posicionam claramente na oposição ao projeto, em especial desde que os interesses do primeiro foram tocados com a redução das taxas de juros e “spreads” bancários. O segundo se mostra vigilante para que os seus interesses permaneçam acima de tudo e de todos, atuando ademais como o principal veículo da oposição, dada a crescente fraqueza do PSDB e o quase desaparecimento do DEM.

Mas é preciso abrir a paleta teórica e observar que não se trata nem de “populismo” nem de “bonapartismo”. Se é verdade que a liderança de Lula é mais ampla e vai à frente do PT, ele responde por uma coalizão mais complexa, que inclui o anterior partido do “povo”, o PMDB, e outros partidos de esquerda. Foi isso aliás que Lula não compreendeu no momento de sua eleição e formação do primeiro governo, deixando-o minoritário no Congresso e tendo que manobrar com os setores mais corruptos e perigosos da política brasileira, ao contrário da visão de José Dirceu, que queria desde sempre o PMDB na coalizão governamental e hoje paga pelo erro tático então cometido. E o apelo popular não se faz diretamente às classes como classes. Nesse sentido, é preciso repensar o significado desse conceito.

Com frequência se pensa a “consciência de classe”, a partir do marxismo, como emanção direta de seu “ser social”. Essa é uma tradição paulista especialmente, que se expressou de forma clara, e profundamente equivocada, no livro de Francisco Weffort (1978) sobre o chamado “populismo” no Brasil, o qual denunciava trabalhistas, varguistas e comunistas por impedirem a formação daquela consciência. Os interesses materiais imediatos da classe trabalhadora deveriam presidir a sua organização sindical e partidária. Esse foi o projeto inicial do PT, mas talvez não por acaso Weffort terminou no PSDB e o PT se reencontrou com a tradição brasileira e latino-americana de partidos progressistas populares. Trata-se do “povo” ou dos “pobres” na política, na verdade de ambas as coisas, que tendem a se mesclar, embora não de maneira exclusiva ou excludente. Trata-se de uma identidade possível entre outras e que não deve ser vista como uma distorção de uma consciência de classe pura – que de resto raramente apareceu no mundo de modo geral, exceto na Europa em seus momentos de maior industrialização (o que São Paulo poderia

espelhar, razão pela qual tal perspectiva, no centro do capitalismo nacional, aí tem tanto lastro); o que já não acontece. É nessa identidade que Lula, o PT e a coalizão governamental vêm apostando, com sucesso crescente, construindo assim uma identidade popular que sedimenta as alianças entre os setores organizados e desorganizados do proletariado e das classes médias baixas, muitos dos quais têm expressão política mais indireta nas igrejas evangélicas que se multiplicaram no país nas últimas décadas e têm canal político sobretudo no PR.⁸ Não há ademais porque falar em cooptação. Se há uma ampla desmobilização popular, ela é anterior aos governos Lula e Dilma. Além disso, muitos movimentos, em particular o sindical, entendem estes governos como seus e deles ativamente participam, ainda que outros, como o MST, se vejam em situação mais complicada, uma vez que suas bases e suas bandeiras em grande medida se erodiram e enfrentem fortes divisões internas, não obstante muitos aspectos da concentração da propriedade agrária, da exploração do trabalhador rural e do fortalecimento da agricultura familiar e cooperativa sigam na ordem do dia.

Neste momento, o êxito político do projeto é imenso e programas como o Bolsa Família se mostram como irreversíveis, intocáveis, esteja quem for no governo. Mas duas ameaças rondam esse projeto. De um lado, seu próprio esgotamento, como assinalado acima, o que poderia ocorrer no plano econômico de maneira mais aguda de maneira imediata, embora isto se mostre como pouco provável, possivelmente seguindo-se apenas com taxas medíocres de crescimento. De outro, a construção de um projeto alternativo que fosse capaz de garantir a seu lado amplamente as classes médias, descolasse setores do proletariado – operário e organizado, assim como do setor de serviços e desorganizado – e aprofundasse o privatismo, o consumismo e a dualização fragmentada do sistema de bem-estar brasileiro, fazendo-o residual para os pobres e mercantilizado para os ricos e remediados. Evidentemente, tensões eleitorais são possíveis também dentro da coalizão governamental, mas isso parece controlável até após a reeleição muito provável de Dilma Rousseff, problemas recentes com PMDB e PSB não obstante. A questão, portanto, é em grande medida como se resolve a tensão dentro do governo, entre suas alas mais à esquerda e mais à direita, e como, na sociedade de maneira mais ampla, se reafirma, enfraquece ou, oxalá, é superada a

⁸ A esquerda, em parte pela influência da Revolução Francesa, tem por hábito histórico restringir sua visão dos movimentos sociais àqueles mobilizados politicamente, esquecendo o papel crucial que os movimentos sociais religiosos vêm cumprindo na modernidade, inclusive expressando as classes sociais.

perspectiva individualista e “empreendedorista”, mercantilizadora, consumista e predatória que prevalece hoje como legado duradouro e menos explícito, mas mais insidioso, do neoliberalismo em nossas vidas – e com enorme frequência nas políticas públicas brasileiras contemporâneas, em todos os níveis da federação.⁹ Em particular de como se trata o intocado sistema tributário brasileiro e ampliam-se as políticas sociais de cunho universal. Mas trata-se aí de uma disputa efetivamente por hegemonia, não mais meramente política, mas sim “cultural e moral”, que tem de ser travada dentro da sociedade de maneira mais geral, pela cidadania universalizada e por um tipo de desenvolvimento menos mercantilista e mais harmônico. Movimentos sociais e intelectuais têm papel importante a cumprir nesse sentido. É importante também ter claro que é necessário ganhar e garantir a presença no bloco social e político progressista de setores amplos das classes médias, *contra* os projetos hoje associados à identificação de uma “nova classe média”. Foi assim que o Estado do Bem-Estar foi construído em todo o mundo, foi com frequência ao perder essa batalha que ele teve seu desenvolvimento travado também.

Mais complicada é a brecha, por vezes o abismo, que vem se abrindo na esquerda na América Latina, o Brasil fazendo parte disso, entre um neodesenvolvimentismo – necessário, mas por vezes duro e pouco atento aos problemas ambientais e os dos povos “originários” e de populações ditas “tradicionais”, quilombolas, por exemplo – e uma esquerda que aposta em um pós-desenvolvimento – por vezes de maneira ingênua – e na defesa daquelas populações. Muitas vezes a conciliação é impossível entre esses projetos, mas é preciso buscar pontos de convergência e negociar ao máximo. Divisões como esta ajudam apenas à direita, no momento derrotada, mas sempre à espreita para se reerguer. De todo modo, uma coalizão ampla, capaz de manter o projeto progressista em seu curso, não pode deixar as questões do desenvolvimento e da ampliação do consumo de lado. Por razões em si justas, mas também porque não se devem jogar vastos setores populares e da classe média literalmente no colo dos neoconservadores, estes são dois temas que devem constar da pauta da esquerda, o que não quer dizer que devamos aceitar sem disputa sua versão privatista, privatizadora e consumista. Na esteira inclusive das

⁹ Foucault ([1978-79] 2004) notou, com enorme presciência, a centralidade da noção do indivíduo como empresa nos inícios do próprio neoliberalismo. Basta ler o jornal *O Globo* em relação às favelas do Rio de Janeiro ou consultar as teses para a “porta de saída” do Bolsa Família, implicando a colaboração do governo com o Sebrae, para se dar conta do peso desta visão entre nós, anos depois do sucesso dos livros do peruano Hernán de Soto sobre o tema, utilizando-se de outros termos, entre nós e em outros países do subcontinente.

palavras de ordem que pouco sucesso tiveram na Cúpula dos Povos em 2012, a ideia de “desenvolvimento sustentável” deveria ser reposta como um horizonte de disputa política. Seu potencial não se esgotou – ou pelo menos é ainda o melhor elemento crítico para inserirmo-nos nesse campo de disputa.

A novíssima história do Brasil

Balanco feito e horizonte de possíveis delineado, a nova história do Brasil se mostra aberta a talvez duas possibilidades, excluída as alternativas, ao menos por ora, de um neoliberalismo selvagem despontar ou um projeto mais à esquerda se viabilizar.¹⁰ A vitória ao menos parcial da ala à esquerda do atual projeto abriria, sim, uma novíssima história do Brasil. É verdade que as complicações aí são grandes também, pois isso poderia levar a um descolamento dos setores mais liberais e que hoje se expressam no PMDB, outros partidos menores e nas teses da suposta nova classe média, razão pela qual Lula se esforça talvez para garantir-lhes sempre seu apoio e posições de força no governo. Trata-se de questões de política e hegemonia tanto quanto de estratégias eleitorais. Em que medida essa tensão poderia ser intensificada e resolvida à esquerda é questão em aberto, mas que deve ser explorada, inclusive sob o risco de a coalizão perder espaços à sua esquerda.

Isso nos põe, de uma maneira ou de outra, dentro do horizonte histórico e reformista da socialdemocracia. É verdade que este é mais plural do que normalmente se sugere, pois pode ir de sua versão recuada e muito influenciada pelo neoliberalismo, como no caso alemão original de Brandt e sobretudo Schmitt, e tantos outros hoje, a suas correntes de esquerda na Escandinávia. Além de apostar em reformas que possam a longo prazo por em questão o capitalismo, desmercantilizando a força de trabalho, mudando as formas de propriedade e nossas relações com a natureza, pode-se pensar também em como abrir espaços para experiências que transbordem esse quadro reformista mais definido e permitam a “emergência” de novas formas de produzir, consumir e viver (Santos, 2002). Experiências, por exemplo como as da Economia Solidária, devem ser apoiadas mas muitas vezes repensadas e aprofundadas, de modo a poder viabilizar-se com impacto mais amplo. Por outro lado, em um plano muito mais básico, a questão da democratização da

¹⁰ Na verdade uma vitória do neoconservadorismo neoliberal nos próximos anos dificilmente descartaria os programas sociais básicos introduzidos pelos governos Lula e Dilma; consolidaria, sim, o caráter dual, e residual no que concerne ao Estado, do sistema de bem-estar brasileiro.

mídia – não sua regulação – e sua publicização devem ser finalmente contempladas, até porque nada indica que se tornará mais suave em relação ao projeto progressista.

Recuperar o público e a dimensão coletiva da vida social, buscar a sustentabilidade do desenvolvimento, acentuar a igualdade e aprofundar a democracia são elementos fundamentais a serem enfatizados por um projeto que vise ampliar ou levar a seus limites o processo de transformação em curso na sociedade brasileira. Se inclusive a questão do socialismo voltará a ser por em pauta, estes são passos que podem projetar-nos em sua direção, mais além do privatismo, da desigualdade, da exploração sem peias, da passividade que hoje em larga medida a caracterizam, reabrindo o campo de lutas populares e de ideias. Seja como for, problemas e limites, possíveis reveses, não há como negar: o Brasil vive sua nova história, moderna totalmente em suas peculiaridades e finalmente enfrentando questões seculares até então quase intratáveis. O que se põe em pauta agora são as direções futuras que irá tomar.

Referências

Boschi, Renato e Flavio Gaitán (2008) “Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina”, in Renato Boschi (org.), *Variiedades de capitalismo na América Latina* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011).

Braga, Ruy (2012) *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo: Boitempo).

Bresser Pereira, Luiz Carlos (2009) *Globalização e competição* (Rio de Janeiro: Elsevier).

Cattani, Antonio David e Oliveira, Marcelo Ramos (orgs.) (2012) *A sociedade justa e seus inimigos* (Porto Alegre: Tomo).

Crouch, Colin (2009) “Privatized Keynesianism: an unacknowledged policy scheme”, *The British Journal of Politics and International Relations*, vol. 11.

Domingues, José Maurício (2002) “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”, in *Ensaio de sociologia* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004).

Domingues, José Maurício (2006) “Instituições formais, cidadania e ‘solidariedade complexa’”, in *Aproximações à América Latina. Desafios contemporâneos* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

Domingues, José Maurício (2009) “Democracia, liberdade e dominação: uma discussão teórica com referência especial (via Índia) à América Latina, Brasil”, in

Teoria crítica e semiperiferia (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011).

Domingues, José Maurício (2011) “Desenvolvimento e dependência, desenvolvimentismo e alternativas”, in *Teoria crítica e semiperiferia* (Belo Horizonte: Editora UFMG).

Domingues, José Maurício (2012a) “‘Pobres’, esquerda e mudança social no Brasil contemporâneo: uma leitura crítica de *Os sentidos do lulismo*, de André Singer”, *Série Cadernos Flacso* (Rio de Janeiro: Flacso).

Domingues, José Maurício (2012b) *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory* (Nova York e Londres: Routledge). No prelo da Editora UFMG.

Esping-Andersen, Gosta (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (Cambridge: Cambridge University Press).

Foucault, Michel ([1978-79] 2004) *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France* (Paris: Seuil e Gallimard).

Grün, Roberto (2005) “O nó dos fundos de pensão”, *Novos Estudos CEBRAP*, no. 73.

Harvey, David (2003) *O novo imperialismo* (São Paulo: Loyola, 2004).

Mann, Michael (2013) *The Sources of Social Power*, vol. 3. *Global Empires and Revolution, 1890-1945* (Cambridge: Cambridge University Press).

Nobre, Marcos (2012) “Depois da ‘formação’: cultura e política da nova modernização”, *Piauí*, no. 74.

Oliveira, Francisco, Braga, Rui e Rizek, Cibele (orgs.) (2010) *Hegemonia às avessas* (São Paulo: Boitempo).

Pochmann, Marcio (2012) *Nova classe média? O trabalho na base na pirâmide social brasileira* (São Paulo: Boitempo).

Ricci, Rudá (2010) “*Lulismo*”: *da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira* (Rio de Janeiro: Contraponto).

Sader, Eder (1988) *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Sader, Emir e Garcia, Marco Aurélio (orgs.) (2010) *Brasil. Entre o passado e o futuro* (São Paulo: Boitempo).

Santos, Boaventura de Sousa (2002) “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista crítica de ciências sociais*, vol. 63.

Singer, André (2012) *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo: Companhia das Letras).

Sorj, Bernardo (2000) *A nova sociedade brasileira* (Rio de Janeiro: Zahar).

Weffort, Francisco (1978) *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

1. Os movimentos, a política social e o direito de sonhar

Autor: José Maurício Domingues

Data: 19/06/2013

Fonte: O Globo

Há muito ainda a compreender nas belas manifestações que tomaram o país. Mas algumas coisas parecem claras. Elas refletem uma insatisfação mundial, que afeta em particular os jovens, com a forma fechada com que funcionam os sistemas políticos.

As pessoas recusam que a política seja coisa das máquinas que a sequestraram; as redes sociais têm cumprido papel fundamental em sua organização, e as manifestações são influenciadas pelas que acontecem em outros lugares. Mas o contexto é importante.

Entre nós, depois de anos de mudanças sociais significativas, tudo indica que as pessoas querem mais e que estão faltando criatividade e iniciativa, em particular ao PT, que foi o oxigênio principal da política nas últimas décadas.

Há de tudo nas manifestações, mas dois aspectos se destacam. Vemos a insatisfação e um desejo difuso de mudança se espalharem. A agenda do combate à pobreza e das políticas setoriais parece haver atingido seus limites de inclusão social. Assim afirma-se a ocupação massiva do espaço público, reivindicando-o contra a privatização da vida e pelo direito a sonhar.

Por outro lado, desponta a pauta dos direitos sociais - o que é especialmente visível em São Paulo em face do terrível transporte público e da opção pelo individualismo automotivo que se mantém há décadas no país.

O que ocorrerá daqui por diante está em aberto. Talvez o saldo a médio prazo desses protestos seja a regeneração do associativismo, que declinou nas últimas décadas, agora sob formas mais horizontais e inovadoras, provavelmente mais autônomas em relação aos partidos.

Uma pauta mais universalista e igualitária de direitos sociais tende a se afirmar. A curto prazo há pouco a esperar do sistema político, afora respostas pontuais, mas sua abertura à dinâmica social, a limitação dos interesses do capital nas políticas públicas e a busca de novas formas institucionais de participação são decisivas para oxigená-lo e impedir sua desdemocratização tecnocrática e gerencial.

2. Jogar o jogo da democracia

Autor: José Maurício Domingues

Data: 23/06/2013

Fonte: O Globo

A esta altura é possível fazer um balanço inicial dos movimentos de protesto dos últimos dias. A conjuntura se move rapidamente, mas é provável que eles comecem a amainar, ainda que riscos de radicalização permaneçam e levemos tempo para entender como de poucas centenas as manifestações se converteram em muitos milhares. É positivo que o MPL em São Paulo tenha decidido fazer uma pausa para reflexão.

Os jovens foram às ruas, convocados inicialmente com uma pauta clara, em torno à suspensão dos aumentos das passagens. Rapidamente esses movimentos se transformaram em algo maior, sua pauta tornou-se difusa. De um modo geral, acentuam as demandas por participação e as reivindicações por serviços públicos de qualidade, universais, nos transportes, na educação e na saúde, na verdade por mais presença do Estado e pelo bom uso do dinheiro público, bem como agora temas progressistas nos costumes e nas leis. A vontade de sonhar cintilou e de modo geral os protestos têm sido pacíficos.

São estes mesmos muitos dos jovens de classe média, agora mais próximos muitas vezes socialmente das classes populares, que lutaram pelas reformas de base, contra a ditadura, pelo impeachment e contra a fome. Se agora muitos se perdem na forma de fazer de política, até ontem social e politicamente atomizados, deve-se perguntar como foram esquecidos pelos partidos, principalmente os de esquerda, que com frequência os organizavam.

O recurso ao hino e ao verde amarelo é algo que une a todos, e a recusa aos partidos nas manifestações deve ser entendida pelo fato de os jovens não se verem neles representados e enxergarem o sistema político como impenetrável. Autoritária é a violência que se desaba sobre aqueles que, em seu direito democrático de se manifestar, afirmam sua identidade partidária, assim como a recorrente e desmedida violência policial. E há também aqueles que tentam transformar o que é sonho em pesadelo: são movimentos de extrema-direita e provocadores.

Há uma agenda em disputa e o sistema político está sendo lento em responder. A longo prazo, e para além da retórica, esta tem de ser a aposta: aprofundar a democracia, dialogar, renovar a política, os movimentos sociais e as políticas sociais. O jogo da democracia está sendo jogado e somos todos responsáveis por ele.

3. O Brasil na geopolítica da indignação global

Autor: Breno Bringel

Data: 22/06/2013

Fonte: Não se aplica

A indignação não é um movimento social. É um estado de ânimo. E, como tal, pode se expressar de maneiras muito diversas. No Sul da Europa, por exemplo, o sentimento da indignação social nos últimos dois anos teve fontes múltiplas, porém um dos principais fios condutores foi a rejeição a pagar as consequências diretas da crise, que deveriam ser assumidas pelos seus principais responsáveis. Banqueiros e especuladores tornaram-se assim alvos centrais das mobilizações sociais. Nos Estados Unidos, “occupiers” dirigiram em geral suas reivindicações a esses mesmos atores, sob o argumento indignado de que o 1%, totalmente distanciado dos anseios da população, não pode decidir o futuro do 99%.

No Brasil hoje (e a conjuntura altera-se com uma rapidez impressionante durante esses dias) a indignação ainda é extremamente difusa e crescentemente polarizada. Sentimentos, argumentos e sentidos diversos e contraditórios coexistem nas ruas, atos e manifestações. Alguns expressam seu descontentamento com o funcionamento do transporte público e dos serviços públicos de forma mais geral (principalmente educação e saúde); outros apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da copa e dos megaeventos a ser realizados no país; jovens de classe média-baixa indignam-se pela persistência profunda das desigualdades; também há aqueles que insistem na indignação face a questões mais específicas e setoriais, conquanto não menos importantes, como a PEC37, a criminalização do aborto, o projeto de lei aprovado para tramitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara para a denominada “cura gay”, etc.

O maior contingente de população, em geral jovens, que durante esses dias participou das mobilizações sociais ainda tem um sentido da indignação pouco articulado politicamente, já que para a grande maioria este é seu “batismo político”. Em outras palavras: a indignação, a ira, a raiva e o ódio ainda não se cristalizaram em uma ação política estruturada. Estes jovens, assim como boa parte da onda de

indignação global que tem viajado por diversos países do mundo nos últimos anos, associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política. Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Antes de criticar os jovens por isso, deveríamos nos perguntar o que (e por que) não funciona. E aproveitar a oportunidade de ruptura da apatia e queda do muro de silêncio para a conquista de direitos e avanços na transformação social.

As mobilizações sociais são termômetros da sociedade e nem sempre revelam rumos agradáveis. Costumam difundir-se de setores mais mobilizados e organizados (nesse caso, principalmente o Movimento Passe Livre) a setores menos mobilizados e organizados, sendo que os grupos iniciadores podem ver-se absolutamente ultrapassados. Mobilizações de massa nem sempre são controladas pelas organizações sociais e política e menos em nossos tempos onde emerge um novo tipo de política viral e difusa. Este é um grande desafio político, pois exige adaptar e renovar nossas formas de ação.

Pensado em perspectiva comparada dentro da onda global de indignação contemporânea, o caso brasileiro assume especificidades que devem ser levadas em conta. É crucial, para isso, entender as espacialidades da contestação social em, ao menos, três dimensões. Em primeiro lugar, ao contrário de alguns dos processos vividos na Europa, na África ou nos Estados Unidos recentemente e, a despeito das solidariedades em vários lugares do planeta (principalmente de brasileiros que lá vivem) e do uso de ferramentas comuns, não há uma difusão direta, permanente e sistemática dos protestos, enquadramentos, formas e repertórios de ação com outros lugares fora do Brasil. Isso é importante, pois reflete um escasso aprendizado compartilhado de experiências de lutas sociais recentes que muito poderiam contribuir para o atual momento no Brasil.

Em segundo lugar, diferentemente das demais contestações da indignação contemporânea que articularam dinâmicas escalares complexas, ligando o local ao global (com importância forte do regional no caso da Europa), em nossas mobilizações, a escala nacional serviu como um dispositivo de bloqueio político que permitiu, em alguns casos, avivar posições nacionalistas de direita. Em terceiro lugar, os lugares importam. Cada manifestação, em qualquer capital ou pequena cidade brasileira, se revestiu de demandas particulares e de críticas específicas à política local e regional, unidas às diversas culturas políticas. Isso é comum à onda de

indignação e aos protestos em geral. Contudo, essas especificidades locais revelam também mudanças no perfil das reivindicações e na composição social dos manifestantes. Isso leva a que, por exemplo, certos grupos que não estavam presentes em São Paulo ou em Ribeirão Preto atuassem no Rio ou em São Gonçalo e vice-versa; mas também a que as correlações de forças sejam distintas em lugares diferentes.

Nesse último campo, os atos de vandalismo e a violência também revelam as fraturas, as desigualdades profundas, as segmentações e o classismo da sociedade brasileira. Oportunistas e infiltrados não faltam (sejam saqueadores, policiais e ex-policiais, racistas, xenófobos, homófobos e ultra-direitistas de plantão), mas também é preciso pensar como há nas mobilizações recentes uma indignação de classe e de opressão que se une a essa indignação difusa e crítica.

A questão chave a que nos enfrentamos é: como canalizar a indignação em movimento social transformador? A resposta não é fácil, dado a profunda disputa de significados pelas movimentações recentes. O primeiro bloqueio vem dos meios de comunicação hegemônicos, que, com a ausência de um pluralismo informativo, tem pautado a interpretação dos acontecimentos. As redes sociais são uma ferramenta importante para a comunicação horizontal, a convocatória e a difusão de mensagens, porém insuficientes, pois, em geral, não geram/produzem contrainformação sistemática e interpretações de amplo alcance. Urge, desse modo, a criação de plataformas mais abrangentes de informação alternativa que possam chegar a um contingente mais amplo da população.

Por outro lado, torna-se cada vez mais urgente o investimento em atividades pedagógicas de formação política dentro do processo de mobilização atual. Dotar de significado transformador a indignação exige formação e conscientização política. Este elemento é central para frear a capitalização dos protestos pela direita, que tem usado ideias simples e conservadoras, muitas delas enraizadas de forma quase naturalizada (reproduzida claro, pela educação e pelos meios de comunicação convencionais) na sociedade brasileira.

Como consequência do anterior, vale a pena olhar outra vez para a onda de indignação global. Em todas essas contestações criaram-se espaços de convergência, macro-assembleias e fóruns de discussão onde as pessoas começaram a fazer política de outra maneira; discutiram, compartilharam e amadureceram suas ideias. Também podemos (e deveríamos) ter nossa *Puerta del Sol* e ocupações permanentes que permitam aprofundar o processo aberto nas ruas. Devemos não somente disputa-las

como ampliar os espaços coletivos de construção. O Brasil tem sido nos últimos anos um importante exemplo, em todo o mundo, de “laboratório democrático” que se expressou em canais diversos de participação e deliberação da sociedade. A maioria deles institucionais. Reinventemos e aprofundemos isso também nos espaços públicos. Converter nossas cidades em uma grande ágora pode ser um primeiro passo para canalizar a indignação dispersa e fragmentada em potencial transformador. Também é uma boa oportunidade para renovar nossas formas e forças de esquerda e sensibilidades comprometidas com a justiça social e a emancipação.

4. Por uma vida sem catracas

Autor: Cunca Bocayuva

Data: 18/06/2013

Fonte: Canal Ibase - <http://www.canalibase.org.br/por-uma-vida-sem-catracas/>

Car@s amig@s, sem tentar tecer considerações sobre o óbvio acho que podemos sair em defesa do protesto social no Rio de Janeiro, em Paris ou em Istanbul. Distintas razões estão levando ao protesto social a primeira geração global pós-neoliberal e pós-internet. Uma grande resistência começa a ser criada para fazer frente ao processo distópico, de destruição programada dos direitos econômicos, sociais e culturais. Vemos hoje os primeiros ensaios de uma convergência e interação de vozes e corpos, que se manifestam pelas redes e nas cidades. A primeira geração criada em meio ao ritmo da transnacionalização e do ciberespaço, só tem a memória da crise orgânica permanente, só viu a fragmentação e a mercantilização da vida cotidiana, sob o império do espetáculo financeiro e do endividamento crônico. Navegando nos sonhos do crediário, entre a política do medo e o atordoamento derivado dos fluxos de objetos e mensagens, sob o impulso dos processos de precarização. Mas a geração XXI (pós anos noventa) vai encontrando e reinventando sua forma de agir coletivo, de criar espaço público de fazer convergir a vontade de mudança.

Nas ruas e praças já se somam outros movimentos, que questionam os modos de governar as cidades e segregar as pessoas impondo o mimetismo globalista do mundo do capital. Questionando sem perda do sentido concreto e direto das questões colocadas recuperando temas, vozes e esperanças que foram sendo destituídas em nome de novas personas, novas roupagens e vendas de ilusão. O tema da revolução das prioridades e das novas ecologias ganhou as ruas novamente em meio ao hibridismo de um ator que busca uma outra forma de comunicação política, que faz o contra-espetáculo. O movimento de grupos moleculares que lida com os vários planos de luta, que junta a demanda do direito à cidade, a partir da questão da mobilidade urbana, ao direito ao tempo livre, ao espaço público para uma circulação e mobilidade democrática e produtiva.

A conexão virtual se projeta na demanda por espaços verdadeiramente públicos, gerando outras políticas e novos espaços onde o global depende da

autonomia e do respeito pelo local. A cidade precisa ser governada na escala humana. Numa perspectiva em que os indicadores são definidos pelos critérios reais de acesso e usufruto ao bem estar, onde os bens são públicos, onde as liberdades e direitos privados são garantidas para tod@s a partir da valorização do espaço comum. No transporte e na informação a política da comunicação de uma outra mensagem parece estar sintetizada no valor de um movimento singular sobre a elevação abusiva das tarifas, cuja proposta gerou os encadeamentos e o vetor universalizador da demanda por democracia econômica.

No texto do Movimento Passe Livre se escreve a demanda de luta “por uma vida sem catracas”. Basta lembrar que a boa utopia é sempre tópica, situada, se define pela mensagem voltada para o potencial de produzir experiências, de conectar idéias, sugere um caminho programático com base na sua autonomia quanto aos poderes dominantes. A sua legitimidade política deriva da simplicidade da questão colocada, que tem a profundidade dos desafios de uma outra forma de governar, de definir novas prioridades. O horizonte dos novos movimentos é multiplex, é de remix, é de recombinação de práticas que articulam vetores capazes de gerar tecnologias de organização e inovação social. Escrevo essa nota porque recebi notícias de outros recantos do mundo, que recuperam por todo os recantos a máxima abandonada por Obama do “yes we can”. Já que, para a velha pergunta do “que fazer” a resposta será sempre singular mas contribuirá para o potencial universal do direito a ter direitos. Sabemos desde a luta contra o fascismo e as ditaduras o quanto é importante desnaturalizar as decisões que encobrem o lugar real, questionar o domínio das falsas necessidades e a produção e bloqueio dos direitos. Os que criam os cenários da especulação e da inflação deslocam o foco das questões e das batalhas que são prioritárias em nome de suas urgências voltadas para gerar confiança para os chamados grandes investidores.

Na ótica do grande capital somos parte dos que apequenam os debates sobre as questões centrais da economia, “por questões de centavos”. Isso tudo, ao mesmo tempo em que reafirmam suas opções ditadas pela racionalidade burocrática ou de perfil mercantil-capitalista através de grandes aparatos de comunicação, de especialistas, jurídicos e repressivos. “Nunca diga isso é natural” dizia o grande dramaturgo alemão, nessa pegada a geração XXI e o MPL nos coloca diante da necessidade de repensarmos a vida sem catracas. As conjunturas locais e as culturas são distintas na Tunísia, na Espanha, na Grécia, nos EUA, ou aqui, mas a

sensibilidade e a emergência da política de redes é um bom momento para oxigenar nossa vida social e intelectual, pondo em questão a manipulação fetichista do espetáculo da ditadura economicista e da economia do endividamento.

Seguindo os passos e os questionamentos sugeridos por Karl Polanyi, já que é possível colocar no centro da cena um programa e uma política que combinem a centralidade do social entrelaçada com a ampliação da democracia. Que tal começar pelos transportes? Que tal lidar com a questão em pauta como um novo começo nas práticas de governo? Que tal ouvir outras vozes para mudar a vida? Que tal não tornar o despertar e a sensibilidade da nova geração um pretexto para impor a ordem de um fascismo social? Evitar as formas de dominação que na falta de fazer avançar a democracia governam pela segregação e eliminação dos outros. Agora podemos compreender o valor dos que evitam participar do projeto que combina o poder de “matrix” com a fabricação de zumbis. Melhor seria a aposta na mensagem do MPL, cuja clareza expressa em texto combina identidade com a construção de valores.

Falando na primeira pessoa, não conheço as pessoas mas admiro desde a muito o Movimento Pelo Passe Livre, acredito que muitos dos avanços e dos questionamentos por eles gerados já vem produzindo resultados importantes no questionamento de uma política anti-popular. Parece estar se aproximando a hora de construção elos horizontais entre os grupos sociais que advogam programas de democratização real, de construção social e pública. O que depende do reforço de mensagens que interessam ao bem comum. De modo a abrir caminhos para questionamentos necessários e urgentes que já foram colocados em propostas existentes, como as aprovadas nas diferentes conferências de políticas públicas, mas que ainda não se tornaram objeto de um programa de governo voltado para os direitos de tod@s.

5. O Lulismo e seu futuro

Autor: André Singer

Data: Outubro de 2010

Fonte: Revista Piauí, n^o 49 - <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-49/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-lulismo-e-seu-futuro>

Numa passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx mostra como é frequente os atores de uma determinada época buscarem inspiração nos acontecimentos de outra. Se o período histórico evocado pelos homens contemporâneos pode ser revelador da natureza das tarefas que eles pretendem realizar, mesmo que o resultado final possa ser diferente do esperado, vale a pena deter-se na consideração do seu significado. O Brasil do ano eleitoral que se encerra tem algo da atmosfera imaginária na qual, há mais de meio século, a democracia norte-americana criou o arcabouço de leis, instituições e ações do *New Deal*.

Conjunto de programas iniciados na primeira Presidência de Franklin D. Roosevelt para fazer frente à crise de 1929, o *New Deal* permitiu um salto na qualidade de vida dos pobres e propiciou maior igualdade entre os cidadãos americanos. Ter instaurado tal ambiente é um legado dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele pode moldar o “marco regulatório”, para usar uma expressão do mundo jurídico, no qual ocorrerão as próximas disputas eleitorais. Isto é, partidos e candidatos divergirão quanto aos meios, mas os fins estão fixados de antemão.

Nesse caso, as eleições brasileiras de 2002 e 2006 poderão ser vistas, no futuro, como o início de um longo ciclo político, semelhante ao que aconteceu com as vitórias de Roosevelt em 1932 e 1936. Na primeira eleição (1932, 2002), formou-se uma nova maioria. Na segunda (1936, 2006), em uma votação de continuidade, a coalizão majoritária se manteve, mas com uma troca de posição importante no apoio ao presidente. Em ambos os casos (Roosevelt, Lula), a troca de apoio decorreu da política levada a cabo no primeiro mandato: a classe média se afastou do presidente, mas eleitores pobres tomaram o seu lugar.

Durante a vigência do ciclo, é possível até haver troca de partidos no poder. Foi o que ocorreu em 1952 e 1956, com a vitória republicana. Mas ela não implicou abandono dos grandes objetivos nacionais: a diminuição da pobreza e o incremento da igualdade. De acordo com o cientista político John Berg, as eleições de realinhamento “têm o potencial de definir um novo tipo de política, um novo conjunto de clivagens, que pode durar décadas”.

Não seria por acaso, portanto, que comparações entre o período atual e o de Roosevelt tenham se multiplicado recentemente. Em julho, citando o economista americano Paul Krugman, o jornalista Fernando de Barros e Silva escreveu na *Folha de São Paulo*: “Os Estados Unidos do pós-guerra eram, sobretudo, uma sociedade de classe média. O grande *boom* dos salários que começou com a Segunda Guerra levou dezenas de milhões de americanos – entre os quais meus pais – de bairros miseráveis nas regiões urbanas ou da pobreza rural à casa própria e a uma vida de conforto sem precedentes”.

Krugman relata a “sensação admirável” de viver em uma comunidade na qual a maioria das pessoas leva “uma vida material reconhecidamente decente e similar”. Conclui o jornalista: “Essa *middle-class society* que encarnava o sonho americano não foi obra de uma ‘evolução gradual’, mas, diz Krugman, ‘muito pelo contrário, foi criada, no curto espaço de alguns anos, pelas políticas do governo Roosevelt’

Outra menção aparece no fecho de um balanço da Presidência de Lula feito por dois economistas ligados ao governo, Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza. “A superação de dogmas recentes encontra paralelos em momentos nos quais os Estados das economias capitalistas centrais optaram pela ruptura de seus modelos de atuação”, dizem os autores. “Assim foi, por exemplo, com a G.I. Bill (1944) e com o Employment Act (1946).”¹¹ A segunda medida, em particular, teve um caráter duradouro. “Desde a Segunda Guerra Mundial, o governo federal havia reconhecido suas responsabilidades pela manutenção da economia em pleno emprego”, lembrou Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia.

Um terceiro exemplo vem da ciência política. Wendy Hunter e Timothy J. Power comparam o Programa Bolsa Família ao Social Security Act, com o qual, em 1935, Roosevelt instituiu o sistema de previdência pública. Hunter e Power

¹¹ A *g.i. Bill*, assinada por Roosevelt em junho de 1944, deu o direito a veteranos de cursar a universidade no retorno da Segunda Guerra Mundial. Promulgado pelo presidente Harry Truman em fevereiro de 1946, o *Employment Act* atribuía ao governo federal a incumbência de promover oportunidades de emprego.

vaticinavam, já em 2007, que o Bolsa Família poderia se tornar, como a previdência pública nos Estados Unidos, um “terceiro trilho” na política brasileira: aquilo que não se pode mexer, sob o risco de morte política.

A julgar pelas propostas dos candidatos à Presidência durante a campanha deste ano, Hunter e Power estavam certos: a oposição disse que queria *dobrar* o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família, e ninguém falou em diminuir o benefício. Apesar das diferenças que os separam, os postulantes estavam envolvidos no clima rooseveltiano de criar no Brasil, em um “curto espaço de alguns anos” uma sociedade com base na classe média.

Tanto que Dilma Rousseff, do PT, propôs “erradicar a miséria” no espaço de um mandato. José Serra, do PSDB, falou em “partir para a erradicação da pobreza”. Marina Silva, do PV, elogiou o fato de 25 milhões terem deixado a linha da pobreza no período recente e disse que não mexeria na política que permitiu isso. Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, fez do combate à desigualdade o centro do seu discurso.

Mas em que medida há condições materiais para aplicar aqui o *New Deal* de Roosevelt? Até que ponto é verdadeiro o consenso em torno dessas metas? E qual resistência se deve esperar às políticas necessárias para transformar o projeto em realidade? Começemos pelas condições materiais.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, entre 2003 e 2008 a pobreza extrema (rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo) foi reduzida de 15% para 10% da população. No mesmo período, a pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo) caiu em proporção semelhante, reduzindo-se o total de brasileiros nessa faixa de renda para 23%. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os brasileiros abaixo da linha de pobreza eram metade da população. No governo Lula, caíram para cerca de um terço da população.

Em linhas gerais, os dados apontam que uma parte do sonho rooseveltiano – o de construir uma sociedade em que (quase) todos estão fora da pobreza – está ao alcance dos dois próximos mandatos presidenciais. Não se trata apenas de uma expansão da classe média, pois o proletariado também aumenta. À medida que o subproletariado é incorporado ao mercado de trabalho formal e ao padrão de consumo “normal”, a base da pirâmide social passa a ser formada pelo proletariado, uma vez que não há outra classe abaixo dele. É possível que um proletariado mais antigo –

uma espécie de aristocracia operária – se mantenha como uma fração de classe à parte, porém as diferenças relativas teriam diminuído.

Embora a redução da pobreza tenha significado também uma diminuição da desigualdade, esta parece responder com mais vagar às iniciativas governamentais. Num comunicado do início do ano, o Ipea observou que “o movimento recente de redução da pobreza tem sido mais forte que o da desigualdade”. Segundo Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú Unibanco, “somos o décimo pior país em distribuição de renda” no mundo. Para o especialista em finanças públicas Amir Khair, hoje “apenas 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda próxima da dos 50% mais pobres”. Por isso, segundo o economista Marcelo Neri, quando olhado desde o ângulo da desigualdade, a fotografia da sociedade brasileira é “ainda grotesca”.

Alguns argumentam até que, por trás da vagarosa queda do índice de Gini, que mede o desnível entre os que recebem salário, haveria na realidade uma piora na repartição da riqueza entre o capital e o trabalho. Nessa lógica, uma maior equidade entre os que vivem do próprio trabalho teria sido compensada por um aumento da parcela apropriada pelos capitalistas sob a forma de lucros e dividendos.

Sinais disso seriam os largos gastos do Tesouro com o pagamento de juros e os polpudos lucros das grandes empresas ao longo do governo Lula. No entanto, de acordo com o Ipea, a participação do trabalho na renda nacional, que estava estagnada há quinze anos, também começou a aumentar. Em 2004, ela era de 31% do Produto Interno Bruto, e passou para 33% em 2007. Mais ainda: de acordo com as estimativas do economista João Sicsú, no ano passado ela deve ter voltado ao patamar de onde começou a cair em 1995: 35%.

Mas, se a renda dos assalariados – e particularmente dos mais pobres – cresce num ritmo suficientemente acelerado para eliminar a pobreza em poucos anos, como se explica que a desigualdade caia devagar? Acontece que os ricos estão ficando mais ricos. A economista Leda Paulani tem assinalado que 80% da dívida pública estão em mãos de algo como 20 mil pessoas, as quais, sozinhas, recebem um valor dez vezes maior do que os 11 milhões de famílias atendidas pelo Bolsa Família. O sociólogo Francisco de Oliveira, por sua vez, chamou a atenção para os sinais de riqueza ostensiva revelados pela inclusão de mais de uma dezena de brasileiros na lista da revista *Forbes* dos mais ricos do mundo. De fato, basta abrir um jornal ou revista para deparar com notícias relativas à expansão do comércio de alto luxo em São Paulo.

Como há indícios de que possa ter ocorrido certo achatamento nos ganhos da classe média, a persistência da desigualdade deve, realmente, decorrer do que é apropriado pelos muito ricos.

A queda lenta da desigualdade, em sociedades que partem de um patamar elevado e nas quais os mais ricos continuam a acumular riqueza, aponta para a dificuldade de atingir, no curto prazo, uma situação em que os seus membros tenham uma vida material “reconhecidamente similar”.

Mesmo mantido o ritmo atual de melhora das condições de vida dos menos aquinhoados, o Ipea calcula que em 2016 chegaremos a um indicador de desigualdade um pouco inferior àquele que dispúnhamos em 1960, quando foi aplicada a primeira pesquisa sobre diferenças de renda.

Ou seja, se for bem-sucedido o esforço no sentido de elevar o padrão de existência dos mais pobres nos próximos anos, o que está no horizonte é voltar ao ponto interrompido pelo golpe de 1964. Após duas décadas de um regime militar concentrador, e de outras duas décadas de estagnação, as políticas de redução da pobreza nos levarão de volta ao limiar de onde começamos a regredir. Não é coincidência que o salário mínimo tenha voltado, em 2009, ao patamar de meados dos anos 60.

A agenda de diminuição da pobreza e da desigualdade do governo Lula avançou por meio de uma estranha combinação de orientações antitéticas: de um lado, manteve linhas de conduta do receituário neoliberal e, de outro, adotou mecanismos de uma plataforma desenvolvimentista. Essa combinação *sui generis* de mudança e ordem explicaria por que o apoio político ao presidente, grosso modo, migrou da classe média para o subproletariado.

A combinação se deu ao longo de três fases. Na primeira, entre 2003 e 2005, predominou a ortodoxia: contenção de despesas públicas, elevação dos juros e reforma previdenciária que apontava para a redução de benefícios no serviço público. Era o pacote clássico de “maldades” neoliberais, voltadas para estabilizar a economia por meio da contração dos investimentos públicos e das atividades econômicas em geral.

Para além de mera opção técnica, o que estava em jogo era uma escolha política: evitar a radicalização por meio do atendimento das condições impostas pela classe dominante. Como afirmou o ex-senador Saturnino Braga: “Na transição,

quando findavam os últimos meses de Fernando Henrique Cardoso, a inflação e a taxa cambial dispararam. Aquilo foi um aviso do capital.”

Ocorre que, *quase ao mesmo tempo*, houve um conjunto de iniciativas na direção contrária às soluções neoliberais. O lançamento do Bolsa Família, em outubro de 2003, foi seguido pela expansão do crédito popular, com o convênio assinado entre sindicatos e bancos no final do mesmo ano, e pela valorização do salário mínimo, iniciada em 2004. As três medidas deram a partida para a recuperação da economia por meio do fortalecimento de um mercado interno de consumo de massa.

A segunda etapa da política econômica começa com a passagem de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda, em 2006, e se estende até a irrupção da crise financeira internacional, em 2008. A partir da chegada de Mantega ao centro das decisões econômicas, o lado popular do projeto de Lula, que ficara em desvantagem na primeira fase, ganha mais peso. Isso se reflete em uma elevação substancial do salário mínimo em 2006, com um aumento real de nada menos que 14%. A progressão do salário mínimo continuou ao longo do segundo mandato, com uma valorização estimada em 31%.

Entres os estudiosos do tema, observa-se uma convergência em torno da percepção de que no valor do salário mínimo encontra-se a chave para reduzir a iniquidade no Brasil. “O salário mínimo estabelece o piso da remuneração do mercado formal de trabalho, influencia as remunerações do mercado informal e decide o benefício mínimo pago pela Previdência Social”, assinala Sicsú. Quase 68% dos trabalhadores ganham apenas até dois salários mínimos, e uma parcela expressiva dos aposentados recebe um. Por isso, o sociólogo Simon Schwartzman afirma que “o salário mínimo foi o grande fator para a redução da pobreza”.

Segundo o economista Amir Khair, 75% do consumo que estimula o crescimento vem das famílias. Assim, o aumento do poder aquisitivo das famílias de baixa renda – que se beneficiaram também da diminuição do preço de artigos populares, por meio de desonerações fiscais – impulsionou a atividade econômica como um todo. As empresas elevaram o investimento para aproveitar as oportunidades abertas pela expansão do mercado, com isso gerando emprego, o qual por sua vez realimentou o consumo, em um círculo virtuoso há muito esperado no Brasil.

Um segundo elemento caracterizou o triênio 2006–2008: o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em janeiro de 2007. Partindo de um

patamar muito baixo, a União quase duplicou o montante orçamentário destinado ao investimento. Houve, igualmente, uma multiplicação do investimento realizado pelas estatais – sendo que a Petrobras, sozinha, tem mais capacidade de investimento do que a União.

Para além daquilo que a União e as estatais podem investir diretamente, cumpre atentar para o efeito indutor que exercem sobre o investimento privado, sobretudo na área relativa aos grandes projetos de infraestrutura. Até o advento da crise financeira internacional, a meta do PAC – sustentar um crescimento de 5% – foi atingida. Não fosse pela paralisia das atividades econômicas decorrentes da crise, é possível que chegasse a 7%.

A terceira fase da política econômica do governo Lula ainda está em curso, o que dificulta a avaliação. Ela corresponde ao período que se abre com a crise internacional e deverá ir até o final do mandato. Cabe somente indicar o aprofundamento da trajetória delineada na segunda etapa. Os bancos estatais foram fortalecidos para garantir o crédito, operando até certo ponto na contramão do Banco Central, que demorou em reduzir a taxa de juros. O consumo popular foi ampliado mediante aumentos do salário mínimo e das transferências de renda, mesmo depois de iniciada a crise. O setor produtivo foi estimulado por meio de desonerações fiscais e ações indutoras, como o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida.

Em linhas gerais, a desorganização das finanças mundiais deixou ao setor público o encargo de impedir que se abrisse um ciclo de depressão econômica. Apesar de não ter evitado a estagnação em 2009, a rápida (e forte) recuperação em curso mostra que o Brasil foi bem-sucedido no uso dos instrumentos disponíveis.

A condução das medidas anticíclicas durante a crise, na qual o presidente se destacou pela ousadia de conchamar a população a manter a confiança e comprar, arriscando-se a quebrar junto com os endividados, caso algo desse errado, consolidou uma popularidade inédita desde a redemocratização. Subitamente, o crescimento que se julgava extinto, voltou. Pode-se dizer que a crise fortaleceu o campo popular na terceira fase do governo Lula, o que tornou tal fato decisivo para a alavancagem da candidatura de Dilma Rousseff.

No programa apresentado por Dilma Rousseff na campanha eleitoral, o objetivo central é eliminar a miséria extrema na década que começa em 2011. Prometeu fazer isso com a valorização do salário mínimo, a ampliação gradual das transferências de renda e o reforço do papel do Estado na economia. Também disse

que manterá o Banco Central com autonomia para conduzir a política monetária, deixar o câmbio flutuante e exercer alguma rigidez fiscal.

Não se deve depreender da moderação desse arranjo que ele esteja isento de embates importantes, cujos desfechos definirão os contornos mais precisos do caminho a ser trilhado nos próximos anos. A menos que sobrevenha nova ascensão do movimento social, em refluxo desde a década de 90, uma parte dos conflitos ocorrerá num plano relativamente oculto – eles se darão por meio de negociações intraestatais, sem que o público amplo possa percebê-los de imediato.

Ao analisar com minúcia os processos de decisão, cujos reflexos na superfície são por vezes tênues, aparecem os nós e as tensões definidores. Um bom exemplo passado está na seguinte descrição de Nelson Barbosa:

Devido à crise internacional e seus reflexos no Brasil, a receita do governo caiu, e se o governo cortasse a despesa na mesma proporção em que a receita caiu, ele empurraria a economia para baixo, como se agia normalmente no passado. Diferentemente de outras crises, agora nós temos escolha, podemos reduzir o superávit primário para preservar o crescimento e o bem-estar da população. A decisão de reduzir a meta de superávit primário em 2009 passou tranquila na imprensa; para quem participa da política econômica do governo Lula isso é um marco.

Trata-se de uma delicada rede de pressões e contrapressões no interior do Estado.

A redução da pobreza e da desigualdade depende da manutenção do crescimento em um patamar ao redor de 5%, como previa o PAC. Para atingir esse patamar, que não foi alcançado sequer no segundo mandato de Lula, haverá uma série de escolhas a serem feitas. Carlos Lessa, o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, argumenta que há duas visões conflitantes a respeito de como produzir essa expansão da economia. Em uma delas, seria necessário elevar substancialmente a taxa de investimento público. Deduz-se que os recursos devam sair, nesse caso, da diminuição do serviço da dívida, à qual o Banco Central resiste.

Numa outra visão, isso não precisa acontecer, implicando, no entanto, em um processo de desindustrialização do país. Essa segunda proposta pressuporia que a exportação de soja, carne e minério de ferro, por exemplo, daria conta do recado, sem depender de o Brasil produzir mercadorias de alto valor agregado. Por trás desses

pontos de vista conflitantes se encontram interesses sociais e econômicos diferentes, cujo confronto definirá a dinâmica futura.

O peso das exportações no modelo “inventado” pelo governo Lula é reconhecido pelos seus defensores. O senador Aloizio Mercadante mostra que triplicou o valor exportado entre 2002 e 2008: de 60 bilhões de dólares para quase 200 bilhões de dólares. Porém, destaca que o destino das mercadorias mudou. Em 2002, os Estados Unidos recebiam 24,3% das exportações brasileiras, patamar reduzido a 14,6% em 2008. Sem estardalhaço, o governo Lula esvaziou a proposta da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, que atrelaria o Brasil aos Estados Unidos, e investiu na formação de um bloco sul-americano forte, ao mesmo tempo em que fortalecia os vínculos com potências emergentes como a China.

O sucesso da estratégia externa desempenhou, assim, um papel destacado na economia política do realinhamento. O ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, no entanto, tem chamado a atenção para o fato de o Brasil ser vítima de “uma leve, mas real doença holandesa”, pela qual os mecanismos de mercado tendem a levar um país com extensos recursos naturais a ter um câmbio cronicamente sobreapreciado¹².

A consequência não é difícil de imaginar: torna-se mais barato importar artefatos industrializados do que fabricá-los internamente. Para combater a doença holandesa, afirma Bresser-Pereira, é indispensável administrar o câmbio, em vez de deixá-lo oscilar ao sabor do mercado. Em cálculo recente, ele indica que o real deveria flutuar ao redor de 2,40 por dólar, o que implicaria uma desvalorização em torno de 25%.

Uma coalizão de interesses liderada pelo capital financeiro tem obstado a desvalorização. Como as importações baratas ajudam a controlar os preços internos, garantindo o poder de compra dos consumidores, em especial os de baixíssima renda, há uma pressão no sentido de mantê-las nesse patamar. Elas permitem, na outra ponta, à classe média tradicional, cuja poupança também é beneficiada por juros elevados, o acesso a produtos importados (além de o real em alta facilitar viagens internacionais). Em terceiro lugar, o câmbio valorizado favorece os detentores internacionais de capital, que lucram no Brasil com a aplicação de dinheiro especulativo remunerado a altas taxas de juros em moeda forte.

¹² O modelo da “doença holandesa” foi desenvolvido a partir de uma análise dos efeitos dos ganhos com a exportação de gás naquele país, nos anos 70.

Na posição oposta se encontram os empresários industriais, o proletariado fabril e os exportadores. Os industriais observam com preocupação crescente a queda das atividades fabris desde o começo dos anos 90. Também não é por acaso que a Central Única dos Trabalhadores defende “aplicar política cambial voltada para a defesa da economia nacional”. Os exportadores querem ganhar mais com o que vendem. Esse tripé deu ao governo sustentação para impor um imposto de 2% sobre o capital especulativo em 2009, na vigência da crise internacional. A medida, embora tímida, impediu que a valorização da moeda aumentasse ainda mais, além de sinalizar a existência de setores sociais ponderáveis preocupados com a doença holandesa.

Em que pese ser uma das maiores taxas de juros do mundo, e parecer distante o momento em que a coalizão “produtivista” consiga forçar a sua diminuição, o balanço do último período mostra algum abalo na liberdade do capital financeiro. A ampliação do crédito no segundo mandato (quando passou de 25% para 40% do PIB) foi obtida apesar da oposição dos bancos privados. Ela expressa o aumento da capacidade do Estado – apoiado pelos três setores mencionados e pelo fortalecimento dos bancos públicos durante a crise – em obrigar o sistema financeiro a emprestar ao público, em lugar de apenas comprar títulos do governo. Nesse sentido, revelou-se crucial o reforço do BNDES no papel de financiador, a juros mais baixos, das empresas industriais.

Sabe-se que os juros altos inibem os investimentos produtivos, pois o capital é remunerado sem precisar “fazer nada”. Eles também transferem recursos públicos – que poderiam ser usados para aumentar a criação de infraestrutura – para a mão dos rentistas, que os esterilizam ou usam em um consumo de luxo, com aumento da desigualdade. Por isso, os empresários da área produtiva (para quem a taxa de juros é central) e os trabalhadores em geral (para os quais o aumento do emprego é decisivo) estão momentaneamente juntos na batalha contra a “usura”.

O PAC funciona como uma espécie de carta-programa dessa coalizão antirrentista. Ele avançou devagar, porém continuamente, no segundo mandato de Lula, tendo aproveitado a crise financeira internacional para dar alguns passos adiante. A “mãe do PAC” prometeu manter a trilha. Mas a defesa dos juros altos será proporcional ao enorme poder acumulado pelo setor financeiro sob o signo da globalização.

As bandeiras históricas da classe operária, como a redução da jornada de trabalho – agora para quarenta horas – e a proposta de uma reforma tributária

progressiva, materializada num imposto sobre grandes fortunas, repõem em cena, por outro lado, a plataforma petista original, de fundamento classista. Em função do caráter pluriclassista da candidatura Dilma, os coordenadores da coalizão evitaram esses pontos agudos.

Mas três itens cruciais para os trabalhadores parecem fazer parte da plataforma possível. Primeiro, o prosseguimento da política de valorização do salário mínimo que, nos últimos anos, implicou maior renda para assalariados de baixa remuneração e aposentados que recebem o piso. Em segundo lugar, a manutenção do crédito, que quase dobrou no governo Lula. Em terceiro, a maior capacidade de o Estado induzir o investimento privado, por meio de empréstimos, subsídios e da participação em projetos de infraestrutura.

Tais medidas levam à diminuição do desemprego. O aumento das taxas de emprego anuncia o ressurgimento das condições para uma ascensão da luta dos trabalhadores. Uma taxa de desemprego de 6%, à qual o Brasil pode chegar ao final deste ano, aponta para um quadro semelhante àquele que vigorou antes da grande onda de demissões no segundo mandato de Fernando Henrique – e, portanto, mais próxima das condições vividas na grande década dos movimentos sociais (1978–88), que levaram o próprio Partido dos Trabalhadores a surgir, crescer e se consolidar.

Joseph Stiglitz mostra como, na concepção do setor financeiro, quando a taxa de desemprego fica abaixo de certo patamar, acende-se o alerta inflacionário, que impulsiona uma política monetária contracionista. Deve-se esperar, portanto, tensões nesse campo, em que a força da aliança produtivista será testada em embates com o setor financeiro.

É característico da atual situação um sistema de alianças móveis, em que a mudança das condições materiais pode operar rápidas alterações de posição. A mobilidade gerada com a redução da pobreza é um exemplo disso. Com carteira assinada e acesso ao crédito, brasileiros de baixa renda começaram a comprar geladeiras, aparelhos de televisão, computadores, carros e, depois, até casas financiadas em longo prazo. Os capitalistas desses ramos puderam, por seu turno, aumentar a produção e auferir lucros maiores com ela, solidificando os laços de interesse entre os trabalhadores e o capital produtivo. Só que isso deverá gerar uma pressão no sentido de aumentos salariais e outras reivindicações trabalhistas.

Sob o governo Lula, surgiram 10,5 milhões de vagas com carteira assinada. Trata-se de um novo proletariado, que entra no mercado em condições precárias, mas

apto a integrar-se ao mundo sindical, que já percebeu a relevância estratégica desse contingente. “Apesar dos 10 milhões de novos empregos gerados, o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza por elevadas taxas de rotatividade, desemprego e de informalidade, precariedade dos postos de trabalho, crescimento indiscriminado da terceirização e fragilidade do sistema de relações de trabalho”, diz a plataforma da CUT para as eleições 2010. Não se deve descartar, em consequência, a possibilidade de haver uma unificação dos estratos novos e velhos do proletariado no próximo período, dando face inédita à luta sindical.

Seja qual for o destino dos atritos que virão a marcar o ciclo político, o objetivo de reduzir a pobreza por meio da transferência de renda para os segmentos muito pauperizados deverá ser a marca dos próximos anos. Não teremos, contudo, direitos universais à saúde, à educação e à segurança sem aumentar o investimento público. No Brasil, ainda não há saneamento básico e moradia de qualidade mínima para enormes setores da população. Além dos programas de transferência de renda, os relativos à saúde, educação e segurança pública são fundamentais para a redução da pobreza e da desigualdade. O que implica em vultosos desembolsos, bem como um Estado equipado para exercer funções de envergadura. Daí, igualmente, a necessidade de continuar a valorização do funcionalismo público, com a reestruturação de carreiras de Estado e o aumento da folha de pagamento dos servidores.

Embora o Bolsa Família caminhe para se tornar um direito reconhecido na Constituição, sob a forma de uma Renda Básica de Cidadania, a ser proposta no bojo da Consolidação das Leis Sociais que o próximo governo deverá enviar ao Congresso Nacional, não há consenso ao redor do tamanho e abrangência que o Estado deve ter no Brasil. Assim como não existe acordo a respeito da reforma tributária que deveria garantir os recursos para ele. Enquanto as organizações de trabalhadores sugerem tornar o imposto mais progressivo, as entidades empresariais, unificadas quanto a essa questão, buscam diminuir a carga tributária em absoluto. Nesse item, capitalistas e assalariados se encontram em campos opostos. A pressão da burguesia pela contenção dos gastos do Estado deverá crescer.

Assim, a abrangência dos serviços públicos de saúde e educação é um tema que separa a coalizão majoritária em diferentes segmentos. Para os trabalhadores, deve-se atender ao mandamento constitucional de universalizar a saúde e educação públicas. Para os empresários, a privatização em curso, representada pelos planos de saúde e escolas privadas, merece ser preservada e ampliada. Contrapõem-se aqui

visões distintas a respeito do papel do lucro no atendimento de necessidades fundamentais como medicina e educação. Divergência que se estende para o campo da previdência. Isso explica por que medidas como a revogação da CPMF, em dezembro de 2007, contaram com o ativo apoio do setor empresarial e oposição dos representantes dos trabalhadores.

Esses conflitos espelham divisões sociais mais amplas. O sociólogo Jessé Souza tem chamado a atenção para o caráter profundamente conservador da sociedade brasileira, que encara como “natural” a extrema desigualdade. Talvez até, poderíamos acrescentar, se resista à tentativa de alterar um quadro longamente estabelecido.

A expressão de tal resistência pode surgir de maneira disfarçada por certos comportamentos do cotidiano. Anos atrás, o compositor Chico Buarque, com a sua fina sensibilidade para a realidade nacional dizia: “Assim como já houve um esquerdismo de salão, há hoje um pensamento cada vez mais reacionário. O medo da violência se transformou em repúdio não só ao chamado marginal, mas aos pobres em geral, ao motoboy, ao sujeito que tem carro velho, ao sujeito que anda malvestido.”

São fundas as fraturas que separam as vastas legiões de brasileiros pobres da classe média tradicional, cuja superioridade relativa diminui à medida que o movimento de ascensão social se intensifica. A velocidade do percurso em direção a uma possível sociedade “decente e similar” dependerá até certo ponto da correlação de forças entre esse proletariado emergente e a classe média tradicional.

Essa classe média dá certa base de massa à frente rentista, que tem como programa a autonomia do Banco Central, a liberdade de movimento dos capitais, o corte dos gastos públicos e, em uma conjuntura favorável, uma reforma trabalhista que retire direitos dos trabalhadores. Ao velho e novo proletariado interessa a plataforma oposta, com a adequação da política monetária às metas de crescimento, a desvalorização do real para evitar a doença holandesa, o aumento do gasto público na direção de um Estado de bem-estar, com a transformação dos programas sociais em direitos que se somem aos da legislação trabalhista.

No plano partidário, PMDB e PT parecem destinados a representar posições divergentes na próxima etapa. Apesar das fragilidades dos partidos brasileiros, em que o excesso de pragmatismo dificulta levar ao terreno da política os interesses de classe, o sistema permite alguma refração das clivagens sociais. Desse modo, o tamanho das bancadas legislativas do PMDB e do PT – tanto na Câmara quanto no Senado –

deverá determinar o andamento de propostas decisivas, como a Consolidação das Leis Sociais, no Congresso.

Os ventos internacionais, cuja temperatura e intensidade costumam influenciar na balança interna, mostram-se confusos, o que não é necessariamente ruim para o sonho rooseveltiano brasileiro. A grave crise financeira de 2008 produziu efeitos contraditórios. Enquanto nos Estados Unidos resultou em uma guinada progressista, com a vitória de Barack Obama interrompendo a escalada conservadora dos dois mandatos de Bush ii, na Europa provocou uma reação à direita, com intensificação da xenofobia e adoção de políticas econômicas contracionistas.

Nos países emergentes, a crise clarificou a percepção de que é preciso procurar uma via autônoma de desenvolvimento que não dependa da problemática recuperação dos centros capitalistas tradicionais. O Brasil em particular, embalado pelo desejo de transformar-se em uma sociedade de classe média, tem, no destaque internacional que alcançou, um impulso nessa direção.

O caminho será cheio de choques, cujo resultado exato não se pode prever. Contudo, se a minha hipótese estiver correta, durante um tempo longo o norte da sociedade será dado pelo anseio histórico de reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil. Em que grau e velocidade, a luta de classes dirá.

6. O avesso do avesso

Autor: Francisco de Oliveira

Data: Outubro de 2009

Fonte: Revista Piauí, n^o 37 - <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-37/tribuna-livre/o-avesso-do-avesso>

O artigo "Hegemonia às avessas" (Piauí, janeiro de 2007) pretendeu fazer uma provocação gramsciana para melhor entender os regimes políticos que, avalizados por uma intensa participação popular (a "socialização da política", segundo Antonio Gramsci), ao chegar ao poder praticam políticas que são o avesso do mandato de classes recebido nas urnas. É o caso das duas presidências do Partido dos Trabalhadores no Brasil. E da destruição do *apartheid* na África do Sul, por meio de uma longa guerra de posições e das seguidas reeleições do Congresso Nacional Africano, uma frente de esquerda com forte influência do Partido Comunista.

Quase sete anos de exercício da Presidência por Luiz Inácio Lula da Silva já tornam possível uma avaliação dessa hegemonia às avessas e dos resultados que ela produziu. Não se parte aqui, e não fiz essa presunção também no artigo provocador original, de que Lula recebeu um mandato revolucionário dos eleitores e sua Presidência apenas se rendeu ao capitalismo periférico. Mas o mandato, sem dúvida, era intensamente reformista no sentido clássico que a sociologia política aplicou ao termo: avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição da renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma reforma política e da política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo.

Os resultados são o oposto dos que o mandato avalizava. O eterno argumento dos progressistas-conservadores - caso, entre outros, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso - é que faltaria, às reformas e ao reformista-mandatário, o apoio parlamentar. Sem sustentação no Congresso, o país ficaria ingovernável. Daí a necessidade de uma aliança ampla. Ou de uma coalizão acima e à margem de definições ideológicas. Ou, mais simplesmente, de um pragmatismo irrestrito.

Fernando Henrique Cardoso teve recursos retóricos para justificar uma mudança de posição ideológica que talvez não tenha paralelo na longa tradição nacional do "transformismo" (outro termo emprestado do teórico sardo). Luiz

Werneck Vianna, um dos nossos melhores intérpretes da "revolução passiva" gramsciana - junto com Carlos Nelson Coutinho -, é mais sutil e tem um argumento mais complexo: não se governa o Brasil sem o concurso do atraso não apenas por razões parlamentares, mas porque a estrutura social que sustenta o sistema político é conservadora, e não avalizaria avanços programáticos mais radicais. Além disso, as fundas diferenças e desigualdades regionais, bem como o modo como, desde a Colônia, fundiram-se o público e o privado - vide Caio Prado Jr. - tornam quase obrigatório um pragmatismo permanente, que leva de roldão perspectivas mais ideológicas, ou meramente programáticas.

Infelizmente para os defensores do eterno casamento entre o avançado e o atrasado, a história brasileira não dá suporte ou evidências do acerto do conservadorismo com enfeite ideológico progressista. Nem mesmo remotamente. Até no caso da abolição da escravatura, que talvez tenha de fato subtraído o apoio parlamentar ao trono imperial, abrindo o espaço para a República, não se deve perder de vista que ela foi pregada por radicais e realizada por conservadores. Nem se pode esquecer que o gabinete da Lei Áurea era presidido pelo conselheiro João Alfredo, um notório conservador.

A Proclamação da República, entendida modernamente como um golpe de Estado, foi conduzida por militares conservadores e, logo em seguida, usurpada pela nova classe paulista que emergia da formidável expansão cafeeira. Rui Barbosa, um grande liberal republicano, chega ao Ministério da Fazenda já com Deodoro da Fonseca - e faz uma administração considerada temerária - e depois tenta seguidamente alcançar a Presidência, por meio das eleições "a bico de pena", fracassando em todas elas. Os nomes que ficarão serão os da nova plutocracia paulista: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Por fim: as bases sociais da abolição já vinham sendo estruturadas pela mesma expansão do café que, para tanto, promoveu a imigração italiana. Não foi a abolição que derrubou a monarquia, mas a expansão econômica violentíssima na virada do século XIX para o XX.

Outro exemplo, mais perto de nós, é o da Revolução de 30. Quem derrubou o regime caduco da Primeira República foi uma revolução que veio da periferia, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, com Minas associando-se em seguida, e contando com a oposição de São Paulo. O atraso, então, serviu de base para o avanço? Longe disso. O Rio Grande tinha uma longa tradição revolucionária, um sistema fundiário mais

progressista que o do resto do país, além de uma cultura positivista entre suas elites, sobretudo a elite militar, que forneceu o programa social lançado em 1930 (e sustentado continuamente por cinco décadas) cujo conteúdo foram as reformas do trabalho e da previdência social.

A historiografia da Unicamp, liderada por Michael Hall, está pondo reparos à tese de que Getúlio Vargas copiou a *Carta del Lavoro*: decisiva mesmo teria sido a fundamentação positivista, que fez com que a nossa Consolidação das Leis do Trabalho fosse muito além da legislação italiana. Contra todas as tendências do já principal centro econômico brasileiro, Vargas fez São Paulo engolir goela abaixo um programa industrializante, reformista e socialmente avançado. Não foi à toa que, em 1932, articulou-se em terras bandeirantes uma "revolução constitucionalista" cujo programa é hoje emoldurado com galas de avanço - a fundação da Universidade de São Paulo -, mas que na realidade pretendia barrar o avanço das leis reformistas e reforçar a "vocaçao agrícola do Brasil". Esse argumento, que ainda frequenta as páginas do *Estadão* (de forma sinuosa, é verdade), era explicitado em prosa e verso pelo jornal hoje plantado às margens malcheirosas do Tietê e pelas principais lideranças paulistas. O atraso governando o país?

O golpe de Estado de 1964, que derrubou o governo João Goulart e terminou com a precária democratização em curso desde 1945, pintou-se com as cores do atraso, mas na realidade realizou o programa capitalista em suas formas mais violentas. Não foi um conflito entre o atraso e o progresso, mas entre duas modalidades de avanço capitalista. O vencedor fez seu o programa do vencido, radicalizando-o e ultrapassando-o. Fincou os novos limites à acumulação de capital muito além do que os vencidos teriam ousado, na esteira da evolução do regime chamado varguista-desenvolvimentista. A estatização promovida pela ditadura militar significou a utilização do poder estatal coercitivo para vencer as resistências não do atraso, mas das burguesias mais "avançadas". Nunca a divisa da bandeira foi levada tão ao pé da letra quanto naqueles anos: "ordem e progresso". Poderosas empresas estatais se fortaleceram nos setores produtivos, fusões bancárias foram financiadas por impostos pesados, recursos públicos foram usados sem ambiguidades não para preservar o velho, mas para produzir o novo - como a Aeronáutica e o ita criando a Embraer. Avanço ou atraso?

O fim é conhecido: desatada a caixa de Pandora, o regime sucumbiu não ao seu fracasso, mas ao seu êxito em construir uma ordem capitalista avassaladora. O

regime militar relegou a burguesia nacional ao papel de coadjuvante, submeteu a classe trabalhadora a pesadas intervenções e não abriu ao capital estrangeiro, como faria supor seu ato mais imediato, a revogação da Lei de Remessa de Lucros de Goulart, que deu o pretexto para o golpe.

Melancolicamente, como cantava uma valsa antiga, que eu ouvia na voz de Carlos Galhardo - com certeza produzida em Hollywood -, a ditadura terminou seus dias com um general enfadado, que preferia o cheiro de cavalos ao do povo, encurralada por um poderoso movimento democrático que deitou raízes em praticamente todos os setores da sociedade. O movimento pelas Diretas Já, no entanto, teve um desenlace moldado em termos irretorquivelmente brasileiros: um pacto pelo alto, entre o partido oficial de oposição à ditadura e o falido partido da própria ditadura, que entregou a Presidência, numa eleição indireta, a um civil mais conservador que o próprio general que saía de sua ronda. Por infelicidade, o poder terminou nas mãos dum acadêmico maranhense de um mais do que duvidoso prestígio literário - como diria minha professora, d. Delfina, desafiando-nos: "Dou um doce a quem tenha lido os tais *Maribondos de Fogo*." Chamava-se José Sarney. Continua nos brindando com nomeações no Senado como se estivesse na praia do Calhau, em São Luís. Quem governa, o atraso ou o avanço?

Houve então o interregno de Fernando Collor, que tinha voto, mas não tinha voz, e de Itamar Franco, que não tinha nem voto nem voz. E então chegou o progresso mesmo, em pessoa, adornado com os títulos e as pompas da Universidade de São Paulo. Fernando Henrique Cardoso realizou o que nem a Dama de Ferro tinha ousado: privatizou praticamente toda a extensão das empresas estatais, numa transferência de renda, de riqueza e de patrimônio que talvez somente tenha sido superada pelo regime russo depois da queda de Mikhail Gorbachev.

Como Antonio Carlos Magalhães, o enérgico cacique da Bahia, foi seu parceiro, confirma-se a tese de que somente se pode governar com o atraso? Longe disso. ACM nunca foi um oligarca no sentido rigoroso do termo e, mais que isso, a política econômica de Fernando Henrique jamais esteve sob o controle de Antonio Carlos e assemelhados. A política econômica era reserva de caça exclusiva de FHC e de seus tucanos, hoje banqueiros.

Essa turma se desfez do melhor da estrutura do Estado longamente criada desde os anos 30, cortando os pulsos num afã suicida sem paralelo na história nacional. Honra a São Paulo e a seus ideólogos: Eugênio Gudin não faria igual e o

Estadão exultava a cada medida "racional" do governo FHC. Manipulando o fetiche da moeda estável, Fernando Henrique retirou do Estado brasileiro a capacidade de fazer política econômica. Com os dois mandatos, os tucanos operaram um *tournant* do qual seu sucessor veio a ser prisioneiro - com a peculiaridade que Lula radicalizou no descumprimento de um mandato que lhe foi conferido para *reverter* o desastre FHC. É nesse contexto que opera a "hegemonia às avessas".

Que se pode ver no avesso do avesso? Começando pela economia, que tem sido o argumento maior da era Lula: sua taxa de crescimento médio nos seis anos é inferior à taxa histórica da economia brasileira e, em 2009, prevê-se uma queda relativa que o leva de volta à performance de seu antecessor imediato, o odiado (para os petistas-lulistas) FHC. O crescimento tem se baseado numa volta à "vocação agrícola" do país, sustentado por exportações de *commodities* agropecuárias - o Brasil, um país de famintos, é hoje o maior exportador mundial de carne bovina - e minério de ferro, graças às pesadas importações da China. Com o simples arrefecimento do crescimento chinês, que de 10% ao ano regrediu a uns 8%, a queda das exportações brasileiras já provocou a forte retração do PIB agropecuário. As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978.

Proclama-se aos quatro ventos a diminuição da pobreza e da desigualdade, baseada no Bolsa Família. Os dados disponíveis não indicam redução da desigualdade, embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu. Mas não se sabe em quanto. A desigualdade provavelmente aumentou, e os resultados proclamados são falsos, pois medem apenas as rendas do trabalho que, na verdade, melhoraram muito marginalmente graças aos benefícios do INSS, e não ao Bolsa Família. Quem o proclama é o insuspeito Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. A desigualdade total de rendas é impossível medir-se, em primeiro lugar pela conhecida subestimação que é prática no Brasil, e em segundo lugar por um problema de natureza metodológica (conhecido de todos que lidam com estratificações, que é a quase impossibilidade de fechar o decil superior da estrutura de rendas).

Metodologicamente, como lembrou Leda Paulani, as rendas do capital são estimadas por dedução, enquanto as rendas do trabalho são medidas diretamente na fonte. Medidas indiretas sugerem, e na verdade comprovam, o crescimento da desigualdade: o simples dado do pagamento do serviço da dívida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modestíssimos 10 a 15 bilhões do Bolsa

Família, não necessita de muita especulação teórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. Marcio Pochmann, presidente do Ipea, que continua a ser um economista rigoroso, calculou que uns 10 a 15 mil contribuintes recebem a maior parte dos pagamentos do serviço da dívida. Outro dado indireto, pela insuspeita - por outro viés - revista *Forbes*, já alinha pelo menos dez brasileiros entre os homens e mulheres mais ricos do mundo capitalista¹³

Por fim, a Fundação Getúlio Vargas divulgou, no final de setembro, uma pesquisa provando que a classe que mais cresceu proporcionalmente, de 2003 a 2008, não foi a c nem a d. Foi, isso sim, a classe ab, que tem renda familiar acima de 4.807 reais - e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros.

Do ponto de vista da política, o avesso do avesso é sua negação. Trata-se da administração das políticas sociais; cooptam-se centrais sindicais e movimentos sociais, entre eles o próprio Movimento dos Sem-Terra, que ainda resiste. A política é não só substituída pela administração, mas se transformou num espetáculo diário: o presidente anuncia com desfaçatez avanços e descobertas que no dia seguinte são desmentidos. O etanol, que seria a panaceia de todos os males, foi rapidamente substituído pelo pré-sal, que agora urge defender com submarinos nucleares e caças bilionários. O pré-sal, aliás, prometia reservas que elevariam o Brasil à condição de maior produtor mundial de petróleo, superando os países do Golfo, e dando, de colher, os recursos para quitar a obscena dívida social brasileira. Não tardou muito e a Exxon furou um poço... seco. E agora a British Group, associada à Petrobras, anuncia a mesma coisa. E as expectativas de reserva passaram de 1 trilhão de barris de petróleo para modestos 8 bilhões.

As previsões da equipe econômica são de mágico de quintal. No princípio do ano, em plena crise, o crescimento estimado estava na casa dos 6% para 2009. Pouco a pouco, as previsões - dignas de Nostradamus - foram caindo para 4%, 5%, 3%, e hoje se aposta em 1%.

O chamado ciclo neoliberal, que começa com Fernando Collor e já está com seus quase vinte aninhos com Lula, é um ciclo anti-Polanyi, o magistral economista e

¹³ Essa famigerada lista é liderada por Carlos Slim, mexicano que fica cada vez mais rico, enquanto seu belo país mergulha fundo na mais infame pobreza. Carlos Fuentes, o magnífico romancista mexicano de *A Morte de Artemio Cruz*, nos brinda, em seu recente *La Voluntad y la Fortuna*, com um implacável retrato do gordo bilionário mexicano, além de nos dar, na tradição dos grandes muralistas do país asteca, um magnífico panorama do México moderno, atolando na miséria e no crime, tendo no pescoço a pedra do Nafta, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

antropólogo húngaro que se radicou na Inglaterra. O projeto do socialismo democrático de Karl Polanyi começava por deter a autonomia do mercado e dos capitalistas. Ora, o governo Lula, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, só faz aumentar a autonomia do capital, retirando às classes trabalhadoras e à política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática. Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação. E todos fomos mergulhados outra vez na cultura do favor - viva Machado de Assis, viva Sérgio Buarque de Holanda e viva Roberto Schwarz!

As classes sociais desapareceram: o operariado formal é encurralado e retrocede, em números absolutos, em velocidade espantosa, enquanto seus irmãos informais crescem do outro lado também espantosamente. Em sua tese de doutorado, Edson Miagusko flagrou, talvez sem se dar conta, a tragédia: de um lado da simbólica Via Anchieta, no terreno desocupado onde antes havia uma fábrica de caminhões da Volks, há agora um acampamento de sem-teto, cuja maioria é de ex-trabalhadores da Volks. Do outro lado da famosa via, sem nenhuma simultaneidade arquitetada - aliás, os dois grupos se ignoraram completamente -, uma assembleia de trabalhadores ainda empregados da Volks tentava deter a demissão de mais 3 mil companheiros. Eis o retrato da classe: em regressão para a pobreza. De são Marx para são Francisco.

As classes dominantes, se de burguesia ainda se pode falar, transformaram-se em gangues no sentido preciso do termo: as páginas policiais dos jornais são preenchidas todos os dias com notícias de investigações, depoimentos e prisões (logo relaxadas quando chegam ao Supremo Tribunal Federal) de banqueiros, empreiteiros, financistas e dos executivos que lhes servem, e de policiais a eles associados. A corrupção campeia de alto a baixo: do presidente do Senado que ocultou a propriedade de uma mansão, passando pelo ex-diretor da casa, que repetiu - ou antecipou? - a mesma mutreta, aos senadores que pagam passagens de sogras a namoradas com verbas de viagem, e deputados que compram castelos com verba indenizatória.

Trata-se de um atavismo nacional? Só os que sofrem de complexo de inferioridade tenderiam a pensar assim. Qualquer jornal americano da segunda metade do século XIX noticiava a mesma coisa. Até a mulher de Lincoln praticava, em conluio

com o jardineiro, pequenos "desvios" de verba da casa da avenida Pensilvânia (segundo a má língua famosa de Gore Vidal).

A novidade do capitalismo globalitário é que ele se tornou um campo aberto de bandidagem - que o diga Bernard Madoff, o grande líder da bolsa Nasdaq durante anos. Nas condições de um país periférico, a competição global obriga a uma intensa aceleração, que não permite regras de competição que Weber gostaria de louvar. O velho Marx dizia que o sistema não é um sistema de roubo, mas de exploração. Na fase atual, Marx deveria reexaminar seu ditame e dizer: de exploração e roubo. O capitalismo globalitário avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia.

O avesso do avesso da "hegemonia às avessas" é a face, agora inteiramente visível, de alguém que vestiu a roupa às pressas e não percebeu que saiu à rua do avesso. Mas agora é tarde: Obama sentenciou que "ele é o cara" e todo mundo o vê assim. O lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda.

7. O Estado Novo do PT

Autor: Luiz Werneck Vianna

Data: 10 de Julho de 2007

Fonte: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>

A crer nos indicadores dos dois períodos presidenciais de Fernando Henrique, mas, sobretudo, a partir do mandato de Lula, o capitalismo brasileiro encontrou um caminho de expansão e de intensificação da sua experiência. Contudo, tem sido agora que se vê conduzido por um projeto pluriclassista e com a definida intenção de favorecer uma reconciliação política com a história do país, contrariamente à administração anterior, mais homogênea em sua composição de interesses e decididamente refratária ao que entendia ser o legado patrimonial da nossa herança republicana.

Com efeito, estão aí, neste governo Lula, guindadas a Ministérios estratégicos, as lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira — a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive os cúlaques que começaram sua história na pequena e média propriedades, e que, com a cultura da soja, atingiram o reino do grande capital —, lado a lado com o sindicalismo das grandes centrais sindicais e com a representação dos intelectuais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De outra parte, estão aí a revalorização da questão nacional, do Estado como agente indutor do desenvolvimento, o tema do planejamento na economia, a retomada do papel político da representação funcional, da qual é ícone institucional a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Se, antes, a ruptura com o passado fazia parte de um bordão comum ao PSDB e ao PT — o fim da Era Vargas —, sob o governo Lula, que converteu Celso Furtado em um dos seus principais ícones, e em que ressoam linguagens e temas do chamado período nacional-desenvolvimentista em personagens destacados da sua administração, como José de Alencar, Dilma Rousseff e Luciano Coutinho, todos em posições-chave, menos que de ruptura o passado é mais objeto de negociação. Assim, o governo que, no seu cerne, representa as forças expansivas no mercado, naturalmente avessas à primazia do público, em especial no que se refere à dimensão da economia — marca da tradição republicana brasileira —, adquire, com sua

interpelação positiva do passado, uma certa autonomia quanto a elas, das quais não provém e não lhe asseguram escoras políticas e sociais confiáveis. Pois, para um governo originário da esquerda, a autonomia diante do núcleo duro das elites políticas e sociais que nele se acham presentes, respaldadas pelas poderosas agências da sociedade civil a elas vinculadas, somente pode existir, se o Estado traz para si grupos de interesses com outra orientação.

A composição pluriclassista do governo se traduz, portanto, em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si — em boa parte estranhas ou independentes dos partidos políticos —, cujas pretensões são arbitradas no seu interior, e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo. Capitalistas do agronegócio, MST, empresários e sindicalistas, portadores de concepções e interesses opostos em disputas abertas na sociedade civil, encontram no Estado, onde todos se fazem representar, um outro lugar para a expressão do seu dissídio. Longe do caso clássico em que o Estado, diante da abdicação política das classes dominantes, se erige em “patrão” delas para melhor realizar os seus interesses, a forma particular desse Estado de compromisso se exprime na criação, no interior das suas agências, de um *parlamento* paralelo onde classes, frações de classes, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam. Nesse *parlamento*, delibera-se sobre políticas e se decide sobre sua execução. À falta de consenso, o presidente arbitra e decide.

Contorna-se, pois, o parlamento real e o sistema de partidos na composição dos interesses em litígio, que somente irão examinar da sua conveniência, em fase legislativa, quando couber. Com essa operação, a formação da vontade na esfera pública não tem como conhecer, salvo por meios indiretos, a opinião que se forma na sociedade civil, e as decisões tendem a se conformar por razões tecnocráticas. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, agência criada nos começos do primeiro mandato, no curso do qual não desempenhou papel relevante, mas que, agora, parece destinada a cumprir de fato as funções de câmara corporativa a mediar as relações entre o Estado e a sociedade civil organizada, reforça ainda mais as possibilidades de ultrapassagem da representação política. A afirmação da representação funcional como forma de articulação de interesses, sob a arbitragem do Estado, é mais um indicador da intenção de se despolitizar a resolução dos conflitos em favor da negociação entre grupos de interesses.

Com esse movimento, o Estado avoca a sociedade civil para si, inclusive movimentos sociais como os de gênero e os de etnias. Tudo que é vivo gira e gravita em torno dele. Boa parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) são dele dependentes e sequer lhe escapam os setores excluídos, difusamente distribuídos no território do país, os quais incorpora por meio de programas de assistência social, como o bolsa-família, com o que se mantém capilarmente articulado à sua sociedade.

O governo, que acolhe representantes das principais corporações da sociedade civil, ainda se vincula formalmente a elas pelo CDES. A representação funcional lhe é, pois, constitutiva. A ela se agregam, nos postos de comando na máquina governamental, os quadros extraídos da representação política. Contudo, uma vez que, pela lógica vigente de presidencialismo de coalizão, a formação de uma vontade majoritária no Congresso é dependente da partilha entre os aliados de posições ministeriais, os partidos políticos no governo passam a viver uma dinâmica que afrouxa seus nexos orgânicos com a sociedade civil, distantes das demandas que nela se originam. Tornam-se partidos de Estado, gravitando em torno dele e contando com seus recursos de poder para sua reprodução nas competições eleitorais.

A dupla representação — a política e a funcional —, operando ambas à base de movimentos de cooptação realizados pelo Executivo, não somente amplia a autonomia do governo quanto às partes heterogêneas que o compõem, ademais reforçada por sua capacidade constitucional de legislar por meio de medidas provisórias, como cria condições para o seu insulamento político quanto à esfera pública. As múltiplas correias de transmissão entre Estado e sociedade funcionam em um único sentido: de cima para baixo. Nesse ambiente fechado à circulação da política, a sua prática se limita ao exercício solitário do vértice do presidencialismo de coalizão, o chefe do Estado.

Tal couraça de que se reveste o Executivo se acha qualificada pelos notórios avanços da centralização administrativa nos marcos institucionais do país, em que pese a Carta de 1988, de espírito federativo e descentralizador. Com razão, a bibliografia brasileira, desde o publicista Tavares Bastos no Império, associa a opção pela centralização administrativa à natureza autoritária do nosso sistema político, justificada à época pela necessidade de preservar a unidade nacional, tida como ameaçada pelos impulsos separatistas do poder local no período da Regência. Essa associação foi confirmada pelos dois longos períodos ditatoriais do regime republicano — o de 1937-45 e o de 1964-85 —, que, em nome da busca dos fins da

modernização econômica, extremaram a centralização administrativa e a prevalência da União sobre a Federação. A reação ao autoritarismo político, que culminou com a democratização do país, atualizou as demandas pela descentralização e pela afirmação do poder local, que se fizeram presentes, como é sabido, no texto constitucional de 1988.

Desde aí se vem confirmando o diagnóstico clássico de que a centralização administrativa também pode ser filha da democracia. As crescentes demandas por políticas públicas orientadas por critérios de justiça social, como as da agenda da saúde, educação e segurança, têm conduzido, na busca da eficácia e da racionalização das suas ações, à centralização do seu planejamento e ao controle da sua execução. De outra parte, a política tributária, nessa última década, tem privilegiado a União sobre a Federação, sobretudo os estados, que, em nome da racionalização, foram obstados de emitir dívidas, privatizados os seus antigos e poderosos bancos, e a Polícia Federal cada vez mais se comporta como a suprema guardiã de todo o aparato civil de segurança. Centralização que, nessa estrita dimensão, ainda se reforça com a recente criação de uma força de segurança nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e com sede operacional na Capital Federal.

Registro forte a confirmar a intensidade e a abrangência do atual processo de centralização está indicado na criação do Conselho Nacional de Justiça, presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, assim elevado à posição, até então desconhecida entre nós, de vértice do Poder Judiciário, destinando-se esse Conselho, dotado do poder de estabelecer sanções sobre tribunais e juízes, federais e estaduais, ao controle da administração do sistema da Justiça. Na mesma direção, consagrou-se, com a introdução da súmula com efeito vinculante, o princípio da primazia das decisões dos vértices do Poder Judiciário sobre os juízes singulares, em sua maioria, originários das justiças estaduais. A ação do Ministério Público participa do mesmo movimento, em especial no controle que exerce, pela via das ações diretas de inconstitucionalidade, sobre as leis estaduais.

Tem-se daí que o novo curso da centralização, ao contrário de períodos anteriores, está associado à crescente democratização social e às necessidades de racionalização da administração, inclusive a do Judiciário e do sistema de segurança pública, que dela derivam. Mas esse movimento — por sua própria natureza — atua de cima para baixo, prescinde da participação dos cidadãos, uma vez que decorre da ação das elites ilustradas, selecionadas à margem dos interesses sistêmicos e das

corporações que os representam, elites que encontram no governo a oportunidade de realização das suas agendas de democratização social, móvel normativo que presidiu sua formação nos movimentos de resistência ao regime militar. Se o Estado pretendeu, nos idos do Estado Novo, sob a iniciativa das suas elites intelectuais, como Gustavo Capanema, Francisco Campos, Agamenon Magalhães, entre tantos, ser mais *moderno* que sua sociedade, as elites desse novo Estado, que toma corpo com a vitória do PT, pretendem que ele se torne mais *justo* que ela.

Sob essa formatação, em que elites dirigentes de corporações integram o comando da política econômica, em que as centrais sindicais tomam assento no governo, em que se valoriza a representação funcional — caso conspícuo o ministro do Trabalho, alçado a essa posição na condição de presidente da CUT —, em que se faz uso instrumental das instituições da democracia representativa, em que se reforçam os meios da centralização administrativa, e, sobretudo, em que se quer apresentar o Estado como agência não só mais moderna que sua sociedade, como também mais *justa* que ela, o que se tem é uma grossa linha de continuidade com a política da tradição brasileira. Aí, os ecos da Era Vargas e do Estado Novo, decerto que ajustados à nova circunstância da democracia brasileira. Também aí um presidente da República carismático, acima das classes e dos seus interesses imediatos, cujos antagonismos harmoniza, detendo sobre eles poder de arbitragem, cada vez mais apartidário, único ponto de equilíbrio em um sistema de governo que encontrou sua forma de ser na reunião de contrários, e em que somente ele merece a confiança da população.

Nada, portanto, do discurso dos tempos de origem e de confirmação do PT como partido relevante na cena contemporânea. Elo perdido a sistemática denúncia do populismo e das alianças políticas entre partidos representativos de trabalhadores com os de outra extração, assim como desvanecidos os outrora fortes vínculos com a obra de interpretação do país que se aplicava em assinalar a necessidade de uma ruptura com aquela tradição — Sérgio Buarque de Hollanda, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro eram, então, as principais referências.

Se, no começo da sua trajetória, o PT se apresentava como portador da proposta de um novo começo para história do país, na pretensão de conformá-la a partir de baixo em torno dos interesses e valores dos trabalhadores — a *parte* recriando uma nova *totalidade* à sua imagem e semelhança —, a reconciliação com ela, levada a efeito pelo partido às vésperas de assumir o poder, conduziu-o aos trilhos

comuns da política brasileira. A *totalidade* adquire precedência sobre os interesses das *partes*, ponto enunciado claramente pelo próprio presidente da República, nos seus primeiros dias de governo, em marcante discurso às lideranças sindicais, quando reclamou delas que, em suas reivindicações, levassem em conta o interesse nacional. Nessa chave, conceitua-se o próprio desenvolvimento do capitalismo no país e sua inscrição no chamado processo de globalização como processos a serem subsumidos ao interesse nacional, cuja representação tem sede no seu Estado. De fato, para uma orientação desse tipo, o melhor repertório se encontra em nossa tradição republicana.

Mas essa opção não foi feita a frio. O programa do PT era, com suas variações, o de uma esquerda brasileira clássica, e, como tal, se orientava no sentido de preconizar reformas estruturais que permitissem dirigir os rumos da economia para as necessidades da sua população e favorecer um desenvolvimento autossustentado das forças produtivas nacionais. Ainda no período eleitoral, a reação a esse programa veio sob a forma de uma rebelião do mercado, de que o descontrole no preço do dólar foi apenas um indicador. Nesse sentido, tentar realizá-lo, depois de oito anos de governo FHC, que não só levara o país a debelar a crônica inflação brasileira e rebaixara dramaticamente, sob consenso geral das elites econômicas, a presença do Estado na economia, em clara inclinação favorável às forças de mercado, continha *in nuce* as possibilidades de se inscrever o país na lógica das revoluções.

A opção do governo recém-eleito, como se sabe, foi a de ceder à contingência, abdicar do seu programa e das veleidades revolucionárias de amplos setores do seu partido e de se pôr em linha de continuidade com a política econômico-financeira do governo anterior. A inovação viria da política. Em primeiro lugar, instituindo o Estado como um lugar de condomínio aberto a todas as classes e principais grupos de interesses. Em segundo, pela recusa a um modelo de simplificação do Estado, que preponderava no governo anterior, o que importou uma aproximação, mais clara à medida que o governo aprofundava sua experiência, com temas da agenda da tradição republicana — o nacional-desenvolvimentismo de Dilma Rousseff e de Luciano Coutinho, por exemplo — e com seu estilo de fazer política.

O caráter do governo como condomínio entre contrários encontra sua expressão paradigmática nas relações entre o capitalismo agrário e os trabalhadores do campo, aí incluído o MST, ambos ocupando, pelas suas representações, posições fortes na Administração. Os duros e constantes conflitos que os envolvem, no terreno da sociedade civil, em torno de questões que vão da propriedade da terra ao uso de

transgênicos na agricultura, não têm impedido a permanência dos seus representantes no governo. Prevalece a política, salvo em matérias tópicas, de procurar conciliar pragmaticamente as controvérsias que os opõem, legitimando, ao menos no plano simbólico — isso mais no caso do MST —, a validade das suas pretensões. A mesma relação, com idênticas consequências, se reitera no caso das lideranças empresariais e sindicais com assento em ministérios, em litígio aberto na sociedade civil no que se refere a questões previdenciárias, da legislação trabalhista e da sindical.

Esse Estado não quer se apresentar como o lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, mas de todos os interesses. Essa a razão de fundo por que o governo evita a fórmula de poder decisionista e também se abstém de propor mudanças legislativas em matérias estratégicas, como a tributária, a da reforma política e a da legislação sindical e trabalhista, que, com sua carga potencialmente conflitiva, poderiam ameaçar a unidade de contrários que intenta administrar. Pragmático, desde a primeira vitória eleitoral, negocia e compõe com os interesses heterogêneos que convoca para seu interior, manobra com que se evadiu do caminho de rupturas continuadas aberto à sua frente.

A forma benigna com que a esquerda chegou ao poder — a via eleitoral — não tinha como escamotear, até com independência da consciência dos atores sobre sua circunstância, de que se estava no limiar de uma revolução. Começadas as grandes mudanças estruturais, seguir-se-ia o momento da mobilização popular e da sua contínua intensificação. Nesse contexto hipotético, o front dos conflitos agrários, sem dúvida, comporia o cenário mais dramático para o seu desdobramento. A rigor, as forças da *antítese* não quiseram assumir os riscos da sua vitória, reencontrando-se com o adversário que acabaram de derrotar. São as forças da *antítese* que se apropriam do programa das forças da *tese*, contra as quais tinham construído sua identidade. Não havia contradição a ser superada. A dialética sem síntese da tradição política brasileira, mais uma vez, restaura o seu andamento.

Invertem-se, porém, os termos da revolução passiva clássica: é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter o movimento das forças da revolução, decapita o seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as *transformações moleculares* constitutivas à fórmula do conservar-mudando, direcionadas,

fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social. Decididamente, o desenlace de 2002 não foi o de uma contrarrevolução.

Os setores subalternos não são mobilizados, e se fazem objetos passivos das políticas públicas, que, em muitos casos, incorporam à malha governamental lideranças de movimentos sociais, apartando-as de suas bases. Os partidos de esquerda e os movimentos sociais institucionalizados, quase todos presentes no governo, retidos nessas suas posições, aderem ao andamento passivo e se deixam estatalizar, abdicando de apresentarem rumos alternativos para o desenvolvimento, demonstrando, nessa dimensão, anuência tácita com a herança recebida dos neoliberais da administração econômica do governo FHC. O ator define, e os *protagonistas são, por assim dizer, os fatos*.

Mas a inversão da lógica da revolução passiva não obedece à mesma pauta da sua forma canônica. Nessa sua forma bizarra, não são as forças da conservação que se encontram na posição de mando político legítimo, não contando, pois, com plenos recursos para administrarem a fórmula do conservar-mudando. Exemplar disso o fato de que a agenda de reformas — a tributária, a da previdência e a da legislação sindical e trabalhista —, que essas forças compreendem como necessárias à estabilização e ao aprofundamento do capitalismo brasileiro, não venha encontrando passagem para sua implementação, barradas, ao menos até agora, pela ação combinada dos movimentos sociais com a sua representação no governo.

Assim, mesmo sob o império dos *fatos*, persistem papéis para um ator que, presente na coalizão governamental, invista na *mudança*, em particular na ação de resistência a políticas públicas que lhe sejam adversas e na democratização da dimensão do social, desde que não atinja a região estratégica do mundo sistêmico, blindado às intervenções originárias de territórios estranhos aos seus. Eventualmente, e na margem, pode-se mais *mudar* que *conservar*. Com os antagonismos sociais importados da sociedade para o seu interior, o Estado de compromisso que procura equilibrá-los é um lugar de permanente tensão, cuja coesão depende unicamente do prestígio popular do seu chefe. Daí que, contraditoriamente, a política em curso, cujo programa parece limitar-se à adaptação à sua circunstância, dependa tanto da intervenção carismática do ator, que é, afinal, o cimento dessa, além de bizarra, frágil construção.

A sua fragilidade conspira contra a sua permanência. Cada classe, fração de classe ou grupamento de interesse, nesses cinco anos de governo em condomínio,

aprendeu, por lição vivida, nos seus litígios no interior da máquina governamental, que a melhor forma de vencer — ou de não perder tudo — está em sua capacidade de arregimentar forças na sociedade civil. Tal arregimentação, por sua vez, repercute no interior do governo e dificulta o processo de composição dos interesses contraditórios em que se acha empenhado permanentemente. A esquerda tem como alvo principal a administração do Banco Central, caixa-preta da política econômico-financeira do país, a direita encontrou o seu na presença do PMDB na coalizão política que sustenta o governo, sem a qual ele perde força no Congresso e na sociedade.

E mais, a construção tem prazo de validade: o fim do mandato presidencial em 2010. Os antagonismos, à medida que essa data já se põe no horizonte, começam a procurar formas próprias de expressão, em um cenário com partidos em ruínas e instituições políticas, como o Parlamento, desacreditadas pela população. Tal tendência, ameaça virtual ao estado novo do PT, deverá se confirmar quando as campanhas eleitorais — a primeira, em 2008 — vierem a reanimar a agenda contenciosa das reformas institucionais (a da previdência à frente). Mas já se faz sentir, entre tantos sinais, no mundo sindical, com o anúncio de rompimento do PCdoB, um partido integrante do governo, com a CUT, em nome de uma ação sindical mais reivindicadora, e, no mundo agrário, com a contestação do MST à política do agronegócio do etanol.

De qualquer sorte, da perspectiva de hoje, já visível o marco de 2010, não se pode deixar de cogitar sobre as possibilidades de que o condomínio pluriclassista que nos governa venha a encontrar crescentes dificuldades para sua reprodução, em particular quando se tornar inevitável, na hora da sucessão presidencial, a perda da ação carismática do seu principal fiador e artífice. Na eventualidade, no contexto de uma sociedade civil desorganizada, em particular nos seus setores subalternos, e do atual desprestígio de nossas instituições democráticas, a política pode se tornar um lugar vazio, nostálgico do seu homem providencial, ou vulnerável à emergência eleitoral da direita, brandindo seu programa de reformas institucionais, entre as quais a de simplificar ao máximo o papel do Estado, a ser denunciado como agência patrimonial, fonte originária da corrupção no país. Impedir isso é a tarefa atual da esquerda. Mas ela somente reunirá credenciais para tanto, se, rompendo com o estatuto condominial vigente, for capaz de reanimar seus partidos, aí compreendido o PT, e de estabelecer vínculos concretos com os movimentos sociais, sempre na defesa da sua autonomia, em torno de suas reivindicações. E, sem preconceitos, favorecer

alianças, nas eleições e fora delas, com todos os partidos, associações e personalidades de adesão democrática, em favor de um programa centrado no objetivo de destravar os entraves ao crescimento econômico e de promover a justiça social.

8. Nova classe média: um discurso economicista.

Autor: Jessé de Souza

Data: 02/01/2013

Fonte: IHU Unisinos - <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>

“Esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo tipo. Para essa versão dominante: ‘classe média’ é apenas um amontoado de ‘indivíduos’ que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos”. É assim que o sociólogo **Jessé de Souza** interpreta a ascensão econômica da chamada “nova classe média” brasileira. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, ele assegura que as intenções em expandir a classe média são “boas”, mas há de se considerar o “tamanho do desafio que se enfrenta”.

Na avaliação de **Souza**, “o discurso sobre a ‘nova classe média’ é problemático posto que é irremediavelmente ‘economicista’”. Considerar apenas a ascensão econômica a partir do aumento salarial, enfatiza, resulta “encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é”. Para o sociólogo, a dimensão econômica das classes sociais não pode ser “dissociada de todos os outros fatores. (...) É por conta disso que nenhum autor importante jamais tenha definido classe social apenas por seu aspecto econômico. Essa construção é absurda e não faz o menor sentido.” E dispara: “Temos a tendência de achar que o mero crescimento econômico por si só trará todas as mudanças de que o país precisa. Que isto não é verdade já foi mostrado de modo claro como luz do sol. O Brasil cresceu mais que qualquer outra sociedade entre 1930 e 1980 e manteve teimosamente seus excluídos sociais”.

IHU On-Line – Como vê a declaração da presidente Dilma: “Queremos um Brasil de classe média”? O que está sendo feito para atingir essa meta?

Jessé de Souza – Para um país com tantos pobres como o nosso, essa é uma meta muito elogiável. Acho também que a presidente é sincera e tem boas intenções. No

entanto, esse plano só é razoável para além das boas intenções quando se tem ideia do tamanho do desafio que se enfrenta. E quanto a isso eu tenho minhas dúvidas. O discurso sobre a “nova classe média” é problemático posto que é irremediavelmente “economicista”. E quando a presidente fala isso, acho que ela está falando com o idioma de uma esfera pública colonizada e economicista. Isso é uma faca de dois gumes. Por um lado ela se torna compreensível – na medida em que se expressa na semântica dominante –; por outro lado, ela ajuda a reproduzir um discurso que é falso e oportunista.

O discurso sobre a “classe média” ou de “nova classe média” é falso de fio a pavio. Sua única verdade é ser “oportuno”, e, como ele é falso, “oportunista”. Primeiro porque esse uso oportunista do conceito de classe média faz parte de um discurso mais geral no qual se nega a “luta de classes” ou – para os espíritos sensíveis que desmaiam ao ouvir este nome –, que negam todo tipo de reprodução do privilégio social injusto. Esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo tipo. Para essa versão dominante: classe média é apenas um amontoado de indivíduos que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos. O acesso ao consumo – não só no Brasil, mas em todo lugar onde esta ideia logrou se firmar como “crença coletiva” – é o ponto decisivo. Para que isso aconteça com sucesso, é necessário se utilizar do conceito de classe média pelo seu valor de face: pelo “sentimento” de inclusão que ele proporciona. É isso que acontece não apenas com o discurso da presidente, mas também com toda a discussão pública do Brasil de hoje.

Invisibilidade da luta de classes

Como a “invisibilidade da luta de classes”, ou seja, a divisão entre privilegiados de um lado e humilhados do outro – o aspecto mais importante da dominação social nas sociedades contemporâneas –, o economicismo é, na verdade, apenas parte de um processo de violência simbólica que fragmenta a realidade de tal modo que se torna impossível estabelecer uma hierarquia clara das questões mais importantes. Como em sociedades modernas e formalmente “democráticas”, a censura é inadmissível, a dominação social que tende a perpetuar todos os privilégios injustos tem que criar falsas questões, todas tratadas superficialmente, para que aquelas realmente fundamentais jamais venham à tona. Os homens e mulheres comuns – todos nós – têm que ser mantidos usando apenas uma pequena parte de sua

capacidade de reflexão para que a sociedade funcione de modo tão injusto como a nossa. Um bom exemplo basta. Quando se fala de classes sociais no Brasil, ela é sempre ligada à renda das pessoas. Não é uma mentira completa porque existe uma diferença também de renda entre as classes. Mas ao se concentrar num vínculo arbitrário e secundário, essa associação, feita por quase todos, termina por encobrir o principal. Ao se encobrir o principal, a causa última dos privilégios injustos nunca pode ser efetivamente percebida. Podem-se criar “bodes expiatórios” e falsas explicações de fio a pavio. É disso que os privilégios precisam para se perpetuar. A fabricação diferencial de indivíduos, pelo pertencimento a distintas classes sociais, nunca pode vir à tona posto que ela mostra a mentira da meritocracia como “milagre do talento individual” como justificativa da desigualdade. Portanto, tem-se que se arranjar um jeito de se fazer de conta que se fala de classes para não se falar realmente delas.

A associação de classe à renda serve precisamente a isso. Tomemos um professor universitário iniciante que ganhe 6 mil reais. Tomemos agora um trabalhador qualificado que monitora os robôs da Fiat, em Minas Gerais, que também ganhe algo em torno de 6 mil reais mensais. Todas as escolhas dessas pessoas vão ser, com muita probabilidade, muito distintas, desde a mulher que escolhem, os amigos, o tempo de lazer, as roupas que comprem, o padrão de consumo, os livros que leem etc. Quando muito elas vão poder conversar sobre futebol entre si. Qual o sentido de se dizer que essas pessoas são da mesma classe porque ganham um salário semelhante? Ajuda a nossa compreensão de alguma delas estabelecer esse tipo de relação?

Quando se percebe as classes economicamente, pelo salário, pelo resultado do processo e esquecendo, portanto, a “gênese social das diferenças individuais”, o que se faz é encobrir conflitos sociais e justificar com recursos pseudocientíficos o mundo injusto como ele é. No caso do Brasil isso equivale a um crime social: o de ajudar no abandono já secular de dezenas de milhões de pessoas sem culpa na própria miséria que foi socialmente construída e legitimada. Pior ainda. Como são os humilhados os que menos têm capacidade de reação – seja cognitiva seja política – contra essas “ideologias das meias-verdades”, eles próprios acreditam na própria culpa individual de seu “fracasso”. Suprema ironia de toda dominação aceita e legitimada: a própria vítima do abandono social se vê como “individualmente” culpada de sua própria miséria, como se alguém pudesse “escolher” ser humilhado e pobre. Sem essa

fabricação do pobre indolente e burro não compreendemos os 200 anos de um Brasil com “gente” de um lado e “subgente” de outro.

IHU On-Line – O senhor compartilha da compreensão de que a classe média não é só determinada pela renda, mas também por outros aspectos que levam em conta condições sociais, culturais etc. Concorda que está se criando uma “fantasia” em torno do que denominam classe média?

Jessé de Souza – O nome “fantasia” é perfeito porque “mentira” sugere “intenção” e, portanto, maldade, dolo. Na verdade, acho que o contexto geral é de uma “fantasia compartilhada” envolvendo até muita gente com boas intenções.

Quando os defensores do conceito de nova classe média reconhecem a impropriedade sociológica desse conceito – como muito corajosamente assumiu o professor Marcelo Neri, por exemplo, em entrevistas a jornais – e se defendem com a proposição absurda de uma “classe social econômica”, na verdade, apenas aprofundam o problema. É claro que existe uma dimensão econômica das classes sociais, mas ela não pode jamais – sob pena de se tornar incompreensível – ser dissociada de todos os outros fatores bem lembrados em sua pergunta. É por conta disso que nenhum autor importante jamais tenha definido classe social apenas por seu aspecto econômico. Essa construção é absurda e não faz o menor sentido como iremos ver.

Esse absurdo conceitual não é apenas central para uso de debates acadêmicos sem importância para a vida prática. A forma como denominamos as coisas é muito importante para a “legitimação da vida cotidiana” com todas as suas injustiças. Dependendo da forma como se percebe a realidade, escondemos sofrimento, dor e injustiça, que passam a ficar sem expressão possível. Daí que a dominação social no mundo moderno seja, antes de tudo, simbólica, ou seja, uma batalha pelos meios adequados de fazer valer uma certa interpretação da realidade que constanja e convença como se verdade fosse, inclusive quem perde com essa mesma interpretação. Nesse tema da “nova classe média” no Brasil se esconde uma luta pela interpretação legítima da realidade, que diz o que e quem deve estar em foco e o que e quem deve ser relegado às sombras, que diz quem deve continuar usufruindo privilégios e quem não.

O decisivo aqui é que a renda não apenas não define o pertencimento a uma classe social como também não esclarece nada de importante acerca da gênese e da reprodução dessa classe no tempo, que são as duas questões mais interessantes posto que, apenas elas, nos esclarecem acerca daquilo que o mundo – e a reprodução de todos os privilégios injustos preservados e “eternizados” precisamente por leituras superficiais deste mundo – não quer que saibamos.

Classe social

A classe social implica uma forma específica de perceber e atuar no mundo em todas as dimensões, ou seja, o pertencimento de classe constrói uma “condução da vida” muito singular, e isso não pode jamais ser inferido a partir do nível de renda. É claro que indivíduos que estejam em uma mesma “situação de classe” vão tender – longe de ser verdade em todos os casos – a ter um padrão de renda semelhante. É isso que vai explicar o fato de que as “fantasias sociais”, como a associação de classe a renda, antes de serem “mentiras”, sejam “meias-verdades”. Afinal, alguma espécie de ancoragem no mundo real elas têm que ter para nos convencer, posto que existe um limite até para nossa tolice. E como o “mistério” da produção e reprodução das classes sociais (ou seja, a produção e reprodução de indivíduos desigualmente aparelhados para a competição social) é o segredo mais bem guardado de toda sociedade moderna (cuja legitimação fundamental é precisamente a “igualdade de oportunidades”, ou seja, a “igualdade” básica entre todos), isso explica por que essas “meias-verdades” são repetidas tão exaustivamente por tudo e todos que possuem interesse na reprodução do mundo tão injusto como ele é. Sem elas não poderíamos, por exemplo, pensar em “mérito individual” quando nos comparamos com pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que tivemos e preservar, ao mesmo tempo, nossa “boa consciência” e nosso sentimento de “superioridade” em relação a elas.

Na verdade, o que ocorre com esta associação entre classe e renda é não apenas uma inversão entre causa e efeito, mas o produto perfeito de uma percepção rasa e superficial do mundo de fio a pavio. Tudo funciona como se a renda fosse resultado da competição justa entre todos os indivíduos, os quais, depois, são associados a “níveis de renda” específicos. Esses níveis de renda diferenciais, por sua vez, explicariam então o acesso diferencial ao consumo e, finalmente, a construção de estilos de vida diferentes explicados precisamente pelo acesso a uma renda diferencial.

Isso é falso em tudo que diz posto que o “estilo de vida” diferencial que explica todas as nossas escolhas – e não apenas àquelas de consumo – são construídas pelas heranças emocionais, cognitivas e afetivas que são, sempre e em todos os casos, uma herança familiar e, portanto, uma herança de classe. O “economicismo” pressupõe o indivíduo já adulto, sem passado, sem família e sem classe, capaz de efetuar escolhas econômicas racionais. Esse é outro produto de uma visão rasa e míope. Na verdade, a produção do indivíduo – tanto como indivíduo de uma classe quanto da singularidade possível nessa classe – é feita na mais tenra idade. Pode-se mudar este destino em um ou outro ponto, mas essa mudança é sempre limitada e mesmo quando ela é possível ainda mostra o rastro de onde viemos. São os modelos afetiva e – diria a psicanálise – inconscientemente “incorporados” como formas de agir, reagir, refletir ou não refletir, gostar ou não gostar, que irão nos moldar em literalmente todas as dimensões da vida desde o tipo de roupa ou de comida de que se gosta ao tipo de parceiro sexual em relação ao qual sentimos desejo.

Consumista desejante

É claro – mais uma vez as meias-verdades – que um acesso a uma renda maior pode nos fazer ir ao espaço se gostamos de aventuras perigosas. Mas o “gosto por aventuras perigosas”, que é o único fator importante aqui (afinal, é o que, junto de outros fatores, singulariza a pessoa da qual falamos), não é “criado” pelo acesso à renda. O indivíduo do “economicismo” é o “consumista desejante”, supostamente o que nós todos somos, com gostos semelhantes e que vê a vida do mesmo modo.

Na realidade, somos muito diferentes entre si. Os brasileiros pobres, por exemplo, que chamei de “ralé” provocativamente em estudo recente, sequer percebem o tempo do mesmo modo que a classe média. É uma classe que vive o “aqui e o agora” e, portanto, não desenvolve o pensamento prospectivo, ou seja, não percebe o futuro como mais importante que o presente. Quem não pensa no futuro e não o planeja literalmente “não tem futuro”. Essa mesma classe, por falta de exemplos e estímulos, em boa parte pelo menos, também não desenvolve a faculdade da “concentração” na escola, como inúmeras entrevistas nos mostraram, faculdade esta que imaginamos tão “natural” quanto a de andar e respirar. São todas capacidades “aprendidas” por socialização diferencial de classe. Quando se pensa na escola sem se pensar na socialização pré-escolar não se percebe este fato central. É o mesmo tipo de visão economicista, raso e enganador sobre o mundo, que jamais nos ajuda a

compreender por que a sociedade funciona precisamente do jeito que ela funciona, nem muito menos como ela se tornou o que ela é.

Se compreendermos coisas assim, compreenderemos também, de verdade, como as classes são “produzidas” diferencialmente. Um jogador de futebol da “ralé” que tem acesso a uma renda muito alta em pouco tempo pode se comportar em relação a isso – seu comportamento econômico como consumidor, por exemplo – de modo muito diferente do que alguém da classe média. O “economicismo” não tem nada a dizer sobre fenômenos deste tipo, posto que, no seu esquema, todos os seres humanos só se distinguem pela renda diferencial. É por conta disso que, também, só podemos compreender a segunda questão importante para a compreensão das classes sociais, a sua reprodução, se compreendermos também como os discursos redutores e superficiais da realidade, como o “economicista” a frente de todos os outros, ganha a proeminência e logra se tornar lugar comum, aceito por todos nós. É porque aceitamos um discurso dominante tão raso e enganador que o mundo e suas injustiças tendem a continuar e se reproduzir.

IHU On-Line – O que o conceito “nova classe média” demonstra sobre a política governamental do PT na presidência?

Jessé de Souza – Demonstra que, apesar das efetivas melhoras que os governos petistas produziram no país nos últimos anos, o **PT** é vítima – assim como os partidos liberais e conservadores – do mesmo “economicismo” que domina a esfera pública brasileira e o nosso horizonte mesmo de reflexão. É uma pena que tenhamos uma esfera pública tão empobrecida que seus limites sejam os limites da – sempre mesquinha, posto que mais interessada na própria reprodução do que na inovação e produção de uma agenda nova – disputa partidária.

IHU On-Line – Quais são as características da nova classe trabalhadora brasileira?

Jessé de Souza – Nossa pesquisa, que foi uma primeira aproximação do problema, procurou dar conta da especificidade dessa classe nova no capitalismo contemporâneo comparando-a com as outras classes que se localizam na sua fronteira acima e baixo e comparando-a, também, com a classe trabalhadora tradicional, “fordista”, que ainda trabalha em grandes unidades produtivas, possuem maior proteção social e que

certamente irá continuar em diversos ramos da indústria moderna. Uma correta percepção dos “emergentes” exige que percebamos o “tipo humano” e seu modo específico de “estilo de vida” – com dramas, tragédias, sonhos e capacidades singulares – singular a esta classe e não apenas quantificar sua renda como normalmente é feito. É necessário também compará-la tanto com as classes médias “verdadeiras”, sua contraparte “acima”, quanto com os desclassificados sociais – que chamamos provocativamente de “ralé” para denunciar seu abandono – como sua contraparte “para baixo” da escala social. Os “emergentes” que preferimos chamar no nosso estudo de “batalhadores” – nome que usamos para esta classe em homenagem a denominação de **Mangabeira Unger**, que foi o brasileiro que primeiro percebeu a importância deste segmento –, ou “nova classe trabalhadora”, não possuem nenhum dos privilégios de nascimento da classe média verdadeira. Muito especialmente o “tempo livre”, que permite a apropriação de “conhecimento útil e altamente valorizado” – chamado por **Pierre Bourdieu** de capital cultural –, caracterizador da classe média verdadeira. Se a apropriação privilegiada de capital econômico marca as classes altas, é a apropriação privilegiada de capital cultural, seja técnico ou literário, o que marca tipicamente as classes médias modernas.

Os “batalhadores”, em sua esmagadora maioria, tiveram que trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em universidades privadas à noite. Sem acesso aos conhecimentos altamente valorizados que permitem a reprodução do mercado e do Estado – que garantem bons salários e muito reconhecimento social e prestígio às classes médias –, os batalhadores compensam esta falta com extraordinário esforço pessoal trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais sem pagamento de impostos. O que explica essa persistência e capacidade de resistência é a construção de uma sólida “ética do trabalho” que pressupõe a incorporação de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, onde o futuro e a busca por uma vida melhor compensa qualquer sacrifício no presente. A “ralé”, que perfaz ainda quase 1/3 da população brasileira, é tão abandonada e desprezada socialmente que tem que cuidar do pão de cada dia tornando-a prisioneira do “aqui e agora”, que é a negação de qualquer perspectiva ou cálculo de futuro. O que é retirado da “ralé” – por uma sociedade injusta que a explora como mão de obra barata em atividades corporais para que a classe média possa se dedicar a estudos e empregos rentáveis e prestigiosos – é qualquer perspectiva de futuro. Existem classes

literalmente “com futuro” e outras “sem futuro”, o qual precisa ser cuidadosamente calculado e planejado para acontecer. É esse tipo de incorporação de certas capacidades e virtudes que realmente separam as classes uma das outras e não a renda, que é mero resultado da presença ou da ausência desses pressupostos.

Assim, os “batalhadores” – ainda que vários sejam também pequenos empresários – possuem um estilo de vida que se assemelha muito mais ao das classes trabalhadoras – que são sempre classes incluídas na esfera econômica e política – do que das classes médias que pressupõem a incorporação sutil e invisível para o senso comum de uma série de disposições – capacidade de pensamento abstrato técnico ou literário, conhecimento de línguas, socialização que ajuda na produção de relações pessoais vantajosas, etc. –, que juntas produzem a vida privilegiada. Diferentemente da “ralé”, por outro lado, esses novos trabalhadores a “céu aberto” possuem sólida ética do trabalho e perspectiva de futuro, produto tanto de famílias bem estruturadas, ainda que pobres em sua maioria, quanto de socialização religiosa tardia, religiões essas tão pouco compreendidas pelas classes médias estabelecidas.

IHU On-Line – Por que, junto com o crescimento da renda, não foi possível resolver problemas estruturais como saúde, saneamento e educação?

Jessé de Souza – Porque isso exigiria uma verdadeira revolução brasileira, uma revolução de consciência, antes de tudo, que estipulasse outras prioridades e outras hierarquias do que é urgente e necessário. Todas as sociedades que tiveram que lidar com a incorporação de uma população inadaptada para os desafios de uma sociedade moderna o fizeram de modo “consciente”, como os “grandes despertar” de motivação religiosa na história americana, ou a escolarização em massa dos camponeses na França sob a égide do Estado laico. Nós “empurramos o problema com a barriga”. Isso não pode nem vai dar certo.

E este é mais um exemplo de como o “economicismo” superficial nos domina. Temos a tendência de achar que o mero crescimento econômico por si só trará todas as mudanças de que o país precisa. Que isto não é verdade já foi mostrado de modo claro como luz do sol. O Brasil cresceu mais que qualquer outra sociedade entre 1930 e 1980 e manteve teimosamente seus excluídos sociais. O que se pensa hoje é o mesmo que se pensava há sessenta anos. Não aprendemos nada.

O real problema do Brasil – ou seja, do que é singular ao Brasil e outras sociedades em situação semelhante – é a incorporação na vida social, econômica e política de cerca de 30% da população que chamamos provocativamente de “ralé”, precisamente por ser tratada como lixo por todos nós – na medida em que nem consumidores são como os “batalhadores” da suposta “nova classe média” – e por todas as instituições modernas como o mercado competitivo para o qual não foram aparelhadas. Não existe um único problema real do Brasil, como o fracasso escolar, a (in) segurança pública, o gargalo da mão de obra, o desamparo na saúde etc., que não seja decorrente do abandono dessa classe. Como essa realidade mais profunda jamais é percebida, as promessas de inclusão social por meio de estímulos apenas econômicos também jamais irão se concretizar de verdade.

IHU On-Line – Que avaliação faz dos gastos sociais no Brasil? Essa classe trabalhadora tende a continuar ascendendo econômica e socialmente?

Jessé de Souza – Houve uma sensível melhora na quantidade e na qualidade dos gastos sociais no Brasil nos últimos dez anos. No entanto, tanto sua quantidade quanto sua qualidade ainda deixa muito a desejar.

A política social no Brasil erra tanto em relação à “ralé” quanto em relação aos “batalhadores”. Em relação à “ralé”, como os estímulos são apenas econômicos – ou seja, imagina-se que as classes populares percebem o mundo e se comportam como os técnicos de classe média que imaginam essas políticas – elas deixam de fora pelo menos 30% dos brasileiros que nunca foram efetivamente pensados na sua especificidade e na sua miséria singular, a qual se dá muito além da miséria econômica, e na realidade é a sua causa verdadeira, e abrange, na realidade, todas as dimensões da vida. Enquanto essa consciência não existir, qualquer sonho de “sociedade de primeiro mundo”, ou sociedade de classe média, também não existirá.

Ela erra também em relação aos “batalhadores”, os quais precisam ser compreendidos e estimulados, antes do que “ajudados”. Do que se escreve acerca desta classe se limita, na enorme maioria dos casos, a descrever a sua força como novo consumidor. A enorme maioria dos estudos é, portanto, muito especialmente nos estudos do governo, “economicista”. Pouco se conhece acerca de como essa classe se estrutura e como ela se comporta. Nosso próprio estudo que se concentrou nesse tema

foi uma primeira aproximação que exigiria estudos posteriores, como dito acima. A imensa maioria dos outros estudos sequer possui essa intenção.

Isso revela muito de nosso desconhecimento acerca de nós mesmos e do esquecimento dos setores populares como um todo no Brasil. Mesmo que todas as boas novidades da última década tenham vindo pelo esforço praticamente solitário da parte de baixo da sociedade brasileira, o dinheiro público – uma crítica que Mangabeira Unger sempre fez e encontrou sempre ouvidos surdos – de um **BNDES**, por exemplo, é direcionado a grandes empresas e não ao empreendedorismo popular, que já mostrou a todos que, se devidamente apoiado, pode construir um Brasil diferente. O futuro dessa classe – e de todos nós – depende também disso.

9. Depois da “formação”

Autor: Marcos Nobre

Data: Novembro de 2012

Fonte: Revista Piauí, nº 74 - <http://revistapiaui.estadao.com.br/educacao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>

Cultura e política da nova modernização

Tinha um caminho no meio da pedra. Ou pelo menos assim se pensou e agiu durante muito tempo, dos anos 30 à década de 80. As dúvidas ficaram no mais das vezes por conta da poesia.

A engenharia que traçou esse caminho pode ser resumida mais ou menos assim: desde 1822, o país tinha conquistado sua independência formal, mas não tinha se constituído efetivamente em nação – em unidade de território, população e soberania que se expressa em uma cultura própria e autêntica. O déficit teria se agravado ainda mais com a continuada exclusão de quem legitimamente reivindicava cidadania plena, quer dizer, depois da abolição da escravatura, das sucessivas ondas imigratórias em massa (especialmente relevantes no período entre 1890 e 1930), da visibilidade inédita dos povos indígenas (cujos “direitos” apareceram na Constituição de 1934), e de uma população e de um proletariado urbanos de importância. Nesse diagnóstico, a Primeira República – não obstante as greves gerais, as ações da vanguarda modernista e os levantes tenentistas – não tinha sido mais do que um acordo de elites, sem nenhum interesse efetivo na realização desse projeto nacional.

Entre muitas razões, também porque a produção da nacionalidade dependia fundamentalmente de um desenvolvimento o quanto possível autônomo, da criação de um mercado interno de relevo, capaz de mitigar e eventualmente superar a condição de completa subordinação que caracteriza um país cuja economia está fundada unicamente na exportação de bens primários. Coisa que era justamente o ganha-pão da política do café com leite da Primeira República. Política esta, para completar o quadro de crise generalizada, que tinha sido minada em suas bases pela depressão iniciada em 1929 e nem precisou aguardar os bloqueios de circulação de mercadorias impostos pela Segunda Guerra Mundial para receber seu golpe de misericórdia.

Ao longo dos anos 30, foi se firmando (por variadas razões) um modelo de desenvolvimento e de construção da nacionalidade que, durante décadas, foi sinônimo

de “moderno” e de “modernidade”; um projeto de modernização do país que se convencionou chamar de “nacional-desenvolvimentismo”. Nesse projeto, “modernização” significava, de um lado, o combate às diferentes formas de “arcaísmo” e, de outro, a criação das condições para a emergência da nação em sentido autêntico. Foi longa a hegemonia da oposição entre “arcaico” e “moderno”, e ela moldou como nenhuma outra a autocompreensão do país.

Publicados depois de pelo menos vinte anos de vigência do nacional-desenvolvimentismo e em ambiente de incipiente mas existente democracia, *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, e *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, já apresentavam um grau de complexidade muito superior ao fornecido pelo par antitético original “arcaico” e “moderno”. Tratava-se, ali, de recolocar os problemas em termos de um vínculo interno entre “nacional-desenvolvimentismo” e “democracia”, entre modernização e justiça social. Sua característica marcante foi reconstruir a história do país como estações de um processo de formação em curso, já parcialmente realizado, cujo sentido permitiria, por sua vez, delinear tendências de desenvolvimento e mesmo de continuidade. É assim que, nesses dois livros, a ênfase recai não sobre o diagnóstico dos “arcaísmos”, mas sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado).

Uma tal positividade e progressividade não poderia mais ser sustentada nesses termos depois do golpe militar de 1964, muito menos em pleno “milagre econômico” da década de 70. A partir daí, passou a ser necessário entender como era possível que a acelerada modernização de então fosse realizada por forças políticas autoritárias. É certo que, segundo o paradigma da “formação”, a “modernização” dos militares não era uma autêntica modernização. Mas, não obstante, era preciso entender em sua estrutura o sentido de uma modernização capaz de suprimir o vínculo com a democracia. Em outros termos: era necessário abandonar a perspectiva por demais “positiva” dos pensadores de referência do paradigma da “formação” e produzir um novo diagnóstico, ainda mais complexo e, sobretudo, permeado por uma “negatividade” que ficou em segundo plano nos modelos originais de Candido e Furtado.

Foi justamente nesse seu momento de “autocrítica”, nesse seu momento “reflexivo”, em que se volta sobre si mesmo, que o paradigma da “formação” firmou sua hegemonia intelectual no campo do nacional-desenvolvimentismo democrático. Teve nisso grande destaque o grupo reunido em torno do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado em 1969 e sediado em São Paulo. O destaque se deve, em grande medida, ao fato de o CEBRAP ter sido provavelmente o único consórcio intelectual que a ditadura militar não conseguiu dismantelar, razão pela qual acorreram para lá jovens pensadores de todas as partes do país. Incluindo aquele que produziu o texto emblemático desse “momento reflexivo” do paradigma da “formação”: Francisco de Oliveira e seu *Crítica à Razão Dualista* (ensaio de 1972, publicado em livro em 1981).

Fernando Henrique Cardoso já tinha mostrado cinco anos antes (*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1967, escrito em parceria com Enzo Faletto) que a opção por um desenvolvimento “dependente associado” se apresentava como um entrave estrutural, impondo severas limitações às pretensões do projeto de desenvolvimento autônomo e soberano do nacional-desenvolvimentismo (a não ser na hipótese de uma revolução socialista). Francisco de Oliveira foi além: mostrou que esse é apenas um caso de uma gramática do desenvolvimento em que “arcaico” e “moderno” não estão em oposição, mas amalgamados: longe de se oporem, imbricam-se de maneira necessária, o que, não por último, mostra o caráter ideológico da sua própria lógica dualista.

Coube, ao que se chama burocraticamente de crítica literária, a Roberto Schwarz, em seu breve ensaio “As ideias fora do lugar” (de 1973, recolhido no livro *Ao Vencedor as Batatas*, de 1977), dar indicações de como o movimento ideológico identificado por Francisco de Oliveira poderia ser pensado em um quadro sistemático ainda mais amplo. Tratava-se ainda apenas de indicações, já que o texto tinha marcado caráter de esboço. Mas era certo ao indicar que não apenas “moderno” e “arcaico” se encontram amalgamados, que não apenas o dualismo desse par conceitual é ideológico: indicava que o “moderno”, ele mesmo, serve de legitimação ideológica para o “atraso”, ao qual se imbrica necessariamente. Ou seja, o “moderno”, tal como se apresenta no abstrato e etéreo modelo europeu importado, não é efetiva alavanca de progresso, não serve à modernização autêntica que o paradigma da formação tem em vista. Entretanto, essas modernas “ideias fora do lugar” cumprem papel fundamental na lógica de dominação periférica, isto é, estão, de fato, em seu

devido lugar. O “moderno” sanciona uma forma de dominação na qual sua promessa de realização é uma quimera e, no limite, deboche.

Mas esse momento de maturidade intelectual, expresso nas obras de Oliveira e Schwarz, coincidiu, também, com mudanças estruturais do capitalismo que simplesmente inviabilizaram a continuidade de qualquer projeto de tipo nacional-desenvolvimentista. Entre outras coisas, porque esse projeto político dependia de um padrão tecnológico de produção relativamente estável nos países centrais e do poderio de um Estado indutor do desenvolvimento, dois pilares minados pela revolução da microeletrônica e pela crise de crédito de fins da década de 70, respectivamente.

Um projeto de desenvolvimento em situação de subdesenvolvimento não afastava a necessidade de atualização tecnológica permanente, mesmo que fosse uma atualização retardada, na comparação com os países centrais. O que garantia essa atualização retardada era, de um lado, o fato de que ela se dava em patamares meramente incrementais de inovação, e, de outro, na capacidade de financiamento e de investimento do Estado. Foram essas condições que desapareceram já no início dos anos 80.

Mais do que isso, essas mudanças estruturais coincidem, no caso do Brasil, com a saída da ditadura e a redemocratização do país. A conjunção desses dois movimentos tectônicos tornou caduco não apenas o paradigma da “formação”: tornou inviável qualquer ideia de “projeto de país” nos termos em que o nacional-desenvolvimentismo (em suas variadas formas) cunhou a expressão. Pois, em condições democráticas, um “projeto de país” – ou um padrão de desenvolvimento – é o resultado de uma ampla luta social e política, travada ao longo de décadas, dentro e fora do poder de Estado, conflito moldado por diferentes correlações de forças e por diferentes constelações hegemônicas.

Não obstante, apesar de seu longo declínio, o paradigma da “formação” produziu obras tardias de impacto, como foi o caso de *Um Mestre na Periferia do Capitalismo* (1990), de Roberto Schwarz. A partir dos anos 90, o paradigma passou a ter em Paulo Arantes seu teórico de referência e encontrou em *O Ornitorrinco* (2003), de Francisco de Oliveira, aquele que talvez seja o caso exemplar de sua configuração atual.

O ajuste às novas condições mundiais veio definitivamente com o Plano Real – destinado não apenas a controlar a inflação e produzir estabilidade econômica em sentido amplo, mas também a estabelecer um bloco hegemônico no poder, capaz de

superar a paralisia do sistema político. Um dos primeiros movimentos de então foi a significativa abertura econômica, tanto para consumo como para investimento. O Plano Real, entretanto, não foi um “projeto de país” nos moldes do anterior, nacional-desenvolvimentista. Foi antes, e em primeira linha, o desmonte das instituições nacional-desenvolvimentistas e, paulatinamente, a produção de instituições “flexíveis”, capazes de se ajustar às condições cambiantes do novo sistema econômico mundial.

A partir de meados da década de 90, os sucessivos governos se empenharam na construção de estratégias defensivas em momentos de crise econômica e no aproveitamento de oportunidades de crescimento em momentos favoráveis do cenário internacional. A nova lógica da integração econômica já não segue o padrão internacional: os Estados Nacionais são “atores” decisivos, certamente; mas o mero fato de passarem a ser designados como “atores” (entre outros, portanto) já mostra muito da mudança estrutural ocorrida, dificilmente pensável até a década de 80. Se a conversa de que “não há mais centro nem periferia” desempenha papel ideológico nada desprezível, também ela, como todo dispositivo ideológico, tem seu momento de verdade: a subordinação já não se organiza mais primordialmente em termos de nações, países ou Estados.

Essa reviravolta estrutural foi registrada em primeira mão em termos teóricos em dois dos mais instigantes livros da segunda metade da década de 90. Em *A Forma Difícil: Ensaio sobre Arte Brasileira* (1996), Rodrigo Naves dá pistas importantes sobre o esgotamento do paradigma da “formação”. E faz isso, significativamente, em terreno explorado até então de maneira apenas episódica e irregular: o da crítica e da história da arte. Ou seja, naquela que é, talvez, a mais tardia das disciplinas universitárias a se consolidar no país, surge uma constelação que não apenas escapa ao paradigma da formação, mas produz algo como a sua crítica interna. O que é, por sua vez, compatível com uma produção em artes plásticas que “ao menos até meados da década de 70 – talvez com exceção do período do barroco mineiro – foi de fato irregular e esparsa, dificultando por ela mesma a constituição de um meio mais rigoroso e enriquecedor”, como registra Naves.

Nesse livro, é a própria “forma” – aquela mesma da “formação” – que se tornou “difícil”. Traduzindo as análises de Naves para a periodização apresentada aqui, é possível dizer que toda a arte moderna brasileira até a década de 80 reproduz, de variadas maneiras, o desafio nacional-desenvolvimentista segundo uma gramática

artística da “dificuldade de forma” – que pode ser um “ideal meigo”, em artistas como Volpi e Guignard, ou uma “plenitude drástica”, como em Hélio Oiticica e Lygia Clark. Ou seja, mesmo se a melhor arte nunca se joga sem reservas no projeto da “formação”, é ele o seu pano de fundo incontornável. Não é acaso, portanto, que Naves tenha visto nos quadros de Iberê Camargo da década de 80, no momento de crise estrutural do nacional-desenvolvimentismo, o ponto de transição fundamental entre a “relutância formal” própria do modernismo brasileiro e sua já nova condição – a da “forma difícil”, transição gravada no “expressionismo paradoxal” desse artista e que encontrou seu emblema na escultura de Amílcar de Castro.

Essa mudança estrutural ficou gravada também em outro livro de exceção, que pertence, ao contrário do primeiro, a uma das disciplinas universitárias de consolidação mais antiga: a história. Em *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000), Luiz Felipe de Alencastro desliga a ideia de formação da ideia-força da “nacionalidade”, com seu vínculo pretensamente intrínseco a um determinado território, a uma determinada população e a uma forma específica e exclusiva de soberania. Se a “formação” está ainda estampada no subtítulo do livro, Alencastro nos mostra, entretanto, que “o Brasil se formou fora do Brasil”, em um espaço transcontinental, sul-atlântico. Não por acaso, a variável determinante dessa formação fora do espaço territorial – a reprodução ampliada da força de trabalho – só passa a ocorrer “inteiramente no interior do território nacional”, segundo Alencastro, nos “anos 30-40”. Ou, nos termos da interpretação que se propõe aqui, coincide com o momento em que se cristalizou o “nacional-desenvolvimentismo”. Na situação de hoje, a relação umbilical entre o “dentro” e o “fora” volta a se mostrar, sob nova configuração, como determinante da formação do país. Ou seja, como quer se tome a partir de agora a “formação”, ela já não pode ter o sentido que lhe deram Antonio Candido ou Celso Furtado.

Entretanto, a longa hegemonia do nacional-desenvolvimentismo – e, no seu interior, do paradigma da “formação” em particular – produziu algo como um “carecimento de um projeto de país” exposto em seu conjunto; e o não preenchimento dessa falta não faz senão reforçar a própria lógica do carecimento. Dito em uma frase, no momento em que as condições para a produção de um sucedâneo do nacional-desenvolvimentismo estão inteiramente ausentes, a continuidade da defesa (implícita ou explícita) do paradigma da “formação” cumpre uma função primordialmente ideológica – e retrógrada.

A sobrevida do paradigma da “formação” é solidária, por outro lado, de sua necessária contrapartida ideológica “neomoderna”, consubstanciada nos novos paradigmas que se infiltraram pela “abertura teórica” que correspondeu à abertura econômica de meados dos anos 90. Também aqui, mais uma vez a conjunção de linhas de força históricas não foi favorável, já que o momento de estabilização e de abertura da economia brasileira coincide com um dos mais poderosos massacres ideológicos de que se tem notícia, um vagalhão que se costuma chamar de “neoliberal” e que varreu o planeta de cabo a rabo.

O momento de “abertura teórica” brasileiro na segunda metade dos anos 90 coincide com a esmagadora hegemonia de um *aggiornamento* das teorias tradicionais da modernização segundo o metro neoliberal. Em um período em que instituições como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial tiveram enorme protagonismo, variados cardápios de “reformas estruturais” foram propostos e impostos sob forma de “teorias da globalização”, incluindo receitas de desregulação de mercados, desenvolvimento de “vocações regionais”, *currency board* e mesmo caricaturas sintomáticas, como foi o caso do então chamado “Consenso de Washington”. A face mais “elevada” desse movimento se materializou na hegemonia de um determinado “cosmopolitismo” que, não por acaso, encontrou naquele momento a sua expressão mais saliente no projeto de uma “ampla reforma da ONU” e na ideia da “terceira via”.

As tentativas de contra-arrestar esse novo alinhamento ideológico não ficaram atrás em termos de crueza e superficialidade. Variaram do voluntarismo pop-bolchevique de Žižek ao esquerdismo filológico de Agamben. Encontraram seu ápice ao longo (e por causa) do sinistro governo de George W. Bush e com ele declinaram – da mesma forma, aliás, como o próprio “cosmopolitismo”, que perdeu o lustro dos anos 90. Ainda assim, prolongamentos dessas posições encontram até hoje ressonância e público. E, como não são poucos os paradoxos nacionais, são posições que costumam ser reivindicadas pelo caduco, mas ainda vivo paradigma da “formação”.

Ambos os lados da medalha ideológica respondem também a uma nova “lógica de redes” que se impôs a partir daí como princípio organizador da produção cultural em geral e do conhecimento acadêmico universitário em particular. Sem prejuízo da sua perfeita compatibilidade ideológica com a imposição de uma agenda externa aceita de maneira quase sempre acrítica, essa reorganização não é passageira.

Ou seja, mesmo que a agenda teórica conservadora dos anos 90 tenha perdido força após a crise econômica mundial iniciada em 2007-2008, a lógica de redes veio para ficar.

A rede se compõe de pontos que podem estar em qualquer parte do planeta ou do mundo virtual. Pontos que podem ser movimentos sociais, empresas, Estados, indivíduos, e que são tanto mais ricos quanto mais numerosas forem suas conexões. São pontos que não estão em uma cultura específica, em uma universidade, em um país, em uma nação; estão em algum lugar de uma rede que eles têm de construir por si mesmos para alcançar consagração. Não constroem um país à medida que produzem bens, cultura, ações, conhecimento; estão construindo uma rede.

A partir da década de 90, o debate brasileiro passa a se estruturar segundo a alternativa entre um paradigma da “formação” caduco e um neomodernismo internacional acrítico, sendo que ambos os termos da alternativa se organizam hoje segundo a específica “lógica de redes” em vigor. Trata-se de uma alternativa que esteriliza e emperra o debate público. Destruir o debate e deixar para trás essa alternativa estéril significa hoje formar redes que não fiquem à mercê de pautas teóricas e políticas provenientes de uma agenda neomodernizadora que perdeu sua hegemonia nem se aferrem ao saudosismo do que não foi, a um “projeto de país” que não tem mais qualquer base real para se efetivar.

Mas, se já não é mais da “formação da nação”, com sua unidade e homogeneidade, que se trata, é do sedimento virtuoso de seus desenvolvimentos intelectuais e políticos a partir da década de 50 que se deve alimentar essa nova prática crítica de compreensão do momento atual. E esse sedimento virtuoso não pode ser outro senão o da união dos dois momentos fundamentais do paradigma da “formação” em novo patamar. Não se constrói um país decente fazendo terra arrasada, mas reconhecendo uma série de pequenos avanços ao longo de décadas. O projeto da “formação” se ancorou em processos sociais e históricos reais, e não na tábula rasa das pranchetas planejadoras.

Ao mesmo tempo, sem deixar de lado a positividade e o sentido progressista próprios dessas primeiras formulações, o momento “reflexivo” do paradigma da “formação”, nos anos 60 e 70, insistiu na negatividade que também deve necessariamente lhe pertencer, afiando o gume crítico. E, como no caso do momento anterior, com uma originalidade de amplas consequências: formulou esse “negativo” e

essa “negatividade” *não* como *falta* ou como *carência*, mas em termos de *elementos constitutivos* de uma *modernização forçada em condições de subdesenvolvimento*.

O fato de a situação atual não ser mais, nem de longe, aquela da regulação internacional que prevaleceu até os anos 80, abre justamente as brechas por onde podem se infiltrar redes de tipo inteiramente novo, capazes de preservar o potencial crítico que um dia teve o paradigma da “formação”. Um capitalismo hoje pela primeira vez planetário ainda parece longe de encontrar (se é que encontrará) um novo ponto de equilíbrio (mesmo que instável) entre economia e política, como se viu em pelo menos dois distintos momentos do cenário mundial pós-1945. Ao mesmo tempo, e ao contrário da década de 90, estão vigorosamente abalados os padrões de modernização que, em situações de relativo equilíbrio, são impostos sem mais aos países periféricos. Por último, mas não menos importante, o desequilíbrio do momento atual se reflete também em uma correlação de forças nova, na qual o vínculo tradicional entre “centro” e “periferia” mudou de caráter.

Esse é o momento de reconhecer que o Brasil é hoje uma combinação de subordinação (a um capitalismo mundial bastante instável e desorganizado) e de inédita autonomia decisória (em que ao menos a margem de manobra é a mais ampla de que já se dispôs). De certa maneira, não somos a realização nem do sonho nem do pesadelo do projeto “nacional--desenvolvimentista”, mas uma combinação de ambos. Entretanto – e isso é o decisivo –, a proporção em que se dá a cada vez a composição dos dois elementos não é mais obra primordial de Estados, mas de alianças de diferentes forças políticas e econômicas que se organizam em rede, nas quais Estados são um dos componentes. Dependem, portanto, de correlações de forças mais amplas e mais capilarizadas, que não se explicam sem mais nem por um determinismo econômico nem por uma primazia da política.

Com a crise das receitas tradicionais de modernização, em um ambiente de relativo desequilíbrio do capitalismo mundial, um certo padrão de modernização está sendo efetivamente gestado e implementado à brasileira – e não somente dentro do território e das fronteiras nacionais, basta olhar para alguns países da África e da América Latina. E essa nova “realidade brasileira” – exemplarmente presente nos debates sobre a chamada “nova classe média” – está sendo produzida sem discussão pública e sem elaboração teórica minimamente satisfatórias. As explicações disponíveis não conseguem alcançar esse novo padrão de modernização, limitadas

que estão por paradigmas obsoletos, fixados seja na construção da “nacionalidade”, seja em modelos de sociedade a copiar, que existem apenas nos manuais.

Enquanto não formos capazes de deixar para trás velhos fantasmas teóricos e práticos, os processos reais vão continuar opacos, bloqueando tanto o efetivo exercício da inteligência e da crítica em relação à nova modernização como o conflito aberto e produtivo em torno da maneira mais progressista de utilizar a margem de manobra inédita de que dispomos. O destravamento da inteligência e da crítica só virá com o reconhecimento de que um processo de “formação” se encerrou – ainda que não tenha se completado da maneira como esperava o paradigma. Iniciar uma nova etapa significa reconhecer que não mudou apenas o caminho. Mudou a pedra.

10. O desafio sul-americano

Autor: Samuel Pinheiro Guimarães

Data: 30/08/2012

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20802

O principal desafio da política externa brasileira no século XXI será a América do Sul. No processo de construção da integração América do Sul é preciso vencer o pessimismo interessado daqueles que, externa e internamente, não acreditam no potencial nem do Brasil, nem do Mercosul, nem da América do Sul, e que preferem sonhar com a volta ao regaço do colonialismo, até recentemente sob as roupagem tentadoras, agora meio esfrangalhadas, da globalização equânime, do livre comércio e da auto regulação dos mercados. O artigo é de Samuel Pinheiro Guimarães.

1. O principal desafio da política externa brasileira no século XXI será a América do Sul.
2. A América Central e o Caribe, a América do Norte, a Europa, a África e a Ásia serão áreas de grande interesse, mas nenhuma delas apresenta para a política externa brasileira a mesma complexidade do que a América do Sul.
3. As relações do Brasil com cada país da América do Sul são fundamentais tanto bilateralmente como para a defesa dos interesses do país na esfera multilateral, em suas dimensões política, econômica e militar.
4. A característica essencial dessas relações são as assimetrias de ordem econômica, política e militar entre o Brasil e cada um de seus nove vizinhos de fronteira e os outros dois vizinhos de região, o Chile e o Equador.
5. O território brasileiro é cerca de três vezes o território da Argentina, que é o segundo maior da América do Sul, com seus quase três milhões de Km² o que naturalmente inclui as Ilhas Malvinas, Sandwich e Geórgia do Sul, ocupadas

ilegalmente pela Inglaterra. A extraordinária extensão do território brasileiro, o quinto maior do mundo, significa que a possibilidade de o Brasil deter uma gama mais diversificada de recursos minerais assim como a de ter uma produção agrícola maior e mais variada é maior, em princípio, o que, aliás, já ocorre, do que a de seus vizinhos.

6. A população brasileira é quase cinco vezes a da Argentina (41 milhões) ou quatro vezes a da Colômbia (47 milhões), as duas maiores depois do Brasil, mas chega a ser 60 vezes a do Uruguai, com seus 3,3 milhões de habitantes. Quanto maior a população, maior a possibilidade de, superadas as extraordinárias desigualdades de renda, ter um mercado interno maior e de assim lograr construir uma economia industrial mais sofisticada e com um número de setores mais amplo.

7. Por esta razão, o Brasil, em comparação com seus vizinhos, logrou estruturar uma economia industrial e de serviços muito maior, mais sofisticada e diversificada.

8. No campo político, o Brasil soube nos últimos anos estreitar suas relações com os países africanos da Costa Ocidental, com os países árabes e ainda que em menor escala com os países asiáticos, exceto no caso especial da China, com os países chamados do Sul, no que o Presidente Lula e o Chanceler Celso Amorim chamaram de uma nova geografia econômica e política mundial.

9. No caso da África, o fato de ser o Brasil o segundo maior país do mundo em população negra; de não haver legislação de natureza discriminatória ainda que haja preconceito, porém cada vez menor; de estarem sendo executadas firmes políticas de igualdade racial; de serem implementadas amplas políticas de combate à pobreza; de ter tido relativo êxito em seu processo de industrialização; de existirem semelhanças de desafios sociais, tais como na educação, na saúde, na pobreza, na habitação e do êxito de vários programas brasileiros nessas áreas; de existirem desafios econômicos semelhantes, como na agricultura de cerrado e na construção da infraestrutura; de o Brasil desenvolver políticas de cooperação técnica e financeira sem imposição de condicionalidades, como faziam as potências coloniais e fazem as neocoloniais, tudo isto explica o êxito da política brasileira com a África.

10. Com o Oriente Próximo, o equilíbrio do Brasil em relação à situação na Palestina; a defesa de uma solução pacífica para a questão do Iraque antes da eclosão da

Segunda Guerra do Golfo; a cooperação técnica com a Autoridade Palestina; a iniciativa com a Turquia junto ao Irã, para permitir o encaminhamento de uma solução pacífica para as pressões americanas (e dos seus coadjuvantes ocidentais) sobre o programa nuclear iraniano, aliás, nos termos de uma carta do Presidente Obama em que ele detalhava as exigências ocidentais, tudo isto são fatores que tem contribuído para a expansão das relações comerciais e políticas do Brasil com os países do Oriente Próximo.

11. Este esforço de diversificar a política externa brasileira ocorreu sem que fossem abandonados ou prejudicados os laços tradicionais, especialmente econômicos, com os países da Europa Ocidental e com os Estados Unidos.

12. As políticas domésticas de incorporação de grandes massas da população à economia moderna e ao mercado de consumo, tais como Bolsa Família, o Luz para Todos, o crédito popular, e os programas de construção da infraestrutura e o tratamento correto ao capital estrangeiro tiveram seu papel.

13. Assim, a equidistância e independência serena da política externa brasileira, a estabilidade democrática, o equilíbrio macroeconômico, os superávits do comércio exterior, as condições do mercado interno brasileiro e seu potencial fizeram com que, nos últimos anos, o influxo de capitais estrangeiros, mesmo depois da crise, venha sendo excepcional, em especial aquele proveniente dos Estados Unidos e da Europa, e em tempos mais recentes, da China.

14. Nem as relações com os Estados Unidos e com a Europa, alvejados pela crise que não dá sinais de fim; nem todo o extraordinário potencial das relações com a África; nem a complexidade da situação do Oriente Próximo, com seu potencial explosivo; nem as relações com a Ásia e com o seu centro dinâmico a China, em sua crescente disputa com os Estados Unidos, nada disto poderá trazer para o Brasil os mesmos desafios que traz a América do Sul.

15. O desafio da política externa brasileira estará na América do Sul.

16. Em um mundo crescentemente multipolar, em que a ação americana é onipresente e poderosa, e no qual as negociações internacionais tendem a ter cada vez maior

importância não só para definir as relações entre os Estados mas para fixar parâmetros para políticas domésticas, é de grande relevância a constituição de um bloco de Estados na América do Sul, tanto para aqueles de menor como para aqueles de maior dimensão, como a Argentina e o Brasil. Nas negociações internacionais a cada Estado corresponde um voto seja ele um micro Estado do Pacífico seja ele a maior Potência do mundo. A título de exemplo, nas recentes eleições para Diretor Geral da FAO o brasileiro José Graziano da Silva foi eleito por quatro votos... Os Estados de menor dimensão, se isolados, se encontram numa posição de maior fragilidade na defesa de seus interesses ou tendem a ser absorvidos por blocos maiores liderados por países desenvolvidos onde seus interesses se diluem. Mas o mesmo ocorre com os países de maior dimensão. À própria Alemanha interessa a existência e a participação na União Europeia. Para o Brasil a construção de um bloco sul-americano é um objetivo estratégico mais do que fundamental: é essencial. Muitos são os desafios a enfrentar para tornar realidade este projeto.

17. As dimensões da economia brasileira, a variedade de sua produção exportável, a dimensão de suas empresas faz com que o Brasil tenda a ter um superávit comercial significativo e crônico com praticamente cada país da América do Sul. Nossa produção industrial é mais diversificada e nossa produção agrícola é semelhante à dos países vizinhos e, quando menos competitiva, é capaz de articular mecanismos de defesa que impedem ou dificultam a concorrência externa.

18. As dimensões da economia brasileira fazem com que as empresas brasileiras sejam muito maiores do que as empresas dos países vizinhos.

19. Devido às limitações do mercado interno brasileiro, decorrentes da concentração de renda, as empresas brasileiras de capital nacional procuram expandir suas operações para o exterior, natural e inicialmente para os países vizinhos.

20. Essas empresas brasileiras tendem a adquirir empresas locais existentes, o que configura um processo de desnacionalização, ou, quando vem a construir capacidade instalada nova, tendem a ser produtoras concorrentes das empresas locais.

21. À medida que empresas brasileiras assumem um papel relevante em um determinado setor, sua atividade passa a ser vital para a economia do país vizinho onde estão instaladas.

22. Assim, quando o governo local edita leis de regulamentação do setor onde atuam essas empresas e elas consideram, com ou sem razão, que seus interesses (o que significa, em geral, os seus lucros) estão sendo atingidos passam elas a “agir” junto ao governo local e, em caso de insucesso, passam a procurar a ajuda do governo de seu país de origem, isto é do Brasil.

23. Estas situações tenderão naturalmente a ocorrer e, certamente, o Brasil não dispõe dos recursos de poder para impor aos países vizinhos a sua (isto é, dessas empresas) vontade para modificar a legislação do país onde se encontram e assim, não só por razões de princípio como de conveniência, o Brasil terá de se aferrar ao princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros países, como determina sua Constituição, para evitar receber a pecha de imperialista ou, o que é pior, de subimperialista.

24. As relações entre os países vizinhos e o Brasil tenderão a se tornar mais complexas à medida que se ampliem os fluxos migratórios desses países para o Brasil em decorrência da magnitude do mercado brasileiro, de dificuldades econômicas e políticas nos países vizinhos, do diferencial das taxas de crescimento econômico e de maiores oportunidades de emprego.

25. As relações do Brasil com os países vizinhos se tornaram ainda mais complexas devido à política exterior norte americana para a América do Sul, em especial em período de grave e prolongada crise econômica e de primórdios da longa disputa pela hegemonia com a China.

26. Os Estados Unidos, na execução de sua política externa para a região, continuarão a procurar celebrar acordos de livre comércio com os países da região e nesta estratégia desintegrar o MERCOSUL e desestabilizar os governos da região que se opõem mais frontalmente às políticas americanas tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia. Ademais, estimulam projetos, como a Aliança do Pacífico, de iniciativa

mexicana que envolve a Colômbia, o Chile e o Peru, que se propõem a ser um contraponto ao Mercosul.

27. A China, por sua vez, em sua estratégia de controlar o acesso a recursos naturais e em abrir mercados para suas exportações procurava fazer algo semelhante ao propor e negociar acordos de livre comércio com os países da América do Sul como fez agora aos países do Mercosul.

28. Tanto a ação dos Estados Unidos como a da China afetam o que deve ser o principal objetivo estratégico da política exterior brasileira: a construção de um polo econômico e político na América do Sul.

29. Os Estados Unidos, através de sua política de expansão comercial que tem como um de seus instrumentos a desvalorização do dólar pela *quantitative easing* (ampliação da oferta de dólares) e a China, pela sua política de exportação de manufaturados, afetam a economia brasileira gerando um processo de desindustrialização que, por sua vez, atinge os laços de comércio entre os países do MERCOSUL e da América do Sul, cuja base é o comércio de manufaturas.

30. Por outro lado, cerca de 90% do comércio intra Mercosul é o comércio entre Brasil e Argentina e cerca de 40 a 50% do comércio entre Brasil e Argentina corresponde a automóveis e autopeças, sendo um comércio entre megaempresas multinacionais, organizado pelos Estados, de acordo com as normas do acordo automotivo.

31. Ademais, a participação das megaempresas multinacionais nas economias e no comércio exterior nos países do Mercosul é notável. Mesmo a exportação de produtos agrícolas (commodities) é controlada por megaempresas multinacionais como a Dreyfus, a Cargill, a Bunge. O comércio intra Mercosul é em grande parte um comércio organizado pelas empresas multinacionais, de acordo com seu planejamento global de produção e de comércio.

32. Assim, caberia ao Brasil como maior economia do Mercosul e da América do Sul, em conjunto com a Argentina, fortalecer sua indústria e a dos demais países do Mercosul através de uma política de comércio organizado, sem insistir no mito de um

comércio livre que, na realidade, não existe já que é organizado de fato por multinacionais; fortalecer os atrativos do Mercosul para os países menores já integrantes ou candidatos ao Mercosul através da ampliação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM; criar linhas de créditos que estimulassem as empresas brasileiras a fazer investimentos na América do Sul e no Mercosul para ampliar a capacidade instalada nos países e não para adquirir empresas existentes; reforçar de forma significativa os programas de cooperação técnica, inclusive na área militar; instalar unidades de instituições brasileiras de pesquisa como a Embrapa, a Fiocruz, o IPEA e outras nos países da América do Sul; e finalmente fortalecer os centros de pesquisas nacionais desses países.

33. Neste processo, de construção da América do Sul é preciso vencer o pessimismo interessado daqueles que, externa e internamente, não acreditam no potencial nem do Brasil, nem do Mercosul, nem da América do Sul, e que preferem sonhar com a volta ao regaço do colonialismo, até recentemente sob as roupagem tentadoras, agora meio esfrangalhadas, da globalização equânime, do livre comércio e da auto regulação dos mercados.

11. Do welfare ao warfare state

Autor: Sonia Fleury

Data: 11/02/2013

Fonte: <http://cebes.org.br/verBlog.asp?idConteudo=4145&idSubCategoria=56>

A sociedade brasileira vive nas últimas três décadas o desafio de construir um país democrático, a depender da retomada do desenvolvimento econômico compatibilizada com a efetiva redistribuição social, dentro de um quadro de estabilidade institucional.

Recentemente, o debate democrático tem se concentrado no pilar institucional, enfatizando a transparência e o arranjo entre os poderes da República, como se as questões culturais e redistributivas já estivessem equacionadas.

Ao contrário, constata-se que está havendo uma transmutação regressiva do social, com a presença de valores conservadores, uma articulação nefasta entre política e moralismo religioso, além do incentivo ao empreendedorismo individual e ao consumismo, em detrimento de formas solidárias de sociabilidade e da existência de mecanismos institucionais de proteção social pública.

Esse movimento tem nos afastado cada dia mais dos ideais de democracia social que foram corporificados no texto constitucional. Essa transformação vem sendo feita sem alarde, mas com grande impacto, pois tem sido capaz de transformar o projeto original do Estado de bem-estar social (welfare state) em um Estado de gestão empresarial e militarizada (warfare state), cujas consequências políticas e sociais estão por ser avaliadas.

A construção da democracia brasileira tem como marco a Constituição Federal de 1988, em que se corporificou um projeto de democracia social que respondia aos anseios societários de construção de uma nova institucionalidade sob o primado da justiça social.

O desafio de promover a inclusão social e a redistribuição de renda em uma das sociedades com maior nível mundial de desigualdade teve de enfrentar vários entraves, mas contou com a organização da sociedade civil em torno da reivindicação de direitos sociais e da construção de sistemas universais de proteção social, estruturados de forma descentralizada e participativa como requisitos fundamentais para a universalização da cidadania.

Com a criação da Ordem Social, pela primeira vez os direitos sociais deixavam de ser subsumidos no capítulo da Ordem Econômica, onde existiam exclusivamente como direitos do trabalhador, passando à condição de direitos universais da cidadania.

No entanto, a institucionalização desse ordenamento constitucional se deu em um novo contexto político e econômico, com o predomínio dos ditames neoliberais de supremacia do mercado e das políticas de ajuste fiscal. Tais medidas implicaram a subversão das condições necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas que assegurassem a transformação dos direitos-na-lei em direitos-em-exercício.

Além das condições estruturais que sempre reproduziram desigualdade e exclusão social de forma persistente, concorreram para contaminar o modelo de Estado de bem-estar social desenhado para a democracia brasileira diferentes ordens de limitantes.

Entre eles destacamos fatores culturais, com o predomínio dos valores individualistas e de consumo; ideológicos, com a valorização da lógica do mercado como melhor provedor de bens coletivos; políticos, fruto de um sistema organizado como presidencialismo de coalizão, o que terminou por aprisionar os partidos mais modernos na velha dinâmica de barganha de prebendas em troca de lealdade dos setores conservadores e religiosos, majoritários no Congresso; administrativos, em função da deterioração dos salários do funcionalismo público, perda de quadros qualificados e opção pela substituição de prestadores públicos por provedores privados; e econômicos, com a subordinação da política econômica à dinâmica especulativa financeira e às necessidades de controle inflacionário, o que se traduziu na adoção de elevadas metas do superávit fiscal ao lado da manutenção de altíssimas taxas de juros.

Ambas as medidas foram responsáveis por aumento do déficit público e redução do investimento, impacto negativo na atividade industrial, aumento da taxa de desemprego, além da incapacidade estatal de financiamento das políticas sociais.

A resultante da busca de construção de uma democracia social em condições tão adversas é hoje não apenas uma questão teórica em aberto, mas inspira também, no Brasil, as lutas políticas de resistência ao desmantelamento da proposta constitucional e a busca de novas estratégias de institucionalização das políticas sociais em situações desfavoráveis. Ainda assim, muitos preceitos já foram

desconstitucionalizados, em especial na área dos direitos previdenciários, que impõe custos mais elevados ao governo e aos empresários.

O financiamento da seguridade sempre foi alvo de disputas e tensão, já que a destinação de fontes específicas para a formação de um orçamento completamente separado do orçamento fiscal e integrado apenas pelos gastos com previdência, saúde e assistência nunca foi efetivamente cumprida.

Houve também uma reversão das prioridades desde as políticas universais em prol de novas políticas do tipo focalizadas, gerando um híbrido institucional nesse campo. Enquanto isso, outras diretrizes constitucionais, apesar de mantidas, não foram regulamentadas ou suficientemente respeitadas, dando espaço a novas articulações entre Estado e mercado, em especial no caso da saúde.

Ficou assim caracterizada a existência de uma espécie de institucionalidade oculta, já que interesses mercantis passaram a circular no interior dos sistemas públicos universais, cujo desenho original foi orientado pelo princípio da desmercantilização da proteção social.

Essa condição de ocultamento da circulação de mercadorias, subsídios, lógica de gestão, compras de serviços e insumos, promiscuidade de inserções profissionais e dupla porta de entrada para usuários permite que, mesmo estando à margem da lei ou operando em suas brechas, essa institucionalidade favoreça interesses particulares em detrimento da dimensão pública das políticas sociais.

O pior efeito do ocultamento é que ele não chega a ser tematizado na agenda governamental. Essa prevalência do mercado se mantém e se amplia, mesmo diante da crise do neoliberalismo. A reação dos governos progressistas se fez sentir na busca da retomada do desenvolvimento econômico nacional, desta vez com ênfase no combate à pobreza, ainda que limitada pelo constante temor do retorno do desequilíbrio inflacionário.

Recentemente, foram tomadas medidas de políticas públicas voltadas para impulsionar o desenvolvimento, tais como: transferências de renda, distribuição de subsídios a setores industriais, aumento sustentado do salário mínimo e do crédito popular e ampliação do investimento público. Essas medidas expandiram tanto o consumo popular como a capacidade competitiva de alguns grandes grupos nacionais, fortemente apoiados por investimento público, além de seu poder de definição da agenda pública.

A redução da pobreza, fruto tanto do crescimento econômico quanto das políticas salariais e de assistência social, contribuiu para o clima de otimismo e de consolidação da institucionalidade democrática no Brasil.

Já o impacto na diminuição da desigualdade foi enfraquecido pela constante negação do acesso da população mais pobre aos serviços públicos de qualidade em áreas como educação, saúde, transporte, saneamento e moradia.

Essa mudança de rumo no contexto pós-neoliberal não se caracterizou por sua superação ou pela retomada do projeto social-democrata. O social foi traduzido constitucionalmente na década de 1980 em termos de direitos universais de cidadania a serem assegurados por um Estado democrático, descentralizado, laico, participativo e com mecanismos solidários que deveriam se traduzir em um sistema tributário progressivo e em contribuições sociais exclusivas.

Já a ressignificação do social a partir dos anos 1990 afastou-se dos sistemas universais dos direitos sociais, onerosos para um Estado endividado, e se transmutou em políticas e programas focalizados de combate à pobreza. Políticas sociais não falam mais de direitos coletivos, mas de necessidades e riscos familiares que devem ser enfrentados por meio de transferências condicionadas de rendas mínimas.

Essa disputa de significados sobre a qualificação do social é ideológica, mas também político-institucional. Em torno desses dois modelos se articularam duas coalizões com projetos distintos de sociedade. No entanto, essa disputa não é um jogo de soma zero, envolvendo perdedores e ganhadores dos dois lados. Institucionalmente, o modelo da seguridade social da Constituição de 1988 terminou por se impor, e as políticas focalizadas deixaram de ser uma alternativa às políticas universais, encontrando sua inserção institucional no interior de sistemas de políticas sociais que têm como referente a cidadania.

Já do ponto de vista político-ideológico, a disputa foi claramente favorável às políticas focalizadas, que ganham espaço na mídia como as principais responsáveis pela atual reestratificação social que culminou com ampliação da classe média. Em vez da noção de direitos como articuladora das relações e das normas que orientam as políticas, o que qualifica o social, nesse caso, é a capacidade de consumo dessa nova classe emergente.

Compatível com uma representação de sociedade que cada vez mais valoriza o consumo e a ascensão vista da perspectiva do empreendedorismo, a agenda pública passa a ser construída predominantemente por atores poderosos, como a

empreendedorismo, a agenda pública passa a ser construída predominantemente por atores poderosos, como a mídia e o mercado.

A política social adequada é vista como aquela que retira o pobre da situação-limite por meio de transferências públicas mínimas, de forma a aumentar seu poder de consumo sem desestimulá-lo ao trabalho. Sem representar também um custo demasiadamente alto para os empregadores ou comprometer o déficit público.

Ao contrário, o combate à exclusão por meio de instrumentos de crédito e transferências é associado à capacidade de ampliação do mercado nacional e à redução da vulnerabilidade da economia às crises internacionais. Porém, um novo movimento de redefinição do social começa a se configurar a partir da necessidade de enfrentamento da violência urbana e do que se convencionou chamar cidade partida, para designar a fratura social e jurídica entre as populações residentes em diferentes zonas urbanas.

Medidas pontuais, como programas de urbanização, não conseguiram modificar essa situação de apartação, e o crescimento do domínio de narcotraficantes sobre os territórios das favelas terminou por gerar um medo generalizado, aumentado pela sensação de perda de controle estatal sobre a cidade, barbarizada pelas guerras entre facções de traficantes rivais.

O investimento da cidade do Rio de Janeiro em uma nova inserção internacional, disputando e vencendo a postulação para sede dos megaeventos, terminou por comprometer os três níveis governamentais com a urgência de equacionamento do problema da violência urbana, pelo menos na área mais rica e turística. A ocupação militar permanente de algumas favelas em posições estratégicas passou a ser adotada nos últimos anos, sob o nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Essa política de ocupação das favelas foi fortemente ancorada no apoio de grupos empresariais, na sua formulação, financiamento e execução. Ela tem prioritariamente um componente repressivo, militar e policial, que busca garantir a ocupação e o domínio estatal desses territórios e o controle sobre suas populações. No entanto, seu direcionamento é para a reforma urbana que se está processando rapidamente, com maciços investimentos públicos e privados, e grandes especulações na área de construção civil e imobiliária.

Já o componente social é representado por uma miríade de ações de órgãos, governamentais e não governamentais, que buscam capacitar a população da favela

para uma melhor integração à cidade. O foco deixa de ser o pobre e suas necessidades básicas para se deslocar para o território com sua aglomeração habitacional subnormal e para a população favelada, cuja sociabilidade é tida como incompatível com a ordem e a formalização essenciais à vida na cidade.

O social é concebido como processo de aquisição de habilidades necessárias ao ordenamento dos comportamentos, das moradias, da sexualidade, dos laços familiares e comunitários, das expressões culturais. Os programas e atividades sociais visam ocupar os jovens e adolescentes para evitar que caiam na criminalidade, vista como fruto do ócio, e educar os demais no papel de consumidores e cidadãos que cumprem seus deveres de formalização e pagamento de impostos e serviços, além de capacitá-los para que possam desenvolver habilidades empresariais e, no caso de alguns, inserir-se de forma vantajosa no mercado.

A integração urbana toma a forma de inserção no mercado, na medida em que a própria cidade passa a ser concebida como mercadoria. O ideário de uma cidade participativa, que era parte do projeto de democracia social, cede lugar a um imaginário de cidade que se projeta no cenário internacional, como uma mercadoria que poderá ser vendida em proveito de todos os seus habitantes. Para isso, é preciso que as políticas públicas estejam estreitamente vinculadas aos interesses dos grupos empresariais que passaram à condição de sócios privilegiados do governo.

Os benefícios atribuídos à pacificação das favelas, em relação à presença armada do tráfico, são sentidos pela população da cidade e também pelos moradores das favelas. No entanto, a opinião pública desconhece os conflitos que se apresentam no cotidiano das favelas, onde a ordem repressiva passa a predominar sobre qualquer ordenamento jurídico existente, transformando essa conquista em um tipo de Estado de exceção, cidade de exceção, cidadania de exceção. Mas é preciso reconhecer que esse modelo decisório sem transparência, participação ou controle social é um modelo de gestão autoritária, que mina as bases da recente construção democrática brasileira, onde regime de exceção vira regra.

12. O dilema da Reforma Agrária no Brasil do agronegócio

Autor: João Pedro Stédile

Data: 07/01/2013

Fonte: <http://www.mst.org.br/content/joao-pedro-stedile-o-dilema-da-reforma-agraria-no-brasil-do-agronegocio>

A sociedade brasileira enfrenta no meio rural problemas de natureza distintos que precisam de soluções diferenciadas. Temos problemas graves e emergenciais que precisam de medidas urgentes. Há cerca de 150 mil famílias de trabalhadores sem-terra vivendo debaixo de lonas pretas, acampadas, lutando pelo direito que está na Constituição de ter terra para trabalhar. Para esse problema, o governo precisa fazer um verdadeiro mutirão entre os diversos organismos e assentar as famílias nas terras que existem, em abundância, em todo o País. Lembre-se de que o Brasil utiliza para a agricultura apenas 10% de sua área total.

Há no Nordeste mais de 200 mil hectares sendo preparados em projetos de irrigação, com milhões de recursos públicos, que o governo oferece apenas aos empresários do Sul para produzirem para exportação. Ora, a presidenta comprometeu-se durante o Fórum Social Mundial (FSM) de Porto alegre, em 25 de janeiro de 2012, que daria prioridade ao assentamento dos sem-terra nesses projetos. Só aí seria possível colocar mais de 100 mil famílias em 2 hectares irrigados por família.

Temos mais de 4 milhões de famílias pobres do campo que estão recebendo o Bolsa Família para não passar fome. Isso é necessário, mas é paliativo e deveria ser temporário. A única forma de tirá-las da pobreza é viabilizar trabalho na agricultura e adjacências, que um amplo programa de reforma agrária poderia resolver. Pois nem as cidades, nem o agronegócio darão emprego de qualidade a essas pessoas.

Temos milhões de trabalhadores rurais, assalariados, expostos a todo tipo de exploração, desde trabalho semiescravo até exposição inadequada aos venenos que o patrão manda passar, que exige intervenção do governo para criar condições adequadas de trabalho, renda e vida. Garantindo inclusive a liberdade de organização sindical.

Há na sociedade brasileira uma estrutura de propriedade da terra, de produção e de renda no meio rural hegemônica pelo modelo do agronegócio que está criando

problemas estruturais gravíssimos para o futuro. Vejamos: 85% de todas as melhores terras do Brasil são utilizadas apenas para soja/ milho; pasto, e cana-de-açúcar. Apenas 10% dos proprietários rurais, os fazendeiros que possuem áreas acima de 500 hectares, controlam 85% de todo o valor da produção agropecuária, destinando-a, sem nenhum valor agregado, para a exportação. O agronegócio reprimarizou a economia brasileira. Somos produtores de matérias-primas, vendidas e apropriadas por apenas 50 empresas transnacionais que controlam os preços, a taxa de lucro e o mercado mundial. Se os fazendeiros tivessem consciência de classe, se dariam conta de que também são marionetes das empresas transnacionais,

A matriz produtiva imposta pelo modelo do agronegócio é socialmente injusta, pois ela desemprega cada vez mais pessoas a cada ano, substituindo-as pelas máquinas e venenos. Ela é economicamente inviável, pois depende da importação, anatem, todos os anos, de 23 milhões de toneladas de fertilizantes químicos que vêm da China, Uzbequistão, Ucrânia etc. Está totalmente dependente do capital financeiro que precisa todo ano repassar: 120 bilhões de reais para que possa plantar. É subordinada aos grupos estrangeiros que controlam as sementes, os insumos agrícolas, os preços, o mercado e ficam com a maior parte do lucro da produção agrícola. Essa dependência gera distorções de todo tipo: em 2012 faltou milho no Nordeste e aos avicultores, mas a Cargill, que controla o mercado, exportou 2 milhões de toneladas de milho brasileiro para os Estados Unidos. E o governo deve ter lido nos jornais, como eu... Por outro lado, importamos feijão-preto da China, para manter nossos hábitos alimentares.

Esse modelo é insustentável para o meio ambiente, pois pratica a monocultura e destrói toda a biodiversidade existente na natureza, usando agrotóxicos de forma irresponsável. E isso desequilibra o ecossistema, envenena o solo, as águas, a chuva e os alimentos. O resultado é que o Brasil responde por apenas 5% da produção agrícola mundial, mas consome 20% de todos os venenos do mundo. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) revelou que a cada ano surgem 400 mil novos casos de câncer, a maior parte originária de alimentos contaminados pelos agrotóxicos. E 40% deles irão a óbito. Esse é o pedágio que o agronegócio das multinacionais está cobrando de todos os brasileiros! E atenção: o câncer pode atingir a qualquer pessoa, independentemente de seu cargo e conta bancária.

Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras para os pobres. Isso pode ser feito de forma emergencial para resolver problemas

sociais localizados. Embora nem por isso o governo se interesse. No atual estágio do capitalismo, reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção na agricultura brasileira. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola com outros parâmetros. Em agosto de 2012, reunimos os 33 movimentos sociais que atuam no campo, desde a Contag, que é a mais antiga, MST, Via campesina, até o movimento dos pescadores, quilombolas, etc., e construímos uma plataforma unitária de propostas de mudanças.

É preciso que a agricultura seja reorganizada para produzir, em primeiro lugar, alimentos saudáveis para o mercado interno e para toda a população brasileira. E isso é necessário e possível, criando políticas públicas que garantam o estímulo a uma agricultura diversificada em cada bioma, produzindo com técnicas de agroecologia. E o governo precisa garantir a compra dessa produção por meio da Conab.

A Conab precisa ser transformada na grande empresa pública de abastecimento, que garanta o mercado aos pequenos agricultores e entregue no mercado interno a preços controlados. Hoje já temos programas embrionários como o PAA (programa de compra antecipada) e a obrigatoriedade de 30% da merenda escolar ser comprada de agricultores locais. Mas isso está ao alcance agora de apenas 300 mil pequenos agricultores e está longe dos 4 milhões existentes.

O governo precisa colocar muito mais recursos em pesquisa agropecuária para alimentos e não apenas servir às multinacionais, como a Embrapa está fazendo, em que apenas 10% dos recursos de pesquisa são para alimentos da agricultura familiar. Criar um grande programa de investimento em tecnologias alternativas, de mecanização agrícola para pequenas unidades e de pequenas agroindústrias no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Criar um grande programa de implantação de pequenas e médias agroindústrias na forma de cooperativas, para que os pequenos agricultores, em todas as comunidades e municípios do Brasil, possam ter suas agroindústrias, agregando valor e criando mercado aos produtos locais. O BNDES, em vez de seguir financiando as grandes empresas com projetos bilionários e concentradores de renda, deveria criar um grande programa de pequenas e médias agroindústrias para todos os municípios brasileiros.

Já apresentamos também ao governo propostas concretas para um programa efetivo de fomento à agroecologia e um programa nacional de reflorestamento das áreas degradadas, montanhas e beira de rios nas pequenas unidades de produção, sob

controle das mulheres camponesas. Seria um programa barato e ajudaria a resolver os problemas das famílias e da sociedade brasileira para o reequilíbrio do meio ambiente. Infelizmente, não há motivação no governo para tratar seriamente esses temas. Por um lado, estão cegos pelo sucesso burro das exportações do agronegócio, que não tem nada a ver com projeto de país, e, por outro lado, há um contingente de técnicos bajuladores que cercam os ministros, sem experiência da vida real, que apenas analisam sob o viés eleitoral ou se é caro ou barato... Ultimamente, inventaram até que seria muito caro assentar famílias, que é necessário primeiro resolver os problemas dos que já têm terra, e os sem-terra que esperem. Esperar o quê? O Bolsa Família, o trabalho doméstico, migrar para São Paulo?

Presidenta Dilma, como a senhora lê a CartaCapital, espero que leia este artigo, porque dificilmente algum puxa-saco que a cerca o colocaria no clipping do dia.

13. A financeirização da burocracia sindical no Brasil

Autor: Álvaro Bianchi e Ruy Braga

Data: 17/12/2012

Fonte: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=477>

Desde a eleição de Lula da Silva, em 2002, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado modificou-se radicalmente. Nunca é demais lembrar alguns fatos. Em primeiro lugar, a administração de Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.300 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a R\$ 200 bilhões. Além disso, posições estratégicas relativas aos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários destes assumiram cargos de grande prestígio em companhias estatais – como, por exemplo, a Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do BNDES. O governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de R\$ 100 milhões para estas organizações.

Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país. Esta função, não totalmente inédita, mas substancialmente distinta daquela encontrada no período anterior, estimulou Francisco de Oliveira a apresentar, ainda no início do primeiro governo de Lula da Silva, sua hipótese acerca do surgimento de uma “nova classe” social baseada na articulação da camada mais elevada de administradores de fundos de previdência complementar com a elite da burocracia sindical participante dos conselhos de administração desses mesmos fundos.

Na opinião de Oliveira, a aproximação entre “técnicos e economistas doublés de banqueiros” e “trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência” serviria para explicar as convergências programáticas entre o PT e o PSDB e compreender, em última instância, o aparente paradoxo de um início de mandato petista que, nitidamente subsumido ao domínio do capital financeiro, conservou o essencial da política econômica estruturada pelos tucanos em torno do

regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário nas contas públicas¹⁴.

Ao mesmo tempo em que Oliveira avançava a tese da “nova classe”, apresentamos a hipótese de que o vínculo orgânico “transformista” da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma “nova classe”, mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do “novo sindicalismo” na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Apostávamos que essa via liquidaria completamente qualquer possibilidade de retomada da defesa, por parte desta burocracia, dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras. Chamamos esse processo de “financeirização da burocracia sindical”¹⁵.

Assim como várias análises críticas do governo do Partido dos Trabalhadores o problema da hipótese da “nova classe” era explicar como se chegou até esse ponto. Não foram poucos os analistas que acreditaram que a Carta ao Povo Brasileiro, na qual Lula da Silva garantia a segurança dos operadores financeiros, teria modificado de modo radical o curso seguido até então pelo PT e seu candidato. A tese de uma transformação abrupta e imprevista só poderia encontrar apoio na ingenuidade do analista ou na sua incapacidade de enxergar as óbvias mudanças que se processavam nesse partido. A hipótese da “financeirização da burocracia sindical” enfrentava esse problema e localizava sua origem em uma burocracia sindical presente no partido desde seus primeiros passos no ABC paulista e que ao longo dos anos 1990 associou-se gradativamente ao capital financeiro. A trajetória do PT só surpreendeu quem não quis ver ou ouvir.

A história recente da burocracia do Sindicato dos Bancários de São Paulo é exemplar. Como muitas entidades filiadas à CUT, a dos bancários de São Paulo alinhou-se com a administração Lula da Silva, transformando-se em porta-voz do governo na categoria. Em todas as situações nas quais os trabalhadores enfrentaram o governo, a diretoria dessa entidade procurou colocar-se na condição de amortecedor do conflito social, papel desempenhado pelos tradicionais pelegos sindicais. No jornal

¹⁴ Francisco de Oliveira. *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p 147.

¹⁵ Alvaro Bianchi; Ruy Ruy. *Brazil: The Lula Government and Financial Globalization*. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n.4, p. 1745-1762, 2005.

e nas revistas do Sindicato a propaganda do governo dá o tom¹⁶. O “Sindicato cidadão” deu lugar ao “Sindicato chapa-branca”.

Este não é, entretanto, um caso de simples adesismo. É possível dizer que a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, como previmos, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. Enquanto os sindicalistas egressos das fileiras dos metalúrgicos do ABC ocupavam-se da política trabalhista e Luiz Marinho tomava assento no Ministério do Trabalho, os bancários de São Paulo voavam em direção ao mercado financeiro.

Pontos importantes de nosso argumento foram corroborados pela pesquisa de Maria Chaves Jardim que revelou a existência do que chamou de “elite sindical de fundos de pensão”. Os principais expoentes dessa elite seriam Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e Adacir Reis. Segundo a pesquisadora, “os membros dessa ‘elite’ são oriundos do setor bancário de São Paulo, e fazem parte do núcleo formulador das políticas do PT; passaram pela FGV/SP, são de origem social de classe média, do sexo masculino, considerados brancos e heterossexuais”¹⁷. A esta lista seria possível acrescentar o nome dos ex-sindicalistas Sérgio Rosa e Gilmar Carneiro, este último também egresso da FGV.

As pretensões dessa “nova elite” eram antigas. Gilmar Carneiro, presidente do sindicato entre 1988 e 1994, declarou quando ainda era diretor do Sindicato dos Bancários, que ao fim de seu mandato poderia ser diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro do qual havia sido funcionário. Seu sonho não foi realizado, mas, logo a seguir, Carneiro transformou-se em diretor de um dos braços financeiros do Sindicato, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo. Seu predecessor Luiz Gushiken, presidente de 1985 a 1987, foi mais longe. No começo dos anos 2000,

¹⁶ O site do Sindicato dos Bancários de São Paulo parece uma peça de campanha eleitoral. Em 2011 podia se ler nele: “A estabilidade econômica, com crescimento médio de 3,6% da economia a cada ano desde 2002 e a criação, no mesmo período, de 10,8 milhões de novos postos de trabalho no mercado formal, reforçaram o poder dos trabalhadores e deram base para a política de valorização do salário mínimo e da correção da tabela do IR, entre outros avanços importantes garantidos durante os oito anos do governo Lula.”

¹⁷ Maria Chaves Jardim. “Nova” elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 2, 2009.

Gushiken mantinha a empresa Gushiken & Associados, juntamente com Wanderley José de Freitas e Augusto Tadeu Ferrari. Com a vitória de Lula da Silva a companhia mudou de nome e passou a se chamar Globalprev Consultores Associados. O ex-banqueiro retirou-se da empresa e coincidentemente esta passou, logo a seguir, a fazer lucrativos contratos com os fundos de pensão¹⁸. Tornou-se, assim, eminência parda dos fundos de pensão estatais sendo decisivo para a indicação do comando do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, da Petrobras, a Petros, e da Caixa Econômica Federal, a FUNCEF.

O sucessor de Gushiken e Carneiro, Ricardo Berzoini, tem também sólidos laços com o sistema financeiro. Foi ele o promotor da reforma da previdência, que além de retirar direitos dos trabalhadores abriu o caminho para instituição da previdência complementar. Os fundos de pensão estatais e privados foram os grandes beneficiados por essa medida. Berzoini tem sido recompensado. Levantamento feito pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 2009 constatou que 43 diretores de fundos de pensão tem vínculos com partidos políticos, a maioria deles com o PT. Desses diretores 56% fizeram doações financeiras a candidatos nas últimas quatro eleições e o então presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, recebeu quase um terço delas¹⁹.

A conversão de dirigentes sindicais em gestores financeiros tem um caso exemplar: Sérgio Rosa. Este gestor começou sua carreira como funcionário do Banco do Brasil, integrando a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo na gestão de Luiz Gushiken. Em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Rosa assumiu um cargo de diretor da Previ, representando os funcionários do banco. Com a posse de Lula da Silva, passou à posição de presidente da Previ, comandando o maior fundo de pensão da América Latina e o 25^o do mundo em patrimônio. Após o final de seu mandato assumiu o comando da Brasilprev, a empresa de previdência aberta do Banco do Brasil. Em janeiro de 2011, aos 50 anos, Rosa aderiu ao “programa de desligamento de executivos” do BB e se aposentou²⁰.

¹⁸ Ronaldo França. Ação entre amigos. Veja, n. 1912, 6 jul. 2005 e Fundos de pensão contratam antigos sócios de Gushiken. Folha de S. Paulo, 3 jul. 2005, Primeiro Caderno, p. 12. Há indícios de que a influência de Gushiken não diminuiu após sua saída do governo. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo: da “lista dos dez maiores fundos de pensão de estatais brasileiras, seis estão sob comando do PT e a maioria deles ainda é dirigida por apadrinhados dos ex-ministros petistas José Dirceu e Luiz Gushiken, que deixaram o governo há quase quatro anos, em meio ao escândalo do mensalão.” (Dirceu e Gushiken ainda dão as cartas nos fundos. O Estado de S. Paulo, 4 mar. 2009.)

¹⁹ Ranier Bragon. PT tem diretores em 7 dos 10 maiores fundos. Folha de S. Paulo, 8 mar. 2009.

²⁰ Um relato minucioso da trajetória de Rosa pode ser lido em Consuelo Dieguez. Sérgio Rosa e o mundo dos fundos. Revista Piauí, São Paulo, n. 35 agosto de 2009

A financeirização da burocracia sindical é um processo que divide fundamentalmente a classe trabalhadora e enfraquece a defesa de seus interesses históricos. Na condição de gestores dos fundos de pensão, o compromisso principal deste grupo é com a liquidez e a rentabilidade de seus ativos. Muitos têm argumentado que os fundos teriam um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis e geradores de empregos. Pura enganação.

Os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país e, conseqüentemente, estão financiando o processo de oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos. Isso sem mencionar sua crescente participação em projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros²¹.

Tendo em vista a natureza semiperiférica de sua estrutura econômica, o Brasil apresenta importantes dificuldades relativas ao investimento de capital. A taxa de poupança privada é historicamente baixa e a solução para o investimento depende fundamentalmente do Estado. Os fundos de pensão atuam nesta linha, buscando equacionar a relativa carência de capital para investimentos. O curioso é que, no período atual, a poupança do trabalhador, administrada por burocratas sindicais oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o aumento da exploração do trabalho e da degradação ambiental.

²¹ Aliás, o silêncio da CUT a respeito das greves operárias nas obras do PAC, especialmente em Jirau, sem mencionar sua completa inação após o anúncio da empresa Camargo Corrêa de demitir 4.000 trabalhadores, poucas horas depois de um acordo coletivo com a mesma empresa ter sido celebrado pela central, obviamente não são produtos de sua súbita inexperiência à mesa de negociação. Muito ao contrário: a iminência de grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas do Rio, em 2016, aumenta exponencialmente a demanda por investimentos em infraestrutura que dependem fundamentalmente do capital estatal e dos fundos salariais. Desde que não hajam atrasos nas obras, o que implica, naturalmente, a “pacificação” dos canteiros e a supressão de movimentos grevistas, trata-se de lucro líquido e certo para a burocracia sindical financeirizada. Ainda que às custas da crescente degradação das condições de trabalho nos canteiros de obras.

14. O imperialismo brasileiro está nascendo?

Autor: Virgínia Fontes

Data: 17/12/2012

Fonte: IHU Unisinos - <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31982-o-imperialismo-brasileiro-esta-nascendo-entrevista-especial-com-virginia-fontes>

Para a historiadora Virgínia Fontes, estamos vivendo o nascimento do imperialismo brasileiro onde os grandes capitais originados aqui no país "estão se concentrando em uma proporção faraônica" e, assim, passam a fazer investimentos diretos fora do país, além de implantar empresas no exterior. A Petrobras e a Vale são bons exemplos disso. Em entrevista à **IHU On-Line**, realizada por telefone, a professora explicou como o imperialismo brasileiro está surgindo e se desenvolvendo, e analisa o comportamento dessa exportação de capital a partir da atuação dessas empresas fora do país. "Na canadense Inco, subsidiária da Vale, os metalúrgicos estão em greve há nove meses, porque a empresa está impondo uma drástica restrição de direitos. Isso significa que exportação de capitais brasileiros leva junto uma certa cultura da truculência, características das formas políticas brasileiras", apontou.

Fontes refletiu ainda sobre o papel de órgãos como o BNDES na reestruturação do capitalismo brasileiro e na vertente imperialista que está surgindo. Além disso, ela fala sobre a atuação dos governos sul-americanos frente à expansão do imperialismo brasileiro. "Há contradições sutis que permitiram certo alívio para um conjunto de países frente à pressão dos EUA. Ao mesmo tempo, isso significa uma penetração maior em setores estratégicos de capitais de origem brasileira e associados. Assim, vão se introduzindo novas formas de relações desiguais e combinadas no interior da América do Sul", descreveu.

IHU On-Line: Estamos assistindo ao nascedouro do imperialismo brasileiro, no qual empresas brasileiras se voltam para explorar a força de trabalho em outros países?

Virgínia Fontes: Tenho analisado a questão por dois caminhos: um é o da história contemporânea, do desenvolvimento do capitalismo nos últimos 50 e 60 anos, e o outro são as características específicas da sociedade brasileira. Então, começando pela

história brasileira, desde 1960, Ruy Mauro Marini²² apontava as características de um subimperialismo brasileiro. Isso, em função da industrialização, razoavelmente complexa, já atingida pela economia brasileira, assim como pela relativa autonomia do Estado com relação a cada fração capitalista, o que permitia uma atuação mais ampla e organizadora do conjunto dos capitais, e também pela superexploração do trabalhador e pela escassez de mercado interno.

O termo subimperialismo tinha a ver com o fato do Brasil se expandir, exportando capitais. E, naquele momento, principalmente, sob a forma de mercadorias. Houve uma exportação crescente de produtos manufaturados e industrializados para a América Latina. Considero que essa trilha, aberta por Ruy Mauro Marini é muito importante, mas acho que hoje precisamos averiguar se as condições são exatamente as mesmas. Diria que há vários fatores importantes para se compreender no processo brasileiro contemporâneo.

Atualmente, diferente da exportação de mercadoria, os grandes capitais brasileiros estão se concentrando em uma proporção faraônica e passam a exportar capital sob forma de investimento direto no estrangeiro, e a implantar empresas no exterior. E estes contam com o apoio de entidades públicas, como o BNDES e Banco do Brasil, por exemplo.

IHU On-Line: E qual a diferença dessa fase descrita por Marini para essa que está nascendo?

Virgínia Fontes: Ruy Mauro Marini tinha razão. A interconexão entre capitais de origem estrangeira e brasileiros só se aprofundou. Portanto, hoje é muito difícil distinguir entre um capital genuinamente brasileiro e um capital mesclado com capitais internacionais. O primeiro ponto é de que, no contexto internacional, a expansão do capitalismo contemporâneo só pode ocorrer sobre a forma de imperialismo. Porque o grau de concentração de capitais e de centralização exigido para que as burguesias brasileiras permaneçam capitalistas determina um saldo de exportação de capitais, no sentido de investimento direto no exterior e de extração de mais valor para além das fronteiras.

²² O cientista social Ruy Mauro Marini é conhecido internacionalmente como um dos elaboradores da Teoria da Dependência. Embora extremamente conhecido nos países latino-americanos de língua espanhola, sua obra é pouco conhecida no Brasil. Sobre o esforço dos governos militares brasileiros de desenvolvimento industrial e de hegemonia continental, Marini posicionou-se pela criação da categoria sub-imperialismo para designar um processo dinâmico do capitalismo nacional, que expande seus capitais sobre as economias vizinhas, porém sob os limites impostos pelo capital monopólico mundial.

A segunda diferença, com relação a Marini, é que houve uma expansão do mercado interno, principalmente a partir dos anos 1970, não exatamente em função de melhorias salariais de redução da desigualdade. Ao contrário, as desigualdades se aprofundaram. Porém, expandiu-se, absurdamente, o crédito para todas as formas de consumo, desde o consumo especulativo e produtivo ao imediato, das famílias. Outro ponto importante é uma análise mais ampla do conjunto do processo histórico. Acho que isso irá caracterizar os saltos de etapa da sociedade brasileira.

A história brasileira só pode ser entendida a partir dos processos de lutas sociais. Temos três grandes momentos dessa história, sintetizando bastante. O primeiro ocorreu nas décadas de 1910 e 1920, quando aconteceu um enorme impulso, sobretudo urbanos, de lutas sociais. Uma industrialização incipiente, ainda originária, convive com formas de organização burguesa-agrária muito forte, já alcançando o âmbito nacional na escalada da organização proprietária de entidades de interesse, como a Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Rural Brasileira etc.

A continuidade do processo de acumulação de capital, na década de 1920, impunha uma espécie de salto industrializador, através do famoso pacto entre o moderno e o atrasado. Foi uma ditadura contra os movimentos democratizantes, operários, urbanos e rurais, para controlar esse processo de reivindicações democratizadoras e, simultaneamente, um salto para frente na acumulação capitalista com uma expansão acelerada, com apoio do Estado, dos processos de industrialização e monopolização do capital. Isso já ocorreu de maneira integrada com os capitais internacionais.

O segundo momento é, novamente, de extensão das lutas populares no Brasil, entre 1955 e 1964. As reivindicações, além de democratizadoras, já começam a colocar em questão as próprias estratégias clássicas de acumulação no Brasil, já tentando unificar lutas urbanas e rurais. Novamente, este processo termina com a imposição da ditadura civil militar, de 1964, que teve como suporte uma extensão da organização burguesa e um aprofundamento dela no contexto do país como um todo. Essa malha organizadora contou com apoio direto dos Estados Unidos, porém, é preciso esclarecer que houve também um processo de organização interna das burguesias brasileiras, no sentido de impedir esse crescimento democratizante popular. O golpe de 64 configura um novo salto de concentração de capitais, a partir do controle ditatorial direto das massas populares. Este foi um processo de monopolização da economia, através da sustentação do Estado, e de montagem de um

sistema bancário e financeiro, abrangendo todo o território. Temos também a década de 1980, quando houve as mais importantes lutas sociais que já tivemos na história do Brasil. Da segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980, foram 15 anos de importantíssimas lutas de classe no país, com movimentos sociais urbanos e rurais. Há uma complexidade nesta luta, porém, ela já dá no momento de uma crise da burguesia, no sentido da condução dos processos políticos, frente à sua capacidade de acumulação. A burguesia brasileira não tem a configuração do que chamamos de burguesia nacional, com uma autonomia nacional. É uma burguesia cuja implantação cobre o território nacional, cuja associação subalterna ou cresce como burguesia ou recua para uma situação de mera prestadora dos sistemas internacionais. Nesta década, com o esvaziamento da ditadura, os recursos foram à quebra de direitos da população, sobretudo através de um massivo processo de demissão nos setores públicos e privados. Em seguida, houve um salto brutal de concentração e centralização de capitais, de maneira a permitir a inserção, ainda que subordinada, dos capitais brasileiros no processo de expansão imperialista no mundo.

Eu penso que a forma do capitalismo, hoje, no mundo, é imperialista. Só se expande capitalismo sob uma forma imperialista, característica pós Segunda Guerra Mundial. No caso brasileiro, esta forma já está implantada internamente. Portanto, estamos diante de uma situação bastante complexa, porque se trata de um capital imperialista, porém, desigual e combinado, no sentido de que é hierarquizado nos próprios países de capital imperialista.

IHU On-Line: Há evidências de conflitos entre as empresas brasileiras e organizações de trabalhadores de outros países?

Virgínia Fontes: Temos dois casos clássicos. O primeiro é o da Vale. A empresa Vale é contestada por trabalhadores do mundo inteiro. Na canadense Inco, subsidiária da Vale, os metalúrgicos estão em greve há nove meses, porque a empresa está impondo uma drástica restrição de direitos. Isso significa que a exportação de capitais brasileiros leva junto uma certa cultura da truculência características das formas políticas brasileiras. A Vale atua também em Moçambique onde está promovendo uma tragédia ambiental e social, e em vários países da América do Sul, onde se defronta com movimentos sociais, indígenas e de trabalhadores, sem falar na tragédia social que promove aqui mesmo no Brasil.

Além disso, temos o exemplo da Petrobras, que é o mais complexo. A Petrobras é uma empresa pública, mas que vem atuando sob a forma de empresa privada no exterior, através da exportação de capitais em associação a capitais imperialistas do país e do mundo. Já tivemos problemas na Argentina, na Bolívia e em outros lugares. Quanto às demais empresas, como Camargo Corrêa e Odebrecht, precisaríamos de uma avaliação mais profunda. Já tivemos casos de problemas no Peru, na Bolívia e no Paraguai, com relação à atuação dessas empresas, não com relação aos movimentos de trabalhadores, mas sim com próprios governos.

IHU On-Line: A crescente presença do capital brasileiro no exterior significa que o capitalismo brasileiro está passando por uma reestruturação?

Virgínia Fontes: Quando analisamos o capitalismo, percebemos que as burguesias capitalistas seguem nesta corrida frenética por acumulações, e não pela produção de bens necessários para vida. Ou as burguesias seguem nesta corrida, ou elas deixam de existir como burguesia. Tudo vem indicando que a burguesia brasileira entrou nesta corrida frenética sem se importar com o custo social que isso pode representar. Isso não quer dizer que o fato de o Brasil ser um país imperialista, onde as burguesias brasileiras são capitais imperialistas, que irá melhorar a condição de vida da maioria da população, ou que vá reduzir as desigualdades sociais brasileiras. Pelo contrário, essas desigualdades tendem a se aprofundar.

IHU On-Line: Qual é o papel que joga o BNDES na reestruturação do capitalismo brasileiro e na vertente imperialista brasileira?

Virgínia Fontes: O papel do BNDES vem sendo fundamental, mas não só dele, também dos fundos de pensão, do sistema bancário brasileiro altamente concentrado e das grandes corporações de capital, cuja origem pode estar no capital industrial, comercial ou bancário. Porém, estes vêm se entrecruzando de uma maneira que chamo de pornográfica, a tal ponto em que não sabemos quem é quem.

O BNDES vem tendo, sobretudo nos últimos anos, um papel fundamental porque está aportando capital para esse salto. É possível imaginar que haja divergências burguesas com relação a esse apoio do BNDES a um ou outro setor. É possível imaginar que determinados setores estejam querendo participar desse processo de concentração. Mas, aparentemente, não há conflitos maiores, e o processo

de concentração e centralização de capitais para o salto da transnacionalização vem sendo substantivamente apoiado pelas entidades empresariais.

IHU On-Line: Como a senhora interpreta, sob a perspectiva do movimento social, os governos dos Kirchner, na Argentina, Evo, na Bolívia, Correa, no Equador, e Chávez, na Venezuela, em relação à expansão do imperialismo brasileiro?

Virgínia Fontes: Essa é a questão mais delicada. Por um lado, a expansão desse imperialismo brasileiro fornece uma espécie de proteção para um conjunto de países latino americanos, frente à devastação direta que vem do capital imperialismo norte-americano. De um lado, a política externa brasileira, para que consiga expandir os capitais num subterritório mais próximo, como a América do Sul, precisa lidar com mais cuidado com esses países. Porém, de uma maneira diferente da truculência característica da diplomacia norte-americana que sempre opera a América Latina como seu quintal.

Há contradições sutis que permitiram certo alívio para um conjunto de países frente à pressão dos EUA. Ao mesmo tempo, isso significa uma penetração maior em setores estratégicos de capitais de origem brasileira e associados. Assim, vão se introduzindo novas formas de relações desiguais e combinadas no interior da América do Sul.

Estamos vivendo uma situação razoavelmente nova. Os movimentos sociais precisam construir um trato mais cauteloso com os governos populares da América do Sul, e que seja um trato constitutivo da relação do Brasil com o exterior. Porém, não temos nenhuma garantia disso a longo prazo, na medida em que junto com esse trato vai uma série de exportações de capitais de origem brasileira, cuja relação com os movimentos populares é muito truculento. Além disso, temos ainda dificuldades de nos enxergarmos neste papel. Temos de ter a clareza de que nossa solidariedade é de uma luta com todos os trabalhadores latino-americanos.

IHU On-Line: O que há de novo na luta social latino-americana?

Virgínia Fontes: A política latino-americana é riquíssima. Diria que os séculos XX e XXI seguem marcados por uma luta popular e por uma profunda modificação dos rumos da existência social na América Latina como um todo, em especial na América do Sul. Há um profundo desgosto popular com relação às formas de imperialismo

externo, sobretudo o imperialismo estadunidense, mas qualquer forma de imperialismo. Isso, às vezes, pode cegar um pouco a expansão do capitalismo brasileiro, por isso devemos estar atentos.

Esse processo encontrou formas de saída de luta popular distintas. Temos um avanço muito grande na Venezuela e na Bolívia, com a procura da consolidação e organicidade dos movimentos populares em formas políticas. Em outros países, temos projetos mais ou menos neodesenvolvimentistas, como os economistas vêm chamando, assim como no Brasil.

A consolidação institucional contemporânea do governo Lula levou a uma política de duas caras. Uma cara na qual se alivia o sofrimento da pobreza, de maneira muito pontual e sem assegurar direitos, enquanto a outra mão impulsiona a concentração de capitais. Hoje, no Brasil, esse formato político de minorar o excessivo sofrimento da pobreza garante a legitimidade eleitoral para o processo da concentração econômica. Porém, as massas populares brasileiras sentiram esse alívio e se sentem gratas.

Elas sabem das experiências de truculências na qual são submetidas no seu cotidiano. As experiências de desigualdade agora vêm se aprofundando, com os 10% mais ricos da população, tomando mais de 70% da renda nacional. É um descalabro de concentração e desigualdade, ainda que tenha sido minorado o sofrimento dos setores mais frágeis e vulneráveis. Novamente, na América Latina, temos aberto o conjunto das lutas. Há uma tentativa, por parte de países como Brasil, de promover uma via neodesenvolvimentista sob a condução brasileira, e escoando seus capitais para investimentos diretos no contexto da América do Sul, no qual evitam a entrada de certos países. Acredito que a única condição de uma mudança efetiva é uma luta anticapitalista, contra todos os efeitos da concentração de capitais.

15. Lulismo: mais que um governo

Autor: Rudá Ricci

Data: 12/2010

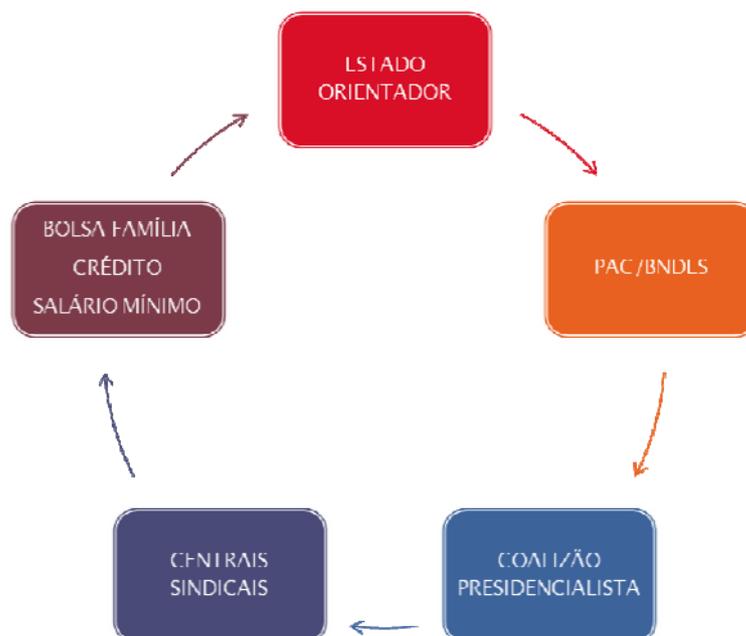
Fonte: Revista Espaço Acadêmico, Número 115.

Denominar um modelo de gerenciamento do Estado brasileiro de lulismo tem como intenção ir além do seu principal personagem – o Presidente Lula – para ressaltar o escopo deste projeto. O lulismo é uma arquitetura política, de gerenciamento de políticas públicas, assim como ocorreu com o getulismo. Ambos se completam num modernização conservadora de nosso país. Getúlio Vargas gerou um aparato estatal de tutela da sociedade civil e das relações entre classes sociais. Criou, deliberadamente, um jogo de espelhos entre sua imagem pública e a do próprio Estado Providência que arquitetou. E desconsiderou todo sistema de representação autônomo ao Estado- Executivo. Desconsiderou as bases constitucionais com o Estado Novo. Manipulou o sistema partidário. Criou o sindicalismo de Estado. Dirigiu e orientou o desenvolvimento da indústria nacional. Muitos autores, como Edgard De Decca e Sérgio Silva, sugerem que não houve propriamente uma ruptura entre o capital agrário, comercial e industrial a partir de 1930. Tratava-se de conciliação para a modernização. O lulismo se aproxima, mas não opera sobre a mesma lógica. Seu foco é o mundo urbano e industrial. Mas, como Vargas, trabalha no sentido de construir um bloco no poder, uma trama de desenvolvimento estratégico do país a partir do Estado. Dialoga abertamente com organizações, sindicatos, mas os incorpora ao Estado a partir de políticas específicas, fundadas em convênios e parcerias, algo que se aproxima de tutela, já que não incorpora efetivamente esses atores sociais na formulação de políticas públicas e processo de tomada de decisão. O lulismo completa a modernização conservadora iniciada por Vargas porque reafirma o Estado como demiurgo da sociedade civil e das relações de estabilidade das relações sociais no Brasil. Não inova em termos de processo decisório na gestão pública. Ao contrário, reafirma o que Francisco Weffort identificou como sistema dual da política nacional que limita a competição entre forças políticas (ou as controla). O lulismo não rompe objetivamente com este sistema. Ao contrário, apoia-se no presidencialismo de coalizão que reafirma a dualidade política. E incorpora as massas até então

marginalizadas socialmente (a mais significativa mudança ao longo de sua gestão) pelas mãos do Estado, eliminando qualquer controle social ou sistema integrado de participação dos beneficiados na gestão das ações estatais. O lulismo opera a partir da integração, pela tutela do Estado, massas urbanas e rurais ao mercado de consumo de classe média, que historicamente formaram linhagens de pobres e marginalizados, formando uma árvore genealógica do ressentimento, cinismo e desconfiança em relação à política e à institucionalidade pública vigente. A inclusão pelo consumo define sua relação com sua base social e dá o tom do conservadorismo lulista. Por outro lado, a relação atávica do lulismo com o sindicalismo de massas e de ruptura com a ordem ditatorial e o partidarismo originalmente filiado à esquerda democrática, constitui um diferencial em relação ao varguismo. Mesmo assim, o respeito ao pluralismo formal não elimina, paradoxalmente, o controle político centralizado.

Sua estrutura

Como seu foco é a conciliação de interesses, o lulismo configura-se como um pacto imperfeito. Imperfeito porque não oriundo de um acordo negociado, mas motivado por uma declarada ação de Estado. Sua estrutura básica pode ser assim esboçada:

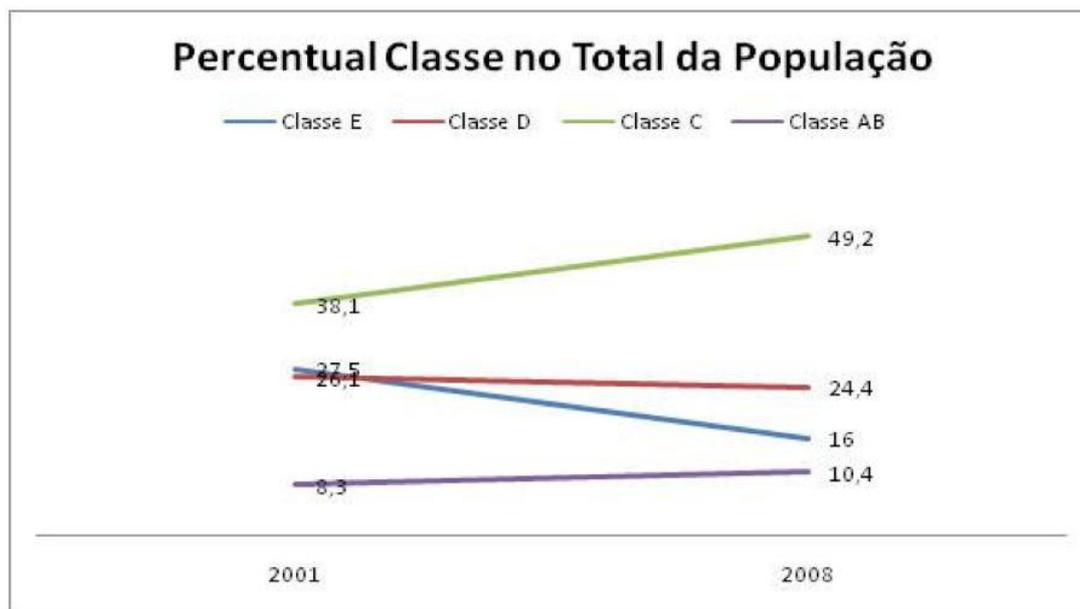


Uma estrutura gerencial centralizada que adota como seus dois principais suportes programáticos a política de fomento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e plasmado no PAC (Programa de Aceleração do Desenvolvimento). O BNDES possui hoje recursos superiores aos disponíveis pelo Banco Mundial. O orçamento do banco brasileiro foi, em 2005, de 25 bilhões de dólares, superior aos 20 bilhões de dólares do orçamento do Banco Mundial no mesmo período. Segundo o Boletim de Desempenho do BNDES, em 2008 as micro e pequenas empresas receberam 10% do orçamento disponível ficando com as grandes empresas e investimentos 76%. Em 2010, as micro e pequenas empresas receberam 14% do orçamento e as grandes ficaram com 73%. O boletim de desempenho divulgado em outubro deste ano indica que neste ano foram investidos 6% do orçamento na agropecuária, 50% em projetos industriais, 29% em infraestrutura e 15% em comércio e serviços. A região mais beneficiada foi o sudeste (61% dos investimentos), seguida pelo sul (17%) e nordeste (10%). Na área social, desenvolvimento urbano foi responsável pela maior fatia: 36%.

O BNDES e PAC selam não apenas uma política de fomento, mas um importante pacto produtivo que se articula com outra ponta do escopo do lulismo: as políticas de transferência de renda. Segundo a FGV-RJ, o Programa Bolsa Família (PBF) representou 16% dentre os fatores de ascensão social nas duas gestões Lula, que fez emergir, em especial, a nova classe média (classe que envolve 49% dos brasileiros e que compreende o estrato entre 4 e 10 salários mínimos mensais de renda familiar). O crédito consignado representou algo similar ao peso do PBF. O fator mais significativo para a ascensão social no período, contudo, foi o aumento real do salário mínimo (70%). O gráfico apresentado a seguir, produzido por Marcelo Neri (FGV-RJ) ilustra a mobilidade social no período:

Um terceiro elemento constitutivo do lulismo é o Presidencialismo de Coalizão. Coalizão de tipo parlamentarista, ou seja, uma estrutura de gestão híbrida. Na prática, um expediente que garantiu maioria governista no parlamento, mas que também esfacelou o já frágil sistema partidário nacional. Os partidos governistas perderam qualquer disposição em elaborar agendas e programas próprios. O lulismo avançou sobre todo sistema partidário e promoveu o esvaziamento dos quadros da oposição, em especial, do Democratas, estimulados a migrarem para siglas da base governista. No caso do PSDB, o estímulo à divisão entre tucanos paulistas e não paulistas foi evidente. Assim, os partidos passaram, sob a égide do lulismo, a se

subordinarem ao neo-caciquismo. Lideranças locais e seus apoiadores passaram a negociar, quase nunca à luz do dia, entre si, mesmo não fazendo parte da mesma agremiação. Este silencioso movimento forjou alianças eleitorais – e políticas – pouco compreendidas pelo eleitor, transformado em espectador da ação de profissionais da política.



Como último elemento do desenho operacional do lulismo tivemos a segmentação da pauta social (em conferências nacionais que raramente redundaram em políticas de Estado concretas ou mesmo orçamento público) e financiamento de organizações sociais e populares que diminuíram seu ímpeto de mobilização e pressão política sobre o governo federal.

Enfim, como consequência, o lulismo estreitou os espaços de oposição e pluralidade em nosso país. Mas promoveu um ciclo de desenvolvimento dos mais significativos para a história republicana e promoveu uma acelerada inclusão social pelo consumo. Trata-se de uma importante ruptura na história do PT e dos movimentos sociais que, nos anos 1980, alimentaram o partido do Presidente da República. Com o lulismo, o PT nunca mais será o mesmo. E nem o Brasil.

16. Dilma como sucessora de Lula

Autor: Emir Sader

Data: 10/04/2011

Fonte: Carta Maior -

http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=692

Os 100 dias podem ser representativos ou não de um governo. Pela primeira vez temos uma presidenta eleita como sucessora e não como oposição, dando continuidade a um governo de sucesso sem precedentes na história política brasileira e ao maior líder popular do país depois de Getúlio Vargas.

A posse de FHC chegou a ser saudada pelo principal órgão tucano na imprensa com um caderno especial que anunciava a “Era FHC” – deferência que Lula que, sim, instaurou uma nova era no país, não recebeu – e que se perdeu na intranscendência, quando foi ficando claro que FHC era apenas o capítulo nacional dos presidentes neoliberais da região, acompanhando a Menem, Fujimori, Carlos Andrés Perez, Salinas de Gortari, entre outros, no fracasso e na derrota.

O balanço dos 100 primeiros dias de Lula prenunciava as armadilhas em que cairiam seus críticos, tanto à direita, como à esquerda. Os primeiros buscaram desconstruir sua imagem de representante do movimento popular, dando ênfase à continuidade e à dissolução assim das novidades tanto tempo anunciadas pelo PT, especialmente a prioridade do social. Os críticos de esquerda se apressaram, numa linha similar, a dissolver o governo Lula num continuísmo coerente com o governo neoliberal de FHC, apelando para os tradicionais epítetos de “traição”, “capitulação”, “conciliação”. O governo Lula estava condenado, pelas duas versões, já nos seus primeiros 100 dias.

O enigma Lula – título do capítulo do meu livro “*A nova toupeira*” que analisa o “decifra-me ou te devoro” em que constituiu Lula para seus adversários – não tardaria em descolocar esses críticos de direita e de ultraesquerda e derrotar a ambos. Não por acaso na sua sucessão ambos se aliaram contra ele, seja pela força popular que este havia adquirido, seja porque disputavam os supostos méritos de derrotá-lo pela campanha de denúncias.

Ambos foram derrotados, quando ficou claro que os 100 primeiros dias eram transição da “herança maldita” – uma espécie de acumulação primitiva – para a geração das condições de um modelo econômico e social de retomada do desenvolvimento e de distribuição de renda, que responderia pelo sucesso inquestionável dos dois governos Lula.

Os 100 dias do governo Dilma são inéditos, por serem continuidade de um governo e de uma liderança de sucesso inéditos no Brasil e, de alguma forma (como apontou Perry Anderson em seu artigo sobre O Brasil de Lula, na *London Review of Books*), no mundo. Discutia-se, há alguns meses, o que seria o pós-Lula: se o oportunismo de Serra ou o “poste” da Dilma. Nem um, nem outro.

Da mesma forma que a anunciada ruptura de Lula em relação a FHC fez com que se pusesse a ênfase nos elementos de continuidade, deixando de lado as rupturas na política internacional – com a conseqüente e transcendental reinserção do Brasil no campo internacional – e as novas políticas sociais que começavam a se esboçar e a ganhar prioridade -, agora se busca destacar as diferenças. Os dois enfoques se equivocaram e se equivocam: o governo Lula não foi continuidade do governo FHC e o governo Dilma não é de ruptura em relação ao governo Lula.

Os elementos essenciais do governo Lula se mantem e se reforçam com Dilma: o modelo econômico e social sofre as adequações que o próprio Lula teria feito, a partir de elementos novos, como a conjuntura econômica internacional, com os fatores cambiários em continuidade com o peso que foram tendo ao longo dos últimos dois anos, em particular. O governo busca enfrentar seus desafios, na estreita ponte entre evitar o descontrole inflacionário, sem aprofundar os desequilíbrios na balança comercial, circunstância que tem no manejo da taxa de juros e de outros instrumentos contra a valorização excessiva da moeda suas difíceis alavancas. O governo Lula não teria feito nada de muito diferente, não por acaso há continuidade nos cargos econômicos, até com maior homogeneidade, pelas mudanças no Banco Central.

Da mesma forma que as políticas sociais preservam seu papel central no modelo que articula o eixo fundamental do governo: desenvolvimento com combate às desigualdades sociais. O PAC continua blindado aos ajustes orçamentários, mantendo seu papel de motor geral do governo na continuidade da expansão econômica e do resgate da pobreza e da miséria no plano social. As adequações do núcleo central do governo melhoraram a harmonia e a capacidade de gestão do eixo

essencial que dá continuidade às realizações do governo Lula.

As mudanças tem que ser abordadas no seu marco específico. As da área da saúde se destacam como claramente positivas e dinamizadoras naquele que é um dos problemas sociais mais graves do país – a saúde pública. A Secretaria de Direitos Humanos, em continuidade com o mandato anterior, ganha nova dimensão e capacidade de iniciativa, que a projeta para o centro dos objetivos políticos do governo, com a Comissão da Verdade. O IPEA, felizmente, dá continuidade ao extraordinário trabalho que vinha desenvolvendo. O Ministério das Comunicações, por sua vez, passa a integrar-se nos objetivos fundamentais do governo, assumindo tarefas essenciais na democratização das comunicações no país.

Os problemas – que abordaremos em artigo posterior – têm que ser abordados neste marco: o da continuidade do governo Dilma com o governo Lula, para não se perder em visões impressionantes, ou que isolem aspectos parciais da totalidade do governo ou que se deixem levar por fáceis abordagens jornalísticas – que costumam cair na visão descritiva, nas aparências, sem capacidade de análise política de fundo e na proporção de vida, das questões.

Os problemas – para enunciá-los já – residem na área econômica: nas dificuldades das medidas de adequação, sem colocar em risco os objetivos centrais do governo. Nas condições sociais de realização das obras do PAC – os problemas sociais mais graves que o governo enfrenta. Nos matizes da política internacional. E na política cultural.

Mas o principal avanço do governo Dilma está na sua capacidade de ampliar o potencial hegemônico do governo, isto é, de manter o eixo essencial das políticas que marcaram o governo Lula, em um marco de alianças e de legitimidade social e política mais ampla, estendendo a capacidade de diálogo e interlocução com outros setores sociais – como a classe média –, assim como com a oposição. Nisso consiste a arte essencial da construção de alternativas ao neoliberalismo: avançar em um modelo alternativo, garantindo as condições econômicas, sociais, políticas e culturais de sua reprodução e consolidação. Uma disputa hegemônica em que o governo Dilma herda não apenas um país muito melhor daquele que Lula herdou há 8 anos atrás, mas uma direita enfraquecida, derrota e desmoralizada, tanto no seu vetor político partidário, como no midiático.

É esse o cenário em que deve ser avaliado o governo Dilma, nos seus avanços e nos problemas que têm pela frente, nos seus milhares de outros dias.

Lista de obras sugeridas

1. BOITO Jr., Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**, São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
2. BOSCHI, Renato & FLAVIO Gaitán. “Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina”. In BOSCHI, Renato (org.). **Variedades de capitalismo na América Latina** (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011).
3. BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
4. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “O Brasil e o novo desenvolvimentismo”. In **Interesse Nacional**, Abril/Junho, v. 4, 2011, p. 76-85.
5. CANO, Wilson. “A desindustrialização no Brasil”. In **Textos para discussão**. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, n^o 200, Janeiro, 2012.
6. DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
7. DOMINGUES, José Maurício. “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”, In **Ensaio de sociologia** (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004).
8. FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Editora UFRJ, 2010.
9. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006.
10. FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. São Paulo: Contraponto, 2007.
11. MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil Lúmpen e místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
12. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.
13. POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
14. RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira**. Brasília: Editora Fundação Astrojildo Pereira, 2010.
15. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.
16. SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
17. SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.
18. VADELL, Javier A. **Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul**. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2010.

19. VIANNA, L. J. W. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.
20. VIANNA, L. J. W. **A modernização sem o moderno**: análises de conjuntura na era Lula. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira; Contraponto, 2011.